UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA ROSIMERE GALINDO

SOU MAIS QUE O MEU B.O., SOU UM PAI: os (des)caminhos da paternidade numa penitenciária pernambucana

Recife
2025

MARIA ROSIMERE GALINDO

SOU MAIS QUE O MEU B.O., SOU UM PAI: os (des)caminhos da paternidade numa penitenciária pernambucana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Profª. Drª. Klaylian Marcela Santos Lima Monteiro.

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Galindo, Maria Rosimere.
Sou mais que o meu B.O., sou um pai: os (des)caminhos da paternidade numa penitenciária pernambucana / Maria Rosimere Galindo. - Recife, 2025.
99f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graudação em Psicologia.
Orientação: Klaylian Marcela Santos Lima Monteiro.

1. Encarceramento; 2. Paternidade; 3. Psicanálise. I. Monteiro., Klaylian Marcela Santos Lima. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

A “Seu” Gil.

O pai (in)terno que me ensinou a escutar todos os outros.

AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, inicio agradecendo ao nosso Pai superior que, em sua infinita bondade, me manteve firme diante de todos os desafios que surgiram ao longo dessa trajetória. Sem uma força e um propósito superior, eu não teria conseguido chegar a esse momento tão importante para mim.

Agradeço, com muito amor, às minhas filhas, que sempre estiveram me incentivando, me apoiando e nunca me deixaram desistir. À minha mãe, que sempre me fortalece com o seu abraço e sua admiração pelo meu esforço.

Não poderia deixar de mencionar meu eterno agradecimento ao meu pai (*in memoriam)*, pois foi o seu paternar afetivo, cuidadoso e atento que me entrelaçou pelos caminhos da paternidade. E é em honra desse pai que busco viabilizar e fortalecer esse laço. "Seu" Gil, seu jeito de paternar vive em mim!

Agradeço a todas as pessoas que me incentivaram, desde quando esta pesquisa era apenas uma ideia; um projeto distante. Com o coração cheio de afeto, agradeço a atual e a antiga gestão da penitenciária, campo desta pesquisa, assim como a equipe de saúde prisional da qual, com muita honra, fiz/faço parte e com os quais muito aprendi. A torcida, incentivo e puxões de orelha foram fundamentais para esse desfecho.

De um modo especial, agradeço aos meus alunos, pelo interesse na minha pesquisa desde sempre, por se permitirem conhecer e humanizar esse contexto que carrega tantos estigmas. Agradeço imensamente às alunas do Trabalho Supervisionado da UFPE, que foram fundamentais para uma análise criteriosa e imparcial das entrevistas. Com o coração transbordando de alegria, agradeço a cada membro do Projeto de Extensão "Livre para ser pai". Sem vocês esse projeto não seria tão sensível e grandioso.

Agradeço a paciência, colaboração, desprendimento, compreensão e incentivo da minha orientadora, Profª. Drª. Klaylian Marcela Santos Lima Monteiro. Sua condução foi fundamental para o êxito desta pesquisa. Agradeço ainda as contribuições de meus avaliadores, Paula Barros e Benedito Medrado, que foram enriquecedoras para esta construção.

À doce e meiga Hérika Beringuel, minha gratidão e meu afeto sempre! Nos demos as mãos desde o início das aulas e partilhamos as dores e delícias desse caminhar, que se tornou mais suave com seu apoio.

Por fim, agradeço imensamente a cada Pessoa Privada de Liberdade que tive a oportunidade de escutar, tanto para a pesquisa, quanto no exercício da profissão. Essas

pessoas foram fundamentais para meu crescimento profissional e pessoal. Ao partilharem comigo suas angústias, suas dores, seus amores e temores, muito me ensinaram sobre o humano, para além de seu *"B.O"*. Especificamente, agradeço a dois pais, que não participaram desta pesquisa, mas que muito me ensinaram sobre a dor de um pai privado de liberdade. Ao pai que se contorcia e se colocava em posição fetal por ser impedido de ver seu filho, torço para que hoje estejam vivenciando lindos momentos. Ao pai que aceitava qualquer tipo de punição, desde que não perdesse a oportunidade de frequentar a escola da penitenciária, para conseguir aprender e fazer as tarefas com sua filha, quando voltasse para casa, agradeço por tanto que me ensinou sobre esse amor e sinto muito que as consequências da sua vida pregressa o tenham privado dessa convivência e lhe ceifado a vida.

Um pai real, um pai imaginário,
Um pai do mal, um pai do bem,
Todos habitam o mesmo pai.

Uma criança pode imaginar ou
Fazer do homem reprovado pela sociedade,
O melhor pai do mundo.

Isso faz de uma criança,
Um filho.

(Miyazaki, 2015)

RESUMO

O exercício da paternidade na contemporaneidade passou por transformações significativas, com destaque para a desconstrução de papéis tradicionais e a valorização de vínculos afetivos e funções simbólicas, independentes de gênero. A psicanálise contribui para essa visão ao definir a função paterna como uma operação psíquica de inserção do sujeito na vida social, exercida por qualquer cuidador disponível e sensível. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar, sob a perspectiva psicanalítica, a posição subjetiva e a noção de paternidade de pessoas privadas de liberdade. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamentou-se na hermenêutica psicanalítica, com posterior análise teórica, a partir de levantamento bibliográfico em bases científicas nacionais e nas narrativas dos entrevistados, focando na vivência da paternidade em contexto de privação de liberdade, buscando compreender como pais encarcerados exercem a paternidade e enfrentam os desafios de manter vínculos com suas/seus filhas/os/es. A pesquisa foi motivada por observações práticas no sistema prisional de Pernambuco, onde grande parte dos reclusos são pais, muitos deles com dificuldades de exercer essa paternidade devido à realidade social, familiar e institucional. A dissertação estruturou-se em três eixos: primeiro, uma reflexão teórica sobre o exercício da paternidade na contemporaneidade; em seguida, uma análise da realidade prisional e dos obstáculos para o exercício da paternidade "intramuros"; por fim, uma proposta de intervenção intitulada "Livre para ser pai", com estratégias para fortalecer os laços entre pais privados de liberdade e sua prole. A análise dos dados e seus resultados ressaltaram que compreender e apoiar a paternidade no cárcere é essencial para promover o desenvolvimento emocional das crianças e a ressignificação subjetiva dos pais, além de que a presença ativa da figura paterna, mesmo que privada de liberdade, pode vir a ser transformadora.

Palavras-chave: Encarceramento; Paternidade; Psicanálise.

ABSTRACT

The exercise of fatherhood in contemporary times has undergone significant transformations, particularly through the deconstruction of traditional roles and the increased appreciation of emotional bonds and symbolic functions, regardless of gender. Psychoanalysis contributes to this perspective by defining the paternal function as a psychic operation that can be performed by any available and emotionally attuned caregiver. This research aimed to analyze, from a psychoanalytic perspective, the subjective position and the notion of fatherhood among individuals deprived of liberty. This qualitative study was grounded in psychoanalytic hermeneutics, followed by a theoretical analysis based on a literature review of national scientific databases and on narratives collected from interviewees. It focused on the experience of fatherhood in the context of incarcerated fathers exercise fatherhood and face the challenges of maintaining bonds with their children. The study was motivated by practical observations within the prison system of Pernambuco, where a significant number of inmates are fathers, many of whom face challenges in fulfilling their paternal role due to social, familial and institutional conditions. The dissertation was structured around three core themes: first, a theoretical reflection on the exercise of fatherhood in contemporary society; second, an analysis of the prison context and the obstacles to practicing fatherhood within prison walls; and finally, a proposed intervention entitled “Free to Be a Father”, which presents strategies to strengthen the bonds between incarcerated fathers and their children. Data analysis and final findings highlighted that understanding and supporting fatherhood in prison is essential for promoting the emotional development of children and the subjective transformation of fathers. The active presence of the paternal figure, even while incarcerated, can be a transformative experience.

KEYWORDS: Incarceration; Fatherhood; Psychoanalysis.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**12**
2	**TODA PATERNIDADE É ADOTIVA**	**16**
2.1	PATERNIDADE E CONTEMPORANEIDADE: um exercício de adoção	17
2.2	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PARENTALIDADE E PATERNIDADE	21
3	**ENCARCERAMENTO E PATERNIDADE: caminhos e descaminhos**	**28**
3.1	BREVES REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	29
3.2	PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE - QUEM SÃO?	34
3.3	PAIS E PATERNIDADE: CAMINHOS POSSÍVEIS DIANTE DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	36
4	**LIVRE PARA SER PAI: entre a extensão e a intervenção**	**41**
5	**OBJETIVOS**	**50**
5.1	GERAL	50
5.2	ESPECÍFICOS	50
6	**PERCURSO METODOLÓGICO**	**51**
6.1	COLETA DE DADOS	52
6.2	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	54
7	**ANÁLISES**	**56**
7.1	ANÁLISE DE DADOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS	56
7.2	BREVE APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES	58
7.3	A EXPERIÊNCIA EMOCIONAL DE SER PAI: ENTRE A IDENTIFICAÇÃO E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE	60
7.4	ENCARCERAMENTO E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES	67
7.5	RELAÇÕES, VÍNCULOS FAMILIARES E CONTEXTO DO ENCARCERAMENTO	72
7.6	DESAFIOS AO EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NO ENCARCERAMENTO E AS PRESSÕES SOCIAIS E EXPECTATIVAS RELACIONADAS AO PAPEL DE PAI	81

7.7 CONDIÇÕES DO ESPAÇO 86
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 88
REFERÊNCIAS 92

1 INTRODUÇÃO

O exercício da paternidade tem passado por múltiplas transformações que abrem caminhos para novos sentidos e reconfigurações. As transformações nas configurações familiares contemporâneas trouxeram mudanças sociais e, portanto, novas formas e possibilidades, inclusive na revisão de papéis e funções desempenhadas pelas figuras parentais de cuidado.

A função paterna é descrita, na literatura psicanalítica, como importante na formação da subjetividade do sujeito, no entanto, vale salientar que destacamos esta enquanto uma função simbólica, totalmente desconectada, por exemplo, da questão de gênero. Assim, entendemos que qualquer pessoa que esteja disponível ao oferecimento dessa função de inserção de um terceiro na relação estabelecida entre o infante e sua função cuidadora inicial (denominada como função materna), está a realizar esse papel de apresentação do laço social ao infante.

A compreensão da parentalidade contemporânea exige o reconhecimento de que não existe um modelo familiar ideal. As configurações familiares são múltiplas e atravessadas por diferentes dinâmicas relacionais, laços afetivos e desafios próprios. Como destaca Cecarelli (2007), há uma mudança significativa nas noções tradicionais de família baseadas exclusivamente em laços consanguíneos e procriação, dando lugar a formas de convivência sustentadas por vínculos afetivos e relações diversas.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que as capacidades parentais não estão determinadas pelo gênero, mas sim pela disposição e habilidade de cada indivíduo em responder de maneira sensível e eficaz às necessidades emocionais e de outras variadas ordens dos filhos. A psicanálise contemporânea contribui para essa reflexão ao desafiar visões sexistas, valorizando a diversidade de estilos parentais e as múltiplas formas de envolvimento dos cuidadores na vida das crianças (Matos e Magalhães, 2019).

Particularmente no que se refere à figura paterna, Zorning (2010) ressalta que a psicanálise a examina sob diversas perspectivas. Considera também sua importância como fonte de suporte emocional, segurança e referência para processos de identificação desse papel. Assim, a paternidade, na contemporaneidade, é compreendida como um papel ativo, participante e essencial para o desenvolvimento emocional dos filhos. Ademais, os pais enfrentam desafios específicos nesse novo cenário, como a necessidade de equilibrar trabalho, vida familiar e a contínua reconstrução dos papéis parentais diante do dinamismo das configurações familiares atuais.

Assim, esta pesquisa se dedicou a abordar o exercício da paternidade e suas implicações, num contexto distinto: o de privação da liberdade. Dessa forma, quando ocorre de um pai, ou pessoa que exerce esse papel, ser privada de liberdade, há repercussões vivenciadas, tanto diante da subjetividade dessa pessoa, quanto na dinâmica familiar, como um todo. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar, numa perspectiva psicanalítica, a posição subjetiva e a noção de paternidade da pessoa privada de liberdade. Ao nos referirmos a posição subjetiva, ao invés de estrutura psíquica, ressaltamos que, de acordo com Monteiro (2024), a noção de posição esclarece melhor, seguindo a metapsicologia kleiniana, o papel dinâmico entre defesas e ansiedades nos modos de subjetivação.

A população carcerária brasileira é a terceira maior do mundo. Em Pernambuco, há aproximadamente 33 mil Pessoas Privadas de Liberdade (PPL). O município onde foi realizada esta pesquisa conta com uma população carcerária masculina que varia mensalmente entre 1.900 e 2.000 indivíduos, chegando a um total de 2.354 no mês de dezembro de 2022, num ambiente que comporta por volta de, apenas, 700 pessoas (SISDEPEN, 2022).

Destes, grande parte são pais ou suas companheiras e esposas estão gestantes, segundo levantamento realizado, ao final de 2022, pelo setor psicossocial da penitenciária pesquisada. Alguns, já eram pais antes de ser privados de liberdade e outros se tornaram pais durante o encarceramento. Diante do número expressivo de demandas recebidas, enquanto psicóloga da Unidade de Saúde Prisional, as quais estavam relacionadas às dificuldades para o exercício dessa "paternidade aprisionada", surgiu o interesse em realizar esta pesquisa sobre os (des)caminhos da paternidade no sistema prisional e quais as possibilidades para viabilizar e fortalecer os vínculos com suas filhas/os/es.

Em busca de familiaridade com o tema, iniciei a busca por materiais que subsidiassem estudos e respondessem as indagações diante da angústia paterna, relacionada à forma como os filhos os veem e como poderão manter um vínculo de maior proximidade, embora na condição de PPL. Diante dos aspectos que me propus a estudar, realizei uma busca nas bases de dados, com o intuito de obter maior familiaridade com o tema, porém, a maioria das publicações sobre a parentalidade no sistema prisional ressaltam a relação materna, de modo que apenas algumas publicações brasileiras recentes se debruçam sobre a paternidade, nesse contexto específico, sob o viés psicanalítico.

Foram consultadas publicações e artigos científicos que abordam a temática e que se encontravam disponíveis nas bases de dados online, como: MEDLINE, BVS, LILACS, SciELO e outros. Foram utilizados como descritores fundamentais os termos: Paternidade; Paternidade x Cárcere x Psicanálise; Sistema Prisional x Paternidade; Política Pública x

Paternidade. Foram utilizados filtros com marco temporal dos últimos dez anos e publicações brasileiras, posteriormente, o filtro temporal foi estendido para vinte anos, devido ao número reduzido de artigos encontrados.

Assim, podem ser destacados: um artigo publicado em 2007, intitulado *Presidiários: percepções e sentimentos acerca de sua condição Paterna*, de autoria de Silva e Guzzo, que objetivou compreender como se dá a relação entre pais privados de liberdade e filhos; um artigo publicado em 2016, intitulado: *Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão*, de autoria de Granato e Miranda, que ressalta o sentimento de culpa e preocupação com o futuro dos filhos e identifica a necessidade de fortalecimento dos vínculos, sendo este um dos poucos que trata a temática numa perspectiva psicanalítica. Outro artigo, publicado em 2017, intitulado: *Paternidades encarceradas: revisão sistemática sobre a paternidade no contexto do cárcere,* de autoria de Cúnico, Quaini e Strey, apresenta um panorama das publicações internacionais entre 2005 e 2016, nos quais foram encontrados estudos que compreendem a paternidade de modo tradicional e pontuam os benefícios que uma paternidade mais efetiva pode trazer à PPL.

Também foi encontrado um artigo que se debruça sobre a paternidade no sistema prisional: *Pais Encarcerados: A Percepção de Mães e Crianças sobre a Relação Pais-Filhos*, escrito por Ledel *et al.* (2018), que apresenta as repercussões do aprisionamento paterno na dinâmica familiar e desenvolvimento infantil. No campo da saúde, encontrei uma referência que trata das repercussões na família das PPLs, causadas pela situação de encarceramento, trata-se de um estudo recente, realizado por Calicchio e Barsaglini (2020), sob o título "*Ter e ser familiar de pessoa privada de liberdade: repercussões na experiência de mães e companheiras"*. Apesar de não destacar diretamente a relação pais/filhas/os/es, tal pesquisa foi importante para uma compreensão mais ampla das relações afetivas aqui enfocadas. Sendo assim, reforço a importância deste estudo, diante da necessidade de aprofundamento, a partir de uma perspectiva psicanalítica, como forma de compreender a experiência do sujeito-pai em sua singularidade, num contexto em que emergem fragilidades e afetações diversas, permeadas por normas rígidas, violação de direitos, privação de vínculos e tantas outras dificuldades que retratam a realidade do sistema prisional em nosso país.

Utilizei autores da cena psicanalítica, como Cecarelli (2002; 2007), com suas contribuições sobre família e contemporaneidade; Joel Dor (1991), para fazer a distinção entre a função paterna e o exercício da paternidade; alguns autores da psicanálise clássica, como Freud (1914; 1917; 1924; 1929), Winnicott (1948; 1964; 1965; 1971; 1982), Klein (1945; 1963) e atual, como Nogueira (1998), Sousa (1983), Figueiredo (2006) e Rocha (2007).

No que tange aos estudos contemporâneos sobre a temática, destaco os trabalhos de Lyra *et au* (2011), que trouxeram importantes contribuições sobre a parentalidade, paternidade e masculinidades. Trouxe ainda as contribuições de Foucault (1977) sobre as prisões, Fanon (2021) sobre o racismo, um dos grandes problemas dentro do sistema prisional, e Angela Davis (2018), importante ativista antiprisional, entre outros.

Portanto, o objetivo geral desta dissertação buscou analisar, numa perspectiva psicanalítica, a posição subjetiva e a noção de paternidade da pessoa privada de liberdade e os objetivos específicos foram: compreender a noção de paternidade, em suas relações com a contemporaneidade; analisar as implicacões do encarceramento ao exercício da paternidade e desenvolver estratégias de intervenção, direcionadas ao fortalecimento do vínculo entre pais encarcerados e suas filhas/os/es.

A construção desta dissertação seguiu um roteiro metodológico que foi constituído de três partes: na primeira, abordei o tema: Toda paternidade é adotiva, no qual apresentei brevemente a noção da função paterna e o exercício da paternidade na contemporaneidade, promovendo uma discussão sobre as novas formas de pensar e viver a paternidade a partir das mudanças nos papéis e funções. A segunda: Encarceramento e paternidade – caminhos e descaminhos, busquei conhecer e apresentar a realidade do sistema penitenciário, perfil das PPLs, principais entraves e possibilidades para o exercício da paternidade intramuros. Já na terceira parte, apresentei uma proposta de intervenção, sob o título: *Livre para ser pai*, que buscou, dentro das políticas públicas e especificidades do sistema prisional, implantar estratégias que viabilizem a manutenção e fortalecimento dos vínculos entre os pais privados de liberdade e sua prole.

Ademais, a dissertação também conta com excertos da minha prática clínica com o intuito de ilustrar e dar maior densidade à reflexão desenvolvida. Esses fragmentos da experiência prática permitem não apenas exemplificar os conceitos discutidos, mas também dar sentido à escrita, aproximando a teoria da realidade vivida. Assim, a dissertação ganha consistência ao articular o conhecimento acadêmico com a riqueza do contexto clínico, evidenciando a relevância e a aplicabilidade do tema.

Diante das implicações aqui mencionadas sobre o encarceramento paterno e suas repercussões, e considerando as configurações familiares como um processo em constante transformação, o capítulo a seguir abordará a paternidade contemporânea e a implicação subjetiva diante das mudanças nos papéis parentais.

2 TODA PATERNIDADE É ADOTIVA

Como destacado nesta pesquisa, o foco deste capítulo não reside na função paterna clássica delineada pela psicanálise tradicional, como Freud (1924) ou teóricos posteriores destacaram; mas sim, no *exercício de cuidado paterno* contemporâneo e suas repercussões. Enquanto a função paterna tradicional enfatiza a imposição da lei e da autoridade, o exercício de cuidado paterno abrange um espectro amplo de responsabilidades emocionais e práticas que os cuidadores assumem no desenvolvimento de seus filhos. Essa perspectiva reconhece a contribuição essencial dos cuidadores, para além de serem apenas "figuras de autoridade", mas sobretudo, como facilitadores e executores de um ambiente emocionalmente seguro e estimulante para o desenvolvimento saudável das crianças (Rosa, 2022; Dor, 1991; Teperman, Garrafa e Iaconelli, 2020).

É fundamental reconhecer que as capacidades parentais não são determinadas pelo gênero, mas sim pela disposição e pela habilidade de cada indivíduo em responder às necessidades emocionais e práticas de seus filhos. A psicanálise contemporânea desafia as visões sexistas, ao explorar a diversidade de estilos parentais e as variadas formas de envolvimento afetivo e prático dos cuidadores na vida dos filhos (Matos e Magalhães, 2019). A desconstrução da visão sexista dos papéis parentais, na psicanálise contemporânea, também enfoca a necessidade de reconhecer e apoiar a diversidade de configurações familiares presentes na sociedade atual.

Sobre a importância de abranger uma perspectiva de gênero, que leve em consideração as experiências e responsabilidades dos homens no contexto da paternidade, Lyra e Medrado (2000) abordam pesquisas brasileiras sobre a temática e àquela época, já se apresentava a dificuldade em desvincular a figura do pai como provedor, assegurando que as máximas "*o filho é da mãe e o pai abre a carteira*" eram predominantes, negligenciando o papel dos homens e as implicações psíquicas, sociais e culturais. Os referidos autores, ao enfatizarem a importância da inclusão dos homens no exercício da paternidade, contribuem para uma compreensão mais abrangente das perspectivas sobre gênero e da multidiversidade de dinâmicas familiares na contemporaneidade. Ressaltam ainda que a paternidade, abordada a partir de uma perspectiva de gênero, nos permite o questionamento dos modelos socialmente construídos, de uma paternidade que restringe o envolvimento paterno.

Tais mudanças também repercutem na singularidade desse exercício e reforçam a necessidade de desconstrução de uma paternidade idealizada, considerando que a paternidade é vivenciada de forma única e particular, permeada pela historicidade daquele/a que a exerce,

atrelada às demais variantes que circundam a questão. Dentre as exigências socialmente construídas em torno desse "novo pai", estão a convivência e cuidados mais ativos com os filhos, envolvimento com a rotina diária da prole e participação efetiva nos cuidados. Assim, o pai vai internalizando as novas formas de vivenciar esse exercício. A internalização dessa "nova" forma de vivenciar a paternidade integra a reorganização tanto de características socioculturais, quanto um reposicionamento subjetivo, em relação a proximidade afetiva e cuidados direcionados à prole, não sendo necessário "aprisionar" o pai a aspectos rigidamente demarcados por gênero ou papéis específicos.

2.1 PATERNIDADE E CONTEMPORANEIDADE: um exercício de adoção

O cuidado parental desempenha um papel importante no desenvolvimento e constituição da subjetividade, permitindo à criança senso de segurança e confiança. Rocha (2013) enfatiza a importância do cuidado parental na formação do superego e na capacidade de a criança lidar com suas próprias emoções e impulsos de maneira saudável. Diante disso, este capítulo aborda aspectos inerentes ao exercício da paternidade, do ponto de vista da contemporaneidade, e as implicações advindas da própria história constitutiva do sujeito em relação a esse exercício.

Não obstante que as transformações da paternidade estejam em evidência, o "lugar do pai" no que diz respeito ao cuidado direto com os filhos, especificamente no sistema público de saúde, ainda tem pouco espaço. Constantemente se observa, por exemplo, a priorização da figura materna como principal cuidadora e acompanhante em situações de consultas e internações. A concepção socialmente construída de que o pai não está apto a suprir os cuidados necessários para com a prole, e de que seus cuidados não se igualam aos da mãe, reflete uma visão enraizada em estereótipos de gênero e em uma visão biologizante dos vínculos familiares. Essa perspectiva sexista influencia significativamente as expectativas sociais e culturais em relação aos papéis parentais, limitando o entendimento da paternidade e contribuindo para desigualdades percebidas no exercício das funções de cuidado (Lyra *et al*., 2011).

Para compreendermos o *exercício da paternidade*, se faz necessário uma distinção sobre as noções de função paterna e exercício da paternidade para o campo psicanalítico. A função paterna, nesse contexto, refere-se ao papel simbólico e estruturador que o pai, ou pessoa que exerça essa função cuidadora, desempenha na psique da criança. Esse conceito destaca a importância do pai na introdução da lei, da autoridade e da identificação de tal papel,

no âmbito cultural na vida do filho. A função paterna, nesse sentido, é percebida como essencial para a formação do superego (freudiano) e para a internalização das normas sociais e morais.

Por isso, Freud (1924), à sua época, apontou que a função do pai se apresenta como fundamental para a constituição subjetiva, através do Complexo de Édipo, no qual o sujeito se depara com a falta e a lei da castração, tratando-se, fundamentalmente, de um processo inconsciente, via pela qual o psiquismo se relaciona com o mundo externo. Nesse contexto, essa função simboliza a autoridade, a lei e a normatividade social que a criança internaliza para se integrar à cultura. O referido autor, ao desenvolver essa noção, enfatizava a importância do pai como um agente de "diferenciação" em relação à figura materna e como mediador nas relações familiares.

Não esqueçamos que, àquele momento de tal desenvolvimento teórico, tradicionalmente, tendo em vista os aspectos culturais, o pai era visto como o detentor do poder e da autoridade, enquanto a mãe era associada ao cuidado e à nutrição. Essa divisão de papéis, embora histórica e culturalmente fundamentada, tende a simplificar a complexidade das interações familiares e a variedade de formas pelas quais os cuidadores podem contribuir para o desenvolvimento infantil.

Por isso, cabe ressaltar que os escritos de Freud sobre o Édipo e a função do pai na subjetividade dos filhos, refletem o contexto cultural de sua época, em que as relações familiares eram demarcadas pelo patriarcado e as construções sociais sobre família se restringiam a uma concepção cisheteronormativa e de família nuclear. Nesse sentido, Costa e Bottoli (2014) observam que, na contemporaneidade, a despeito das configurações e transformações nas famílias, e considerando que nem sempre os papéis são exercidos de forma tradicional, a família (esse núcleo social, inclusive ampliado) desenvolverá formas de oferecimento dos *aportes ediapianos* à criança. Como já ressaltado anteriormente, a contemporaneidade e suas diversas configurações familiares nos impelem a rever o processo de constituição do Édipo, desenvolvido por Freud (1924).

Por outra via, Lacan (1999) apresenta a função paterna enquanto função simbólica, retratando o pai como metáfora associada à enunciação da lei, por isso, não necessariamente representado por uma figura encarnada. O teórico afirma que, independentemente das especificidades de cada família, o complexo de Édipo manifesta-se como função estrutural da interdição, ressaltando o papel da castração simbólica como ponto decisivo na constituição psíquica, destacando que é ela que define o desejo. Nesses termos, Dor (1991) desvincula as palavras "Pai" de "Genitor" desse âmbito, ressaltando a representação puramente simbólica

da função paterna, destacando que o complexo de Édipo não está atrelado a presença de um pai real para ser constituído - por isso, pensamos o complexo enquanto um campo de identificações, sobretudo.

Diante disso, o pai, ou aquele/a que exerça essa função, se apresenta como um terceiro que, na relação estabelecida entre a criança e sua função cuidadora inicial, realizará o papel de apresentação do laço social à criança. Assim, entende-se que as funções parentais ou funções de cuidado estão associadas a representações e lugares simbólicos performados pela função cuidadora. Assim, essa função pode ser desempenhada (inclusive, com muita força na contemporaneidade), por mães, avós ou qualquer figura de identificação que tenha condições de dar segurança e que desempenha a função objetal primária e, portanto, de cuidar e participar ativamente da relação cuidador/bebê, inserindo a criança no universo simbólico.

Por outro lado, o exercício da paternidade diz respeito às práticas cotidianas e às interações emocionais entre cuidadores e filhos. Essa noção, destacada por teóricos como Cecarelli (2007), enfatiza a qualidade das relações parentais e a influência direta das interações familiares na formação da identificação com este papel e na saúde emocional da criança. Quando me refiro ao processo de identificação, estou tratando do movimento psíquico em que a criança se identifica com características, valores e modelos oferecidos pelo pai ou pessoa que exerça esse papel de cuidado. Assim como, o pai também se constitui, enquanto pai, a partir de identificações com outras figuras relacionais. O exercício da paternidade inclui desde cuidados físicos básicos, até a transmissão de aportes socioculturais, a criação de um ambiente emocionalmente seguro, por isso, o apoio no desenvolvimento psíquico e social dos filhos.

Assim, o exercício da paternidade abrange as práticas e interações diárias que os cuidadores realizam com seus filhos. No exercício da paternidade, é essencial explorar como os cuidadores contemporâneos interpretam e aplicam seu papel parental no dia a dia. Isso envolve examinar suas práticas de criação, os desafios enfrentados na conciliação de papéis familiares e profissionais, e a maneira como suas próprias experiências de infância influenciam suas abordagens parentais.

Além desses aspectos, é importante considerar as diferenças culturais, sociais e individuais que permeiam as práticas parentais contemporâneas e como essas variáveis impactam o bem-estar e o desenvolvimento das crianças. Prado e Abrão (2015) afirmam que a paternidade e o papel do pai se configuram hoje como o intercâmbio entre as funções materna e paterna, gerando cuidadores cada vez mais próximos e nutridores - fruto das transformações que as configurações familiares passaram ao longo dos tempos.

Esse exercício é fundamentado, na teoria psicanalítica, destacando a importância das experiências vividas e das ações diretas dos cuidadores na formação da personalidade e na adaptação das crianças ao ambiente social (Winnicott, 1971). Em termos práticos, o exercício de paternidade inclui desde a provisão de necessidades básicas, como alimentação, vestuário e cuidados físicos, até a promoção de uma conexão emocional estável através do afeto, da comunicação e do suporte emocional, especialmente à mãe, conforme afirma o autor, ao estabelecer o conceito de *Holding*.

Obviamente cabe aqui uma crítica ao pensamento de Winnicott (1971), que prevê o papel do pai como uma espécie de auxiliador nas tarefas maternas, o que nitidamente exprime o caráter ainda patriarcal dessa posição e a perspectiva de uma família tradicionalmente demarcada. Considerando as contribuições da teoria Winnicottiana sobre a paternidade, Rosa (2022) revisita seus conceitos diante do contexto atual e da diversidade das configurações familiares. A autora reafirma que a participação ativa e envolvimento emocional paterno refletem uma ampliação dos conceitos Winnicottianos em direção a uma paternidade mais colaborativa e afetiva.

Fazendo, pois, a distinção entre função paterna e exercício da paternidade, destaco que esta última é construída a partir das relações interpessoais estabelecidas, e para que seja efetivamente exercida, não basta a presença de um genitor e um filho. Tal concepção é corroborada por Cúnico e Arpini (p. 36, 2013), quando afirmam que “toda paternidade é adotiva” e, nem sempre o genitor dará conta de exercê-la, visto que aquele que não se constituir subjetivamente, social e afetivamente para o filho, não conseguirá exercer a paternidade, pois ela está num lugar para além do vínculo puramente biológico. Assim, a paternidade envolve um sentido simbólico que está para além dos laços consanguíneos, sendo um movimento do desejo e envolvimento afetivo, na medida em que envolve a escolha (de um exercício) em desempenhar os cuidados necessários e afetivos, envolvendo um engajamento profundo que supera as concepções puramente biológicas.

Diante disso, entende-se que a posição subjetiva paterna passou por um processo de evolução e transformações. Importante esclarecer que tenho preferido o uso da noção de posição subjetiva, em acordo com Monteiro (2024, p. 7):

> Regarding the use of the term "subjective position", instead of psychic structure, for example, I understand that the notion of position better clarifies, following Kleinian metapsychology, the mechanism role between defenses and anxieties in the modes of subjectivation. This understanding aims to expand the notion of psychic structure and deepens the idea that the term position implies in the mode expression of existence of an individual in the

> face of his development, since these different sets of anxieties and defenses can be expressed in different stages[1].

É possível inferir que a posição subjetiva paterna vem passando por transformações que refletem a amplitude do entendimento sobre a paternidade, no qual esta integra tanto uma figura de identificação e aporte simbólico, quanto novos modos de envolvimento com a prole e envolvimento afetivo (Lebrun, 2004).

Na prática clínica se faz necessário compreender o exercício da paternidade, explorar como as dinâmicas familiares e as interações parentais moldam a constituição psíquica na infância e na dinâmica familiar. Isso inclui examinar como a ausência, presença não-implicada ou distorção da figura paterna podem impactar o desenvolvimento emocional e comportamental das crianças e de seus cuidadores. Considerando a importância dos aspectos teóricos aqui discutidos, sobre a função paterna e exercício da paternidade, bem como os objetivos deste trabalho, também se faz necessário abrirmos espaço para algumas breves discussões sobre a parentalidade e paternidade.

2.2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PARENTALIDADE E PATERNIDADE

Na contemporaneidade, paternidade refere-se à prática e significado da figura paterna em contextos sociais, culturais e familiares modernos. Como já referendado, tradicionalmente, a paternidade era frequentemente associada à autoridade e provisão financeira, refletindo papéis de gênero rígidos, segundo Cecarelli (2007). No entanto, nas últimas décadas, houve uma evolução significativa na compreensão e prática da paternidade, influenciada por mudanças sociais, incluindo maior igualdade de gênero, diversidade das construções de núcleos familiares e maior participação dos cuidadores na vida dos filhos.

É diante da realidade apresentada na configuração familiar na qual está inserida, que a criança "[...] se indagará sobre o desejo que a constitui, desejo pelo Outro" (Costa e Bottoli, 2014, p. 55-56). O "Outro", nesse sentido, corresponde a uma entidade simbólica, personificada na figura dos cuidadores, e é a partir do "desejo de ser desejado" ou aceito por essa entidade simbólica que a criança internaliza o laço social e se constrói como sujeito.

---

[1]Nossa tradução: Em relação ao uso do termo "posição subjetiva", em vez de estrutura psíquica, por exemplo, entendo que esse entendimento visa ampliar a noção de estrutura psíquica e aprofunda a ideia de que o termo posição implica no modo expressão de existência de um indivíduo diante de seu desenvolvimento, uma vez que esses diferentes conjuntos de ansiedades e defesas podem ser expressos em diferentes estágios.

Nesse viés, o desejo do Outro atua como mediador que participa da configuração dos próprios desejos da criança.

Cecarelli (2002), em seu texto sobre as configurações edípicas na contemporaneidade, reflete sobre o ponto do Complexo edípico, que envolve investimentos eróticos e agressivos da criança em relação às figuras de cuidado, período em que a criança se percebe à margem de uma relação triangular, ressaltando que a característica triangular dessa relação não necessariamente deva ocorrer com pessoas de diferentes gêneros. Caso assim fosse, as crianças que são institucionalizadas ou que convivem dentre os mais diversos arranjos familiares, teriam problemas diante da resolução do Édipo.

Considerando a diversidade de formas de arranjos familiares, o referido autor afirma que a ausência de papéis demarcados de gênero não impacta, necessariamente, no desenvolvimento psíquico da criança, sendo preciso evitar determinações normativas que se limitem a um modelo familiar engessado, compreendendo que a parentalidade, nas famílias contemporâneas, pode ser exercida em conjunto por todos os seus membros, inclusive.

Ainda nessa perspectiva, Cecarelli (2007) enfatiza a mudança nas noções tradicionais de famílias baseadas em laços consanguíneos e procriação, ressaltando outras configurações constituídas por laços de afeto e dinâmicas relacionais diversas. Assim, é importante compreender que não existe um modelo familiar ideal e que todas as configurações têm suas próprias especificidades e desafios diante do exercício da parentalidade.

O termo parentalidade é usado para definir a função simbólica e afetiva desenvolvida por cuidadores que assumem a posição de cuidar e promover o desenvolvimento psíquico da criança, não se limitando apenas ao vínculo biológico, mas envolvendo investimento emocional e o lugar da criança como sujeito do desejo, compreendendo ainda a introdução de valores culturais e na ordem simbólica. Maia e Okamoto (2023) ressaltam que a parentalidade também implica o manejo do narcisismo parental e a transmissão de expectativas e desejos inconscientes, o que influencia a subjetividade da criança.

Ao abordar sobre o narcisismo parental, relembrando as construções freudianas em *Sobre o Narcisismo, uma introdução* (1914), as autoras fazem referência à maneira como os cuidadores projetam nas crianças suas expectativas, fantasias e desejos inconscientes, os percebendo, muitas vezes, como uma extensão de si mesmos, uma via pela qual poderão reafirmar sua própria existência e valores.

Quando nos referimos às relações parentais, estão implícitos os processos de construção subjetiva, conscientes e inconscientes, e outros ingredientes coletivos, como a evolução sociocultural e jurídica, que permitem a organização das relações de parentesco a

partir das responsabilidades dos cuidadores para com as crianças. Zornig (2010) afirma que a parentalidade é vista como um processo dinâmico e complexo que influencia significativamente a formação da identificação e a posição subjetiva da criança. Essa situação está intimamente ligada ao modo como os papéis parentais são exercidos. A capacidade de oferecer um ambiente emocionalmente seguro é a base para uma forma de subjetivação e desenvolvimento psíquico mais saudáveis.

Nesse sentido, Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020) afirmam que a projeção dos desejos inconscientes e fantasias dos cuidadores são aspectos presentes no processo de subjetivação da criança. Por isso, o desejo parental poderá exercer papel de relevância, auxiliando na construção de um ego saudável. Em contrapartida, se à criança for atribuído o papel de reparar falhas e reafirmar a identificação parental, correrá o risco de ter sua autonomia e desenvolvimento sufocados.

Quando há uma imposição exacerbada em direção a uma potencial "reparação" às feridas narcísicas através dessas relações, pode ocorrer uma espécie de superidentificação com os filhos, levando a um processo adoecedor para ambos, havendo prejuízo ao desenvolvimento psíquico da criança devido à falta de reconhecimento de sua individualidade, negando sua alteridade e promovendo uma dinâmica adoecedora (Maia e Okamoto, 2023).

Tais aspectos refletem a complexidade diante da construção e vivência da parentalidade, que também é influenciada pelas implicações culturais de cada época, iniciando na história individual de cada um e nos cuidados que lhes foram dispensados, tendo em vista que as identificações com as figuras de cuidado da infância poderão influenciar a forma de exercitar a parentalidade (Zornig, 2010; Teperman, Garrafa e Iaconelli, 2020). Assim, a construção da parentalidade não se restringe apenas a chegada de um bebê ou de uma criança a ser cuidada. Nesse sentido, as funções parentais fazem referência à afetividade e operações simbólicas.

As questões da parentalidade são descritas por Angelelli (2022, p. 13) como um momento de crise vital, isto é, para que o pai possa existir, a autora afirma que:

> Como a situação gravídica[2] e o despertar da parentalidade configuram potencialmente um período de crise para todos os envolvidos, são também uma oportunidade de reconfiguração subjetiva em que os laços se reorganizam, os papéis mudam, e pais nascem como pais junto com sua criança.

[2]Ou chegada de uma criança por outras vias.

Sobre o funcionamento psíquico na parentalidade, Freud (1914) afirma que, para os cuidadores, a relação parental tende a resgatar, através da valorização e cuidados com o bebê, o próprio narcisismo, e essa relação atua como potencial de ataque ou mesmo ressignificação às feridas narcísicas dos próprios cuidadores. Frequentemente observamos essa concepção no campo da prática clínica, percebo esses aspectos quando acompanho cuidadores que buscam ressignificar, através do exercício da paternidade, vivências traumáticas, abandono e o vazio provocado pela ausência ou aspectos disruptivos da presença paterna.

Em algumas situações, para esses cuidadores, a parentalidade exerce um papel restaurador, com potencial de abrigar suas relações objetais primárias. Essas relações se referem aos primeiros vínculos afetivos e emocionais desenvolvidos pelo bebê e desempenham um papel primordial na formação do psiquismo do sujeito, sendo esses os primeiros vínculos fundamentais para formar relações afetivas e seguras na vida adulta (Klein, 1946).

Compreender a dinâmica da parentalidade nos permite explorar como os estilos parentais, as interações familiares e as histórias individuais dos cuidadores influenciam as experiências emocionais e desenvolvimento das crianças. Isso inclui a análise de como conflitos não resolvidos ou dificuldades emocionais dos cuidadores podem ser projetados nos filhos – e como afetam a interação e vínculo afetivo seguros.

Sobre a experiência da paternidade, Cecarelli (2007) afirma que paternidade está para além do nascimento de uma criança, considerando que o fato biológico de gerar não transforma, necessariamente, a pessoa em pai. Por isso, estendemos essa reflexão, inclusive, para além do aspecto biológico, pois o nascimento de um pai, efetivamente, depende das relações travadas com essa filha/filho/filhe, que se põe neste acontecimento da existência.

O autor distingue o nascimento em três importantes momentos, cuja relação de dependência entre si está cada vez menos presente, diante das distintas configurações familiares. Assim, surge o parto[3], como *fato físico*, evento biológico que, se não houver investimento libidinal, se torna apenas um evento reprodutivo, não transformando genitores em cuidadores; o *fato sociopolítico*, que inscreve a criança no exercício da filiação, não necessariamente exercido pelos genitores, haja vista os processos de adoção e reprodução assistida; e, por fim, o exercício da filiação, que insere a criança na organização simbólica,

[3]Entendemos que a noção de parto e nascimento podem ser ampliadas ao recebimento de uma criança, por outras formas, inclusive, como no caso da adoção, que imprime uma espécie de parto afetivo.

fato psíquico. A partir da organização simbólica, a criança se inscreve no desejo do Outro, o que vai lhe permitir se constituir enquanto sujeito.

Cabe ressaltar que, diante das diversas possibilidades de vivenciar a parentalidade, ratificando Cecarelli (2007), Rodriguez e Gomes (2012) afirmam que a constituição psíquica está para além da biológica e que o processo de filiação é uma realidade psíquica que independe de configuração ou constituição, tratando-se de uma relação construída dentro de uma família, seja monoparental, homoparental, afetiva, biológica ou de qualquer outra configuração. Essa construção psíquica é de vital importância para o sentimento de pertencimento e construção do vínculo parental.

Zorning (2010) aponta que a psicanálise examina a paternidade através de múltiplas lentes, considerando não apenas a função estrutural do pai na psique infantil, mas também sua capacidade de proporcionar suporte emocional, segurança e processos de identificação. A figura paterna, na contemporaneidade, é vista como fundamental para o desenvolvimento emocional e psicológico das crianças, desempenhando um papel participante, ativo e essencial na promoção de um ambiente familiar saudável e de apoio. Além disso, a paternidade contemporânea também incorpora desafios únicos, como a conciliação entre trabalho e família e a reconstrução de papéis parentais, diante do dinamismo dessas configurações.

Sobre o exercício da paternidade, Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020) afirmam que o exercício da paternidade tem influência direta com as figuras parentais que foram internalizadas. De acordo com as autoras, como salientado anteriormente, a maneira como o pai se posiciona com os filhos está associada à sua própria experiência subjetiva com seus cuidadores, experiências essas que vão sendo reencenadas no próprio ato de exercer a paternidade. As autoras afirmam que, diante do exercício da paternidade, o sujeito lida com heranças psíquicas que podem incluir angústias, frustrações e desejos não realizados, influenciando a dimensão simbólica e transmissão de valores que abrem caminhos para a constituição da criança enquanto sujeito singular. Muitas vezes, podem ser observadas tentativas em reproduzir “acertos” e evitar desencontros vividos na relação com o próprio pai. Reconhecer os afetos que permearam a relação pai/filha/o/e poderá levar a uma reflexão e ressignificação do exercício da paternidade.

Tal percepção coloca o pai, inclusive, como também protagonista, diante da evolução da relação de cuidado pai/filhas/os/es e revela uma nova concepção de vivência da paternidade (Zornig, 2010). Aos poucos, o pai contemporâneo vai se distanciando da figura de autoridade, castradora e distante, criando espaço para uma figura mais afetiva e implicada nos cuidados, historicamente atribuídos à figura materna, estabelecendo um vínculo de afeto

essencial para a formação da subjetividade. Não nos esqueçamos, nesse contexto, dos pais solo, que marcam mudanças estruturais em nossa sociedade.

Como vimos, na contemporaneidade, as distinções entre parentalidade e paternidade são significativas, refletindo mudanças nas normas sociais e papéis de gênero. Portanto, enquanto a parentalidade abrange um espectro mais amplo de responsabilidades e envolvimento parental, o exercício da paternidade, atualmente, representa uma evolução na definição e prática do papel do pai, destacando seu impacto único, em participação ativa e, por vezes, protagonista no desenvolvimento infantil, dentro de um contexto familiar dinâmico. Diante disso, se percebe que a chegada de um filho mobiliza importantes relações primárias que nortearão o exercício da paternidade, podendo vir a ser fator importante para o estabelecimento de vínculos seguros ou frágeis. A contemporaneidade reflete a necessidade de abordagem desse papel, levando-se em consideração que nos parece que uma nova posição subjetiva está em questão.

Entende-se que o pai cuidador, presente e afetivo *quer existir*, mas ainda encontra barreiras e amarras; resquícios de um patriarcado ainda pujante em algumas famílias e instituições, como bem observam Lyra *et al.* (2011), quando ressaltam as dificuldades impostas ao parceiro trabalhador para acompanhar as consultas ou até mesmo as reuniões escolares, reforçando, assim, a figura do pai apenas enquanto provedor. Sendo, dessa forma, negada e negligenciada a sua paternalidade, termo utilizado por Ferrari e Ribeiro (2020) para demarcar a natureza psicoafetiva, no sentido da conexão e do reconhecimento entre pais e filhos.

Além disso, o aspecto afetivo da paternidade também envolve o estabelecimento de vínculos emocionais duradouros que sustentam o bem-estar psicológico ao longo da vida. A capacidade do pai de expressar afeto e empatia não apenas fortalece o relacionamento pai-filha/o/e, mas também norteia padrões de relacionamento interpessoal que a criança internaliza e reproduzirá em suas próprias interações sociais. Essas interações afetivas são cruciais para o desenvolvimento da capacidade de regulação emocional da criança e para sua disposição em lidar com desafios emocionais ao longo da vida adulta.

Diante da relevância que essa relação alcança, e compreendendo a necessidade da desconstrução de modelos tradicionalmente demarcados, é necessário ampliar a discussão sobre esses marcadores que delineiam a paternidade para possibilitar uma aproximação compreensiva sobre o *pai que quer existir*, um tanto mais descolado de amarras e configurações sociais.

Nesse sentido, compreender que o cuidado parental não se limita a uma divisão rígida de tarefas baseada no gênero, permite uma abordagem mais inclusiva e sensível às necessidades individuais das famílias. A diversidade familiar, que inclui famílias monoparentais, homoparentais e outras configurações, desafia as normas tradicionais de gênero e destaca a importância de atualizar as teorias psicanalíticas para contemplar a realidade diversificada das experiências familiares contemporâneas.

Ao abordar a função de cuidado paterno, esta pesquisa buscou não apenas explorar suas dimensões práticas e afetivas, mas também desafiar representações antiquadas e estereotipadas dos papéis parentais. Apresento, por isso, a seguir, algumas questões que permeiam o exercício da paternidade na contemporaneidade; seguiremos discutindo tais papéis, num contexto específico que é o sistema penitenciário, campo desta pesquisa, em que discorro sobre as prisões brasileiras, o perfil das pessoas privadas de liberdade e quais são os caminhos e descaminhos para o exercício da paternidade nessa realidade da experiência humana.

3 ENCARCERAMENTO E PATERNIDADE: caminhos e descaminhos

As configurações familiares contemporâneas são reflexo de transformações ocorridas no âmbito psíquico, econômico, sociocultural e histórico. As famílias atuais são caracterizadas por suas formas singulares de configuração, relações de convivência e vínculos de afetividade. Cecarelli (2007, p. 92) ressalta que um dos grandes debates sobre o que define como *"novas organizações familiares", "novas famílias" ou "novos arranjos familiares"* gira em torno da afetividade:

> [...] formas de ligação afetiva entre sujeitos onde existe, ou não, uma forma de exercício da parentalidade que foge aos padrões tradicionais: famílias monoparentais, homoparentais, adotivas, recompostas, concubinárias, temporárias, de produções independentes, e tantas outras. Temos, ainda, as mudanças que afetam diretamente as condições de procriação tais como: barriga de aluguel, embriões congelados, procriação artificial com doador de esperma anônimo e, muito mais brevemente do que se pensa, a clonagem.

Nesse sentido, Lyra *et al*. (2011) ressaltam que os diversos arranjos familiares apresentam uma dicotomia, no sentido de que, para alguns, se apresenta como um dever de se tornar mais participativos e assumir ou partilhar as responsabilidades; enquanto isso, para outros, se apresenta como um direito de estar mais próximos aos filhos, e associam essa possibilidade à construção de novas formas de se pensar e vivenciar a parentalidade e seus exercícios de cuidado; por isso, afirmam que "a coexistência de modos de vida distintos engendra diferentes formas de convívio incluindo as atividades de cuidado para com os filhos" (Lyra *et al.*, 2011, p. 13). Considerando a diversidade de configurações familiares, as múltiplas formas de vivenciar a parentalidade e exercer, efetivamente e afetivamente, os cuidados com a prole, é necessário conhecermos a realidade do pai privado de liberdade. Uma população comumente invisibilizada e que tem negligenciada a sua potencialidade de cuidar.

O Brasil ocupa hoje o terceiro lugar no mundo em número de pessoas privadas de liberdade, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e China, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa de Política Criminal da Universidade de Londres - *World Prision Brief* (WPB, 2018). Segundo o Conselho Nacional de Justiça, em 2025, a estimativa é que o país alcance 1,5 milhão de pessoas privadas de liberdade. Em Pernambuco, a população prisional se aproxima de 28 mil pessoas, destes, 98,35% são homens, segundo dados atualizados pelo Sistema de Informações Penitenciárias (SISDEPEN, 2023).

O sistema prisional em Pernambuco, bem como em todo o país, atualmente se encontra sobrecarregado, grande parte das pessoas em privação de liberdade estão em prisão

provisória, aguardando sentença definitiva. Essa realidade se reflete na unidade em que realizei a pesquisa, visto que ela possui capacidade para receber 700 pessoas, porém, esse número ultrapassa 1.700; destes, apenas 921 com sentença definitiva, segundo dados atualizados pelo Sistema de Informações Penitenciárias (SISDEPEN, 2023). Para melhor discutir sobre a realidade do campo e sujeitos desta pesquisa, se faz necessário compreender, mesmo que brevemente, o funcionamento do sistema prisional brasileiro e o perfil dos sujeitos em privação de liberdade.

3.1 BREVES REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

O objetivo do sistema prisional brasileiro, baseado na Lei de Execução Penal nº 7. 210, de 1984, é a punição da criminalidade, afastando o sujeito da sociedade através da privação de liberdade, buscando "proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado" (Brasil, 1984, p. 1). Contrastando com esse objetivo, a realidade das prisões brasileiras é de superlotação e precariedade, apresentando um ambiente hostil, de violação de direitos e humilhações, propiciando mais a reincidência ao crime do que a reintegração do sujeito à sociedade.

Sobre esses efeitos da punição, Foucault (1977) já alertava sobre a importância de que a severidade da punição deve ser atenuada pela "qualidade do método de punir". O autor ressalta que punição e reabilitação são temas complexos, devido ao fato de que a punição pode desencadear o sentimento de vingança, perpetuando, assim, o danoso ciclo de reincidências. Discorre, ainda, sobre a transformação no sistema de punição e sua tendência à aniquilação subjetiva, pois a transição do sistema de castigos físicos para um rígido controle disciplinar, que visa "moldar" e "normatizar" comportamentos, acaba por contribuir para um exercício brutal de poder, possibilidade de reincidência ao crime e fragilidade no sistema de punição (mais bem explicitado, na atualidade, pela ideia de ressocialização). Sobre a possibilidade de retorno ao crime, o autor considera que "a detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chances que antes de voltar para ela, os condenados são em proporção considerável, antigos detentos" (Foucault, 1977, p. 260).

O referido autor, apesar de não retratar a realidade das prisões brasileiras, já sinalizava o fracasso da política prisional apoiada em castigos e arbitrariedades, o que torna o sistema ineficaz e produtor de mais violência. Observa que as mudanças nos princípios de punição (ocorridos ao longo do desenvolvimento histórico) preconizavam o fim dos castigos e torturas físicas. Ao longo de sua obra "Vigiar e Punir", Foucault se debruça sobre as causas e

efeitos do encarceramento, destacando as condições degradantes e penas corporais públicas, sob a leniência da população, que legitimava o poder da autoridade, desconsiderando qualquer direito à condição humana do condenado. Tais execuções públicas reforçavam o poder do Estado sobre seu povo.

Embora, ao longo do tempo, tenha havido um levante popular em busca de um tratamento mais humano aos condenados e sobre as limitações do poder de punir, resguardadas as devidas proporções, a atualidade não parece muito distante dessa perspectiva, tendo em vista as condições das prisões, torturas e silenciamento da sociedade em geral quando se trata da população carcerária. Nesse sentido, Serqueira (2006, p. 668) apresenta um panorama que reflete a realidade das prisões brasileiras:

> A prisão é uma lixeira humana, um lugar de horror, de total invisibilidade, um lugar de aniquilamento do homem, de aprisionamento do ser. Condições desumanas, ou, como me ensinam os presos, um lugar onde não se dorme sossegado, onde ninguém confia em ninguém, nem se garante quem estará vivo amanhã, um lugar fora da lei. Em nome da lei e de um suposto tratamento penal, encontramos homens abandonados, em bandos, excluídos, sem lugar, embora incluídos pela lei. Uma constatação é inevitável: o não-lugar mata o homem em vida.

A autora traz um recorte da vivência carcerária, instigando a pensar sobre aqueles que cumprem pena de privação de liberdade, como forma de reparação por transgressão das leis e ruptura dos pactos que norteiam a convivência em sociedade. Esse breve recorte da autora me recorda o sofrimento de cada Pessoa Privada de Liberdade (PPL) que tive a oportunidade de escutar, no exercício da clínica, neste contexto. A situação excludente e desumana vivenciada no sistema penitenciário tem o poder de aniquilar as subjetividades, desumanizá-los. Não à toa, se referem ao momento que as grades se fecham como "*quando bate a ratoeira*", como se referiu um de meus assistidos. Internalizam, a partir daí, o *"rato"* que foi aprisionado pelas garras da lei, aniquilando seus sonhos, perspectivas e condição de sujeito desejante.

Esse lugar de "*rato*" apreendido pela ratoeira (grades) me foi trazido em um atendimento clínico, quando a PPL relatava não ter mais valor algum e fez essa analogia, no intuito de ilustrar a sua dor e ciência do lugar que ocuparia na sociedade, a partir de então. Em torno dessa analogia, passei a compreender melhor o sofrimento e a angústia dessas pessoas, pois, ser "pego" por essa ratoeira, parecia significar sua morte social e subjetiva. A partir daí, na sua concepção, precisava introjetar esse novo papel: de ser sem valia, abjeto da sociedade, que mesmo após cumprir sua sentença, carregaria para sempre a marca da delinquência e sua aniquilação enquanto sujeito social.

Diante disso, essas pessoas passam, então, a se identificar como "*objetos do Estado", "gado*" e outros tantos adjetivos que minam a sua existência enquanto sujeitos. É possível encontrar nesse contexto, algo que percebemos como "invisíveis", ou melhor, sujeitos invisibilizados, entregues à própria sorte, estão em cumprimento de suas sentenças ou no aguardo destas, porém desconhecem sua situação jurídica. Essas PPLs não têm acesso a advogados públicos ou particulares, cujos processos ficam parados por muito tempo e, assim, permanecem na invisibilidade, devido a sua condição econômica. São essas as que aceitam, com maior resiliência, sua identificação como "*objeto do Estado"*, pois se encontram à mercê de um sistema que parece ter como maiores vítimas, a classe pobre. Como bem salienta Foucault (1977), essa classe sempre é maltratada de todos os lados, pela polícia e exposta a longas penas de prisão pelo sistema de justiça.

Tais processos, muitas vezes, já são construídos na infância, quando são impelidos à busca por sobrevivência desde a tenra idade, conforme me foi relatado em alguns atendimentos, quando um, dentre tantos, se identificou como um "*produto do Estado".* Submetido a diversas transferências entre prisões ao longo de mais de vinte anos, entre entradas e saídas do sistema penitenciário, relatou que sua mãe *"foi a rua e seu pai o tráfic*o", pois desde os cinco anos de idade precisou ir às ruas, com sua caixa de engraxate em busca de sobrevivência. Nas ruas sofreu todos os tipos de violência, mas aprendeu a sobreviver, não permitindo que lhe tirassem o pouco que conseguia para a subsistência da família.

Quando questionado se sua vida seria diferente se o Estado tivesse percebido e acolhido essa criança que buscava a sobrevivência nas ruas; com o mesmo punho cerrado, com o qual protegia o pequeno valor que garantia o alimento para a família enquanto apanhava nas ruas, bate no peito e afirma que essa criança, que criava "*meios de sobrevivência, ainda está presente no adulto que precisa sobreviver há mais de vinte anos no sistema penitenciário"*. Ressaltou que a garra dessa criança, que criou estratégias de sobrevivência, precisou (re)existir dentro de um sistema cruel e opressor, que não reconhece sua contribuição e seu direito. Relatou seu trabalho braçal dentro do sistema, por muitas vezes desvalorizado, quando lhe é negado acesso à saúde e educação, por ser considerado "*um cara problemático*", citando, inclusive, sua identificação com a música Cidadão, de Zé Ramalho, pois o único lugar que lhe aceita e lhe dá voz é a Igreja.

Diante desse relato, é possível identificar o que Barros e Hoffmann (2017) descrevem como um *ato inventivo do sujeito* - quando o sujeito interpreta, recria e reinventa sua dura realidade, canalizando suas pulsões para movimentos produtivos, neste caso, a própria sobrevivência. As autoras ainda endossam que a errância desses meninos não é apenas um ato

de sobrevivência, mas também uma forma de expressão subjetiva e resistência, no intuito de afirmar a existência diante de um ambiente hostil. Por isso, não se trata, apenas, de um fenômeno socioeconômico, mas de uma exclusão subjetiva, que impõe ao sujeito à marca da segregação e destituição de um lugar simbólico, dessa forma, abrindo brechas para a introjeção dessa condição de não reconhecimento, conforme já mencionado anteriormente.

Nessas condições, algumas PPLs têm laços familiares rompidos, outros não recebem visitas devido à situação de vulnerabilidade social/familiar, o que acaba favorecendo as situações de precariedade em que se encontram no sistema penitenciário e a reincidência, que se torna não apenas um comportamento criminoso repetitivo, mas uma manifestação de conflitos não resolvidos, além da falta de validação social que reforça o estigma de sujeito do crime e sentimentos de inadequação. Acerca disso, Mameluque (2006) afirma que a saúde psíquica perpassa por laços sociais fortalecidos, fortalecimento do sujeito e ampliação da capacidade de intervenção transformadora da realidade, porém, diante da realidade a que essas pessoas estão expostas, dificilmente transcenderão as barreiras em direção à recuperação (termo que prefiro usar como ressocialização).

Cabe mencionar uma pesquisa realizada por Marson e Lira (2021) com egressos do sistema penitenciário, em que afirmam que tais barreiras são praticamente intransponíveis, pois a dificuldade de acesso a serviços de cidadania, oportunidades de trabalho e reinserção social reforçam estigmas e retroalimentam a exclusão dessa população. A marca simbólica associada à condição de detento ou egresso reforça o lugar de "marginalização", cuja internalização desse estigma poderá levar ao que Winnicott (1964) chamou de *falso self*, processo no qual o sujeito se "molda" às expectativas de exclusão, comprometendo, assim, a percepção de si e comprometendo suas relações, ações e perspectivas futuras.

O sistema excludente e opressor é uma realidade na maioria das prisões brasileiras, se revela um sistema falho, cuja ideia de ressocialização é utópica e necessita ser revista, a partir do olhar ampliado para as necessidades dos sujeitos que nelas se encontram. Mirabete (2008) afirma que o modelo do sistema penitenciário brasileiro é uma das maiores mazelas do "sistema punitivo", considerando que, ao retornar à sociedade, o sujeito estará mais despreparado e insensível, com maior possibilidade de praticar crimes, até mais violentos, do que os que motivaram sua prisão anterior.

Existem diversas garantias legais relacionadas aos direitos da pessoa privada de liberdade, sejam elas em nível internacional, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Resolução da ONU, que preconiza algumas regras mínimas para a conduta com as pessoas em cumprimento de

pena; ou, em âmbito nacional, como a Constituição Federal, que assegura garantias fundamentais a pessoa presa e a própria Lei de Execução Penal.

No entanto, o que se percebe, na prática, é que o sofrimento vivenciado pelas pessoas em privação de liberdade destoa do que preconizam as leis, havendo desrespeito a essas garantias, através da prática de agressões físicas, psicológicas e morais, por parte, além do sistema como um todo, inclusive, das próprias PPLs, que se organizam hierarquicamente. Sobre isso, Machado e Guimarães (2014, p. 571) afirmam que:

> Dentro da prisão, dentre várias outras garantias que são desrespeitadas, o preso sofre principalmente com a prática de torturas e de agressões físicas. Essas agressões geralmente partem tanto dos outros presos como dos próprios agentes da administração prisional. O despreparo e a desqualificação desses agentes fazem com que eles consigam conter os motins e rebeliões carcerárias somente por meio da violência, cometendo vários abusos e impondo aos presos uma espécie de disciplina carcerária que não está prevista em lei, sendo que na maioria das vezes esses agentes acabam não sendo responsabilizados por seus atos e permanecem impunes.

Diante de tais aspectos, Nucci (2014) apresenta relevantes reflexões sobre a importância do princípio da humanidade, assegurado pela Constituição Federal, no sistema penitenciário. O autor reforça que a situação degradante e superlotação, na maioria das penitenciárias brasileiras, está em completo desacordo com a lei e que a falta de oportunidades e tratamento digno nas prisões contribui para a prática criminal, mesmo dentro das penitenciárias. Ressalta, ainda, que o tratamento desumano nas instituições penais não é frequentemente notificado, o que dificulta ações punitivas aos agentes violadores de direitos. O autor instiga uma importante reflexão sobre a falência da pena de prisão, como muito se discute socialmente.

Como já apontado por Foucault (1997), há vários inconvenientes inerentes à aplicação unicamente e equivocadamente de um “sistema de punição”, no qual a prisão pode ser perigosa, talvez inútil, impedindo um processo reflexivo, propiciando tais situações de violência e abuso de poder. Essas discussões sobre a efetividade das prisões e seu sistema de punição perduram desde o surgimento destas, suscitando debates sobre a necessidade de melhorias nas condições das prisões e reformas no sistema prisional. Assim, pensar no fim das prisões seria algo ilusório para a sociedade contemporânea?

Davis (2018, p. 11) considera que o sistema prisional contemporâneo, longe de ser solução para as questões sociais, aparenta ser uma ferramenta que corrobora com a opressão e fomenta as desigualdades étnico-raciais e socioeconômicas. Nesse sentido, salienta a

necessidade de “[...] imaginar uma ordem social que não dependa da ameaça de enclausurar pessoas em lugares terríveis destinados a isolá-las de sua família e de sua comunidade”. Traça, ainda, um paralelo com o processo de escravização e mecanismos históricos de opressão e segregação, apontando para a necessidade de alternativas baseadas na justiça e políticas sociais que abordem as causas do problema, ao invés de confinar pessoas e submetê-las a tratamentos desumanos e socialmente diferenciados. De acordo com a autora, novas práticas de justiça criminal perpassam por reformas sociais de enfrentamento às causas estruturais da criminalidade e construção de alternativas que promovam a inclusão e justiça social.

Diante disso, buscar entendimento sobre a condição (des)humana no sistema prisional nos leva a necessidade de refletir sobre o sujeito que rompe os limites da lei e que, de acordo com a Lei de Execução Penal, é privado de liberdade como forma de reparação, reeducação e ressocialização.

3.2 PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE - QUEM SÃO?

A população carcerária brasileira é composta, em sua maioria, atualmente, por homens jovens e negros. Esses homens foram presos, de modo geral, acusados de terem cometido roubo, tráfico de entorpecentes, furto ou homicídios. Aproximadamente 95% são de classe social mais vulnerável, com poucas oportunidades em termos de escolaridade e sem qualificação profissional ou desempregados (INFOPEN, 2017). Um levantamento realizado entre 2005 e 2010, por Monteiro e Cardoso (2013), reafirma a seletividade do sistema prisional quanto à sua população, ressaltando que as prisões brasileiras se tornaram “*campos de concentração de pobres*”. O referido trabalho ressalta, ainda, a dificuldade de obter dados mais específicos sobre o perfil socioeconômico, étnico racial e de gênero. Tais dificuldades de acesso a essas informações também foram identificadas neste trabalho.

Apesar de não tratar diretamente de homens privados de liberdade, objeto central desta pesquisa, Falcão (2022) apresenta um perfil de jovens egressas de institucionalizações, em que destaca a característica socioeconômica que encontramos também no contexto desta pesquisa, corroborando para a compreensão de que a precariedade social a que essas pessoas estão expostas atua como fator impeditivo para um desenvolvimento saudável. Indica ainda que a baixa escolaridade e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal é uma característica comum entre essas pessoas, o que contribui para a perpetuação de ciclos de vulnerabilidade, exclusão e segregação social e racial.

A despeito da multidiversidade de características raciais, culturais e socioeconômicas existentes no Brasil, o sistema penitenciário é composto por uma população de 64% de pessoas que se consideram pardas ou pretas (INFOPEN, 2017), levando-se em consideração a subnotificação durante o preenchimento da ficha de identificação. Aqui, se faz necessário abrir espaço sobre uma importante discussão que também atravessa o sujeito institucionalizado: o racismo. Apesar de o tema racismo não ser parte direta de meus objetivos de pesquisa, cabe ressaltar que atravessa toda a dimensão da temática e, por isso, mesmo que brevemente, enfoco alguns pontos de discussão, visando problematizar a realidade da população carcerária em nosso país; mesmo enquanto mulher branca, que não vivencia essa realidade, enfoco que parto de um lugar de respeito a esse contexto.

Medrado e Lyra (2002) discutem a masculinidade hegemônica como um modelo cultural, que é branco, heterossexual e dominante. Tal modelo exerce uma espécie de poder sobre outras masculinidades, estabelecendo desigualdades sociais e subordinado as demais identidades que não o envolvam. Tal hegemonia não apenas alcança questões de gênero, mas envolve outras dimensões, fundamentais para a compreensão dos sistemas de opressão que perpetuam as desigualdades, como raça e classe.

Nesses termos, uma das múltiplas faces das questões raciais é o racismo do Estado, que é uma das mais evidentes formas de discriminação racial e desigualdade, quando perpetuam suas políticas historicamente discriminatórias dentro de suas instituições. Assis e Wermuth (2015) alertam sobre a seletividade e segregação social no sistema prisional brasileiro, a qual se manifesta através do perfil de seus reclusos, que é formado por pessoas de baixa condição financeira, negros e com pouca, ou nenhuma, escolaridade.

Isso leva a compreensão do racismo como um fenômeno sociopolítico profundamente enraizado nas estruturas sociais e políticas que perpetuam a desigualdade e sofrimento, conforme afirma Rosa (2016). A autora argumenta que o racismo tem se tornado uma prática institucional que está para além de uma questão do mero preconceito individual, tornando-se mais um elemento de invisibilidade e aniquilação das subjetividades. É notável os efeitos psicológicos do racismo, incluindo estresse, ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).

Abordar o racismo e o sofrimento da pessoa negra no sistema prisional incita a rever uma questão levantada por Fanon (2021) sobre a relação entre a cultura e o racismo, como um entrelaçamento que sofre uma ação recíproca, no qual o sistema dominante praticamente determina o “dominado”. O autor considera o racismo um elemento cultural que se renova, encontra novas nuances e adapta-se ao conjunto cultural de seu contexto. Sendo assim, fica

claro que o racismo, no contexto prisional, torna-se mais um elemento de invisibilidade e aniquilação das subjetividades.

Nogueira (1998, p. 37) enfatiza que o racismo traz consequências psíquicas que interferem nas relações sociais e processos de identificação enquanto pessoa negra, fazendo com que, em muitos casos, na tentativa de constituir-se como ator social, passe a negar seus iguais, "pois estes representam, para ele, o retorno de um sentido insuportável, que tenta recalcar". Dessa forma, a identificação com as classes dominantes se torna um caminho que alimenta a dominação e um *não-lugar* do negro nas relações sociais e institucionais. Souza (1983), por sua vez, ressalta que tais ideais levam o negro ao processo de negação do próprio corpo, acarretando sentimentos de amargura e revolta, visto que diverge das identificações que foi coagido a desejar.

No caso em tela, de nossa pesquisa, soma-se a essas condições de discriminação e fragilidade social a privação de liberdade. Essas são demandas psíquicas que minam os sujeitos e os põem em situação de dor e angústia, os impedindo de encontrar estratégias criativas e potencial produtor diante desse contexto. Compreendo assim que o racismo, também dentro do sistema prisional, é mais um elemento que restringe as competências do sujeito e potencializa a violência psicológica e violação de direitos.

Diante de toda essa condição discutida sobre as prisões brasileiras e pessoas privadas de liberdade, entendendo as consequências psíquicas e materiais advindas do encarceramento, devo me debruçar sobre os caminhos possíveis para minimizar os danos causados por essa situação aos sujeitos privados de liberdade. Assim, a seguir, busco discorrer, mais especificamente, retomando a discussão sobre os pais e o exercício da paternidade, em sua condição de privação de liberdade, por serem o objeto central desta dissertação.

3.3 PAIS E PATERNIDADE: CAMINHOS POSSÍVEIS DIANTE DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

O contato das pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário, com seus familiares, inclusive filhas/os/es, se dá nos dias de visita. Na unidade em questão, as visitas de adultos ocorrem quinzenalmente e as visitas de crianças, mensalmente. Durante o período mais crítico da pandemia da COVID-19, as visitas foram suspensas devido a suscetibilidade da população carcerária. Diante das características da doença, o ambiente fechado, a aglomeração, higiene precária e compartilhamento de cigarros, tornaram essa população ainda mais vulnerável ao adoecimento, sendo a medida utilizada para evitar a contaminação e os

potenciais agravos, por isso, a suspensão das visitas. Tal medida gerou tensionamentos internos e revolta de alguns presos contra a equipe de saúde, devido, inclusive, a necessidade de isolamento de casos positivos. Tais tensões foram contornadas após a liberação, gradual, das visitas, inicialmente permitidas aos adultos, e à medida que a vacinação avançou, às crianças.

Para além dessa situação, alguns familiares se recusam a levar as crianças para visitar os pais, por considerar um local inseguro e por acreditar que o pai não seria um modelo de conduta, e ainda, por preconceitos e fantasias em torno do local, devido à visita ocorrer dentro dos pavilhões, cercados por grades e outras pessoas privadas de liberdade, o que, por vezes, causa constrangimento aos pais e sensação de insegurança às crianças. Tais sentimentos trazem repercussões emocionais e simbólicas, pois o ambiente tenso e vigiado leva a vivência de ansiedade e insegurança, materializando não só a limitação do espaço físico, mas a expressão simbólica da ruptura da dinâmica social, psíquica e familiar (Calicchio e Barsaglini, 2020).

De acordo com Winnicott (1965), quando o ambiente não é suficientemente bom e oferece um aspecto ameaçador, prejudica a possibilidade de encontros saudáveis e afetivos. Diante dessa perspectiva, para as PPLs e seus familiares, a insegurança afeta as relações e interfere nos vínculos de afeto. Na minha prática clínica, pude escutar a angústia de diversos pais que relataram negar aos filhos a sua condição de privação de liberdade, em alguns casos, afirmavam estar viajando a trabalho e precisar sempre apresentar uma desculpa para justificar o *não retorno*, enquanto outros, mesmo recebendo a visita dos filhos na penitenciária, explicavam para eles que estaria ali a trabalho, cuidando de todas as pessoas em seu entorno e que as pessoas estavam ali para aprender, como em uma escola.

Tal narrativa lúdica, comumente parecia criar no filho um orgulho pelo seu "trabalho" que, na concepção da PPL, a verdade não traria. Esses relatos sinalizam a importância da disponibilização de ambientes facilitadores, mesmo em um contexto peculiar e adverso, para minimizar os impactos negativos e promover o fortalecimento dos vínculos.

Em uma pesquisa realizada por Santos (2006), com filhos e companheiras/os de pais privados de liberdade, o autor ressalta a importância da manutenção desses vínculos, as angústias que antecedem a visita e a própria visita, como momentos que se intercalam entre tensão, demonstrações de afeto e desgaste psíquico de ambas as partes, devido às filas, constrangimentos e tensões do ambiente. A angústia infantil que antecede a visita e o sofrimento da criança que tem um pai privado de liberdade também são relatados por Araújo (2015), no livro infantil utilizado para coleta de dados nesta pesquisa, que retrata a dificuldade

da criança em lidar com os sentimentos advindos da prisão do pai. Isso reforça a necessidade de humanizar e dignificar esse momento, que apesar de ter suas garantias legais, carece de humanização.

Calichio e Barsaglini (2020) afirmam ser as mulheres responsáveis por manter a conexão da Pessoa Privada de Liberdade com o mundo extramuros, inclusive, a responsabilidade material e afetiva para com a prole. Dessa forma, comumente, as companheiras ou familiares próximos assumem múltiplos papéis, enfrentando o peso emocional de carregar o estigma de ter um familiar preso, pois esse estigma se estende aos familiares, responsabilidades financeiras, solidão e o encargo de cuidados; enquanto o familiar se encontra privado de liberdade. Tais dificuldades envolvem ainda a responsabilidade pela manutenção dos vínculos afetivos e a própria resistência emocional, enquanto lida com a falta de humanização da sociedade e do próprio sistema prisional.

As referidas autoras ressaltam que, diante da privação de liberdade, o estigma, preconceito e reprovação social, na maioria dos casos, ultrapassa os muros e atinge os familiares. Sobre esse aspecto, ressalto a situação vivida em minha prática clínica, quando um pai, privado de liberdade há aproximadamente oito meses, chegou ao atendimento, aos prantos, relatando uma situação ocorrida com o filho de cinco anos, na escola. Após se sentir acolhido na sua angústia, expôs que a professora da escola particular em que o filho estudava havia se referido à criança como "*o filho do preso*" e continuou: *"Seu pai não vem lhe buscar porque está preso"*.

A mãe da criança tomou as providências legais e relatou o caso ao pai, que ficou totalmente desestabilizado diante da repercussão que tal ato trouxe ao filho. Esse relato reforça a afirmação de Calichio e Barsaglini (2020) sobre o estigma que recai sobre a família e a onipotência do pai no intuito de oferecer o *holding* (Winnicott, 1965), que é o apoio emocional. Sobretudo, para além da existência ou não de um casal parental, evidencio aqui o envolvimento paterno direto com a/o/e filha/o/e, promovendo a confiança básica e o apoio emocional; algo que está para além de um mero papel de apoiador.

Durante o período do encarceramento, o relacionamento da PPL com familiares, inclusive filhos, se torna muito frágil, seja pelas barreiras institucionais ou até mesmo pela vida que levava anteriormente à prisão, além das condições financeiras dos familiares. Miranda e Granato (2016) afirmam que a situação de encarceramento pode promover uma oportunidade de reflexão pessoal e resgate ou fortalecimento de vínculos que atuam como fatores protetivos à reincidência. A manutenção dos vínculos familiares tem se revelado, na minha prática clínica, um pilar estruturante à saúde psíquica dos PPLs em atendimento, e a

preocupação dos que são pais com o futuro dos filhos, saúde mental e comportamento social, é fator de grande importância para eles.

É perceptível que a situação de privação de liberdade poderá desencadear ou potencializar questões sociais e psíquicas, tanto à pessoa privada de liberdade, quanto aos seus familiares. Diante disso, os sujeitos privados de liberdade enfrentam, além de toda a problemática pertinente ao sistema prisional, o desafio de manter os vínculos familiares.

Para algumas PPLs, o vínculo com os filhos tem se mostrado vitalizante e é muito presente na minha prática clínica. Pude, em algumas oportunidades, escutar desses pais que têm suas vidas transformadas a partir da paternidade, seja antes ou durante a sua privação de liberdade. Uma PPL relatou que foi privada de liberdade quando o filho tinha apenas oito meses e, diante de sua angústia, pedia a sua esposa nos dias de visita que vendesse tudo que havia adquirido e ficasse com o retorno das vendas para ela e a criança. E ele só queria, de todo seu patrimônio, uma dose de veneno para acabar com seu sofrimento.

O pedido se repetiu durante três ou quatro visitas e, diante da negação da esposa, pediu que não mais o visitasse, pois conseguiria seu objetivo de outra forma. A esposa solicitou uma autorização para levar o filho, uma vez que à época, crianças sem vacina para COVID-19 não tinham autorização para visita, sendo autorizada a realizar a visita em sala reservada, pois se tratava de uma PPL com "bom comportamento". Ao se deparar com a visita, o assistido relatou que tudo se transformou ao sentir a ligação afetiva com aquela criança, sua fragilidade e dependência. Seguiu seus dias grato a esposa e sempre ressaltou que o seu filho o "*tirou do abismo"* e salvou a sua vida, e por ele suportou os dias de angústia, com novo ânimo, até seu retorno para o lar.

Essa vivência se aproxima daquilo que Miranda e Granato (2016) destacam, ao afirmar que os filhos podem ser percebidos pelas PPLs como um *incentivo significativo* para a mudança e reconstrução de vida dessas pessoas. De acordo com as autoras, o fortalecimento do vínculo de pais/filhas/os/es contribui para o bem-estar, senso de responsabilidade, construção de perspectivas futuras e, consequentemente, corroboram com o processo de ressocialização da PPL. Por razões diversas, em minha prática clínica, percebo que os pais PPLs costumam projetar nessa relação - sua maior rede de apoio - sentimentos de pertença e valorização de afetos, bem como de responsabilidades. Este último tende a despertar nesses pais valores de cuidado, proteção e compromisso com o outro, levando-os a processos de ressignificação de suas escolhas e manutenção de um projeto de vida extramuros.

Uma outra situação que desejo partilhar, de minhas escutas clínicas, antes de finalizar este capítulo, trata-se de uma situação em que ao tornar-se pai, após oito anos privado de

liberdade, uma das PPLs por mim acompanhadas reafirmou essa transformação imediatamente após conhecer seu filho. Relatou que não tinha perspectivas de mudar de vida, quando saísse da penitenciária, porém, ao conhecer seu filho, sentiu o desejo de ter e proporcionar uma vida diferente, em que pudesse ser parceiro e acompanhá-lo nas atividades mais simples do dia a dia. Relatou que nunca pensou/desejou ser pai, mas a partir da transformação pessoal que está vivenciando, já planeja outro filho para quando conseguir sua liberdade, ao final de 2025. Referiu sonhar em acompanhar o parto e toda trajetória gestacional. Tal relato, mais uma vez, reafirma que esses vínculos são fundamentais para as PPLs e atuam como suporte essencial para a reestruturação das defesas psíquicas e aspectos sociais que rodeiam essas pessoas.

Pensando nas diversas situações vivenciadas pelos pais privados de liberdade, preciso falar da esperança, que como afirma Rocha (2007, p. 257), pode ser um "[...] elemento constitutivo do próprio existir do homem no mundo". O autor retrata a esperança como um *"caminhar"*; caminhar no escuro, um passo por vez, desconhecer o solo em que se pisa, mas seguir. É dessa forma que se caminha dentro do sistema penitenciário - na escuridão, mas na tentativa de trazer luz, saídas e um novo caminho.

É sobre esse *novo caminho*, permeado pela esperança, como elemento vitalizante, que o capítulo a seguir se debruçará. Diante de todas as violações de direitos e sofrimento humano identificados no campo pesquisado, este estudo não poderia ser encerrado sem encontrar meios de atuar de modo positivo, oferecer esperança e quiçá minimizar esse sofrimento. A psicologia, através do seu código de ética, reforça através de seus princípios fundamentais o dever, enquanto psicólogos, de trabalharmos para promover a qualidade de vida das pessoas e coletividade (CFP, 2005).

Assim, o capítulo a seguir apresenta uma proposta de intervenção, por meio de um projeto de extensão que desenvolvi, ainda inspirada pelo poder de mobilizar reflexões, a partir do livro infantil *Pai Francisco* (Araújo, 2015), o que pode representar a tentativa de contribuir a partir de uma práxis humanizada, envolvendo a atuação de futuras/os/es psicólogas/os/es, diante das repercussões do encarceramento paterno, especialmente na intersecção entre as PPls, seus familiares e a sociedade.

4 LIVRE PARA SER PAI: entre a extensão e a intervenção

A carência de estudos brasileiros sobre o tema da paternidade no contexto de privação de liberdade, na área de Psicologia, me impulsionou a "pensar a partir do problema", conforme indicam Almeida e Cordeiro (2008). Por isso, busquei a percepção de suas nuances e particularidades, revendo o aparato teórico que melhor respondesse as questões, evitando, assim, a tentativa de encaixar o problema em uma teoria, pois a construção de saberes deve ser guiada pela criatividade e inovação/renovação do saber teórico. Ademais, a construção de saber que se restringe aos escritos, mantendo-se alheia a realidade e transformação do campo pesquisado, contribui para aumentar a distância entre o saber e a transformação social, mantendo os sujeitos pesquisados apenas como fontes de dados e não enquanto sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento.

A vivência profissional me levou a pensar para além da pesquisa e, assim, a prática profissional tornou-se um campo fértil para a construção de conhecimento. A inquietação, diante da angústia paterna em situação de encarceramento, relacionada à forma como os filhos os veem ou mesmo como poderão manter um vínculo de maior proximidade, embora na condição de privação de liberdade, são aspectos que me mobilizaram a uma implicação em busca de possibilidades de intervenção.

O intuito da proposta em questão foi minimizar os problemas advindos da invisibilidade do sujeito encarcerado, enquanto pai, visto que este parecia ser um papel secundário, diante de um contexto de relações verticalizadas, em que a disciplina e "reparação do erro" é predominante no sistema, que visa, em muitas situações, aos dispositivos de poder. Sobre essas relações de construção do saber, Foucault (1979) já alertava para a importância da constituição histórica do sujeito, ressaltando que o tema geral das pesquisas deve estar centrado, antes de tudo, no sujeito e não no poder (Silveira e Simanke, 2009).

Nesse sentido, situar o sujeito no centro da produção de conhecimento carrega consigo uma responsabilidade ética e política inerente ao fazer científico. Assim, a função do pesquisador está para além de observar e analisar, essa função implica uma devolutiva que seja potencialmente transformadora para o campo pesquisado. Essa forma de atuação oferece à pesquisa um espaço de reconstrução simbólica, no qual o saber produzido pode gerar espaços de (re)sistência, reconhecimento e pertencimento para aqueles que compartilham suas vivências, suas histórias de vida.

Diante disso, me dispus a encontrar meios de viabilizar e fortalecer os vínculos entre os pais privados de liberdade e suas/seus filhas/os/es, tentando evidenciar que o pai privado de

liberdade pode permanecer sendo um pai e que, apesar de todos os desafios vivenciados no sistema prisional, abordados nos capítulos anteriores, a sua condição não o define; é passagem! Se assim a PPL puder ressignificar essa experiência, entendo que o possível já se torna uma grande tarefa nesse contexto.

Elaborar uma proposta de intervenção, diante de toda a problemática identificada até aqui, tornou-se uma necessidade particular, diante da minha experiência no campo enquanto clínica, além de uma etapa que faria parte da finalização desta dissertação. Assim, a intervenção surgiu de modo orgânico, a partir das experiências compartilhadas pelas PPLs e das necessidades reais identificadas no campo pesquisado. Nesses termos, me ponho em consonância com Canguilhem (1904), em sua crítica que traz que, durante muito tempo, o conceito de ciência se dava a partir do objeto, dessa forma, limitava-se a exploração de uma área. Porém, foi a partir do entendimento de que a ciência concede algo de si ao seu objeto e, dessa forma, se apropria do seu domínio, que o autor destaca que a ciência passou a ser entendida a partir de seu método e não mais do seu objeto. Para ele, o sentido de objeto da ciência engloba a intenção associada a este, não apenas um núcleo de questões a serem resolvidas.

Considerando a minha experiência enquanto psicóloga clínica na Unidade de Saúde Prisional, campo desta pesquisa, e da experiência enquanto docente do Curso de Psicologia em uma universidade particular, parceira da Unidade Prisional, optei por elaborar um projeto de extensão universitária multidisciplinar, desenvolvido com um grupo de PPLs, que são pais ou estejam aguardando a chegada de crianças na família.

Sendo a extensão universitária uma atividade sistematizada que busca articular o conhecimento científico com as necessidades e especificidades da comunidade, essa integração entre Universidade/comunidade tem como objetivo promover o desenvolvimento social, comunitário e contribuir para o enriquecimento acadêmico dos estudantes, fortalecendo, dessa maneira, o compromisso social da Universidade com a comunidade (Santana *et al.,* 2021). Diante da relevância da relação dialógica entre esses espaços e compreendendo a importância do compartilhamento de saberes, recordo uma frase, muito pertinente, de Paulo Freire (1983, p. 71) em que ele afirma que “[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Assim, o nosso projeto visa não apenas aplicar o conhecimento acadêmico, mas fortalecer o nosso compromisso social e a interação libertadora entre os pares, a desconstrução de estigmas e a construção de rede de apoio mútua.

Isso reforça a ideia de que a ciência não se limita ao objeto isoladamente, mas se constitui também através da apropriação simbólica e realizada sobre ele. Tal entendimento nos leva à compreensão da necessidade de pesquisas implicadas com a transformação do campo pesquisado, que figura como um espaço de transformação e construção conjunta de seus atores. Nesse sentido, Canguilhem (1904) abre espaço para uma ciência comprometida com o que se investiga, na qual o pesquisador transforma e é transformado, que não apenas descreve uma realidade, mas intervém, propõe diálogos e construção de sentidos, abrindo possibilidades de ressignificação no contexto pesquisado.

Tudo isso me levou à reflexão sobre a complexidade da ciência discutida por Morin (2005), que nos alerta que o saber científico precisa ser um saber aberto, que integra as suas técnicas; o sujeito e seus conhecimentos, reforçando o pensamento de que a ciência deve ser construída a partir da escuta das individualidades e dos múltiplos aspectos associados ao objeto a ser estudado (Machado, 2017). Assim, a ciência se constitui como um saber implicado, que integra a escuta do sujeito e suas relações, não devendo ser dissociada dos efeitos que produz ou dos atravessamentos subjetivos. Pensar a complexidade do fazer científico, a partir da escuta das singularidades é imprescindível para a valorização dos múltiplos aspectos que compõem o objeto de estudo, especificamente em contextos que emergem tantas vulnerabilidades, como é o da privação de liberdade e distanciamento dos vínculos afetivos.

Dessa forma, considerando a relevância dos vínculos parentais e buscando atenuar as angústias vivenciadas por pais e filhas/os/es, optei por elaborar uma proposta de intervenção fundamentada nas especificidades identificadas no contexto investigado, particularmente no que se refere ao exercício da paternidade. Assim, foi desenvolvido o projeto de extensão *Livre para ser pai*, como uma ação interventiva no campo de pesquisa em questão. A criação dessa intervenção enriquece os enfoques tradicionais das pesquisas e contribui para a formulação de ações transformadoras da realidade sociopolítica do campo pesquisado e objetos de estudo. Nessa proposta, foram levadas em consideração as demandas e especificidades dos sujeitos entrevistados, PPLs em atendimento individual e grupal e do campo pesquisado, assim como as políticas públicas de saúde e segurança que norteiam as ações nesse contexto.

Entre as principais demandas identificadas entre os pais PPLs, destacaram-se a necessidade de serem escutados e de poderem expressar livremente seus sentimentos enquanto sujeitos – sejam pais, filhos ou outros diante de outros papéis familiares. Evidenciou-se, ainda, a carência de espaços/escuta adequados para o compartilhamento de medos, angústias e expectativas relacionadas à dinâmica familiar. Ademais, observou-se a

necessidade de fortalecimento dos vínculos parentais, bem como, a busca por pertencimento e construção de uma identificação como pai, em um contexto marcado pela exclusão social, restrição de autonomia e reforço de comportamentos passivos.

Portanto, elaborei uma intervenção possível e viável, diante das especificidades e dinâmica do campo pesquisado, realizada através de um projeto de extensão universitária. A intervenção, através do *projeto de extensão universitária*, une a minha prática, enquanto docente e psicóloga clínica na instituição, facilitando, assim, a articulação entre a Unidade Prisional e a universidade. O projeto busca acolher as demandas que não são contempladas pelas políticas públicas ou por ações institucionais, sendo este um produto (orgânico) que se tornou também um objetivo da dissertação.

Diante dos caminhos e descaminhos que permeiam a passagem do pai privado de liberdade no sistema prisional, pude perceber através das publicações pesquisadas, das informações coletadas e da minha prática, enquanto psicóloga nesse contexto, que o vínculo com os filhos atua como potencial fator de proteção à saúde psíquica das PPls. Como muitos relataram em atendimentos, pois havia uma frase que parecia se repetir nessa experiência de escuta: *"aguento tudo aqui pelo meu/minha filho/a"*.

Nesse sentido, percebe-se que o contato entre pais e filhos, desde que se trate de uma relação afetuosa e pautada no cuidado, pode trazer benefícios para ambos, nesse contexto. Manter e fortalecer vínculos tem impacto positivo na manutenção de suas identificações como pai; por outro lado, negar o contato entre pais encarcerados e seus filhos é negar aos filhos o acesso ao pai que eles podem vir a conhecer (Cúnico; Quaini; Strey, 2017). Diante disso, incentivar uma paternidade que valorize o cuidado e a afetividade, dentro do cárcere, pode promover mudanças positivas na percepção da paternidade e na igualdade de gênero, impactando tanto o contexto prisional quanto a sociedade em geral.

Sobre o contato das crianças com os pais privados de liberdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu parágrafo 19, garante essa convivência mútua por meio de visitas periódicas, desde que acompanhados por um responsável (Brasil, 1990). Há que se observar que essa garantia considera, acima de tudo, a segurança da criança e que não haja impedimentos legais. A Lei de Execução Penal também assegura ao pai privado de liberdade o direito a receber visita dos filhos (Brasil, 1984). Dessa forma, se faz necessário compreender o exercício da paternidade no contexto prisional e buscar, dentro das políticas públicas, meios de viabilizar essa convivência .

O direito à saúde é considerado um direito fundamental e a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem – PNAISH (2009) assegura o direito do homem a

participação em todo o processo de gestação, parto, pós-parto e educação de suas filhas/filhos/es; no entanto, na prática, pode-se observar que na situação de privação de liberdade, em sua maior parte, o pai não tem oportunidade de participar desse processo, assim como, em algumas situações, não há participação efetiva nas demais fases do desenvolvimento das crianças; óbvio, sem esquecermos daqueles que, por desejo próprio e motivações singulares, não levam adiante esses contatos. Tais situações contribuem para o distanciamento familiar, a invisibilidade paterna (dentro do sistema penitenciário) e violação de direitos assegurados por uma política pública de saúde.

O guia *pré-natal do parceiro para profissionais de saúde* (2023) reforça a participação ativa do pai durante todo o processo gestacional, desconstruindo o conceito do pai como coadjuvante no processo. Importante destacar que, ao fazer referência ao pai/parceiro, esse guia, assim como esta pesquisa, considera toda e qualquer pessoa, independente de gênero, que esteja cumprindo esse papel no exercício da paternidade. O guia traz ainda importantes considerações sobre as particularidades das paternidades negras, muitas vezes, invisibilizadas nesse processo, ressaltando que *"os medos e desafios dos pais pretos, no exercício da paternagem, se distinguem dos pais não pretos"* (Brasil, 2023, p. 27). Considerando que a população privada de liberdade, em sua maioria, é formada por negros, esse guia é de fundamental importância para o planejamento das ações de intervenção presentes nesta proposta, que visa práticas antirracistas.

Diante do sofrimento psíquico identificado no campo pesquisado, esta intervenção busca encontrar meios de minimizar os danos, através do fortalecimento de vínculos. A psicologia, através do seu código de ética, reforça em seus princípios fundamentais o dever, enquanto psicólogos, de trabalhar para promover a qualidade de vida das pessoas e coletividade (CFP, 2005). Assim, esta proposta de intervenção tem o intuito de minimizar o sofrimento dos pais privados de liberdade, o que representa uma tentativa de contribuir positivamente diante das repercussões causadas pelo encarceramento paterno.

Pensando nesse processo dialógico de construção de conhecimento e, considerando que a pesquisa-intervenção se constitui a partir da produção de conhecimento e possibilidades de transformação do contexto pesquisado, como uma maneira concreta de contribuição de mudanças à realidade investigada, destaco a seguir como vem acontecendo a atuação do projeto de extensão *"Livre para ser Pai"*, o qual já está em ação.

O perfil dos discentes extensionistas é multidisciplinar e conta com a participação de alunas/os dos cursos da Psicologia, Direito e Enfermagem, para melhor acolher as demandas emergentes do grupo de pais e colocar em prática o que preconiza as políticas públicas de

saúde e segurança aqui mencionadas. A seleção dos discentes ocorreu no início do semestre, por meio de edital amplamente divulgado e com a exigência de alguns critérios, como o cumprimento das disciplinas de Psicologia Social, Saúde Coletiva e Teorias de Grupos para os discentes do curso de Psicologia; Saúde Coletiva e Saúde da Família para os discentes do curso de Enfermagem e Direitos Humanos e Direito da Família para os discentes do curso de Direito. Os discentes passaram por uma avaliação com questões objetivas e subjetivas e por uma entrevista individual.

Antes de iniciar as atividades em campo, os discentes passaram por encontros semanais, na universidade, em que discutiam artigos sobre o contexto prisional, sobre a paternidade e sobre as políticas públicas voltadas ao campo da pesquisa. São, ainda, orientados antes e após cada encontro com o grupo, ficando a docente/pesquisadora responsável como principal mediadora das ações, porém, eles têm autonomia para contribuir com o grupo e desenvolver ações pertinentes aos objetivos desta intervenção. Além da perspectiva terapêutica do grupo, os objetivos são: promover espaço de escuta, cuidado e acolhimento na modalidade grupal; contribuir para o fortalecimento dos vínculos pais/filhas/os/es, mesmo diante da situação de privação de liberdade e contribuir com a equipe de saúde da Unidade Prisional para a implantação do pré-natal do parceiro, numa perspectiva multidisciplinar.

Partindo da compreensão de que o grupo terapêutico potencializa as trocas entre os pares, o compartilhamento de experiências e a melhoria ao modo de vida individual e coletivo, a intervenção ocorre nessa modalidade, de modo a promover espaço de escuta, num contexto marcado pela fragmentação de suas identificações e introjeção de sentimentos de menor valia e despersonalização. Enquanto dispositivo terapêutico, o grupo possibilita o compartilhamento de medos, angústias e desejos, criando uma simbólica e efetiva rede de apoio e pertencimento, que contrasta com a desumanização frequentemente vivenciada no contexto de privação de liberdade.

Essas vivências grupais permitem aos membros escutarem e ser escutados, reconhecer-se nas experiências do outro e ressignificar suas histórias, de modo a construir novas formas de exercício da paternidade, mesmo em meio às limitações impostas pelo contexto. Isso permite aos membros do grupo resgatarem aspectos importantes da sua subjetividade, silenciados pelo encarceramento.

As atividades do projeto de extensão tiveram início no mês de março de 2025 e ocorreram, *a priori*, através de rodas de diálogo sobre a necessidade de acolhimento às angústias paternas, respeito às individualidades e fortalecimento de vínculos. Em um primeiro

encontro, o grupo escutou a leitura do Livro “Pai Francisco” e refletiu sobre o seu conteúdo. O livro infantil trata-se da experiência de uma criança que tem o pai privado de liberdade e aborda, numa perspectiva lúdica, a ausência paterna, o estigma social e o fortalecimento dos vínculos. Esse momento favoreceu o desenvolvimento da empatia entre os membros, a escuta mútua e o senso de responsabilidade afetiva, promovendo uma integração harmoniosa e de construção coletiva entre eles.

Nesses primeiros encontros, ao longo do desenvolvimento das atividades, os participantes fizeram questionamentos e/ou comentários que foram acolhidos e discutidos pelos discentes extensionistas, previamente orientados, e por mim. Os pais PPLs, em encontros posteriores, discutiram sobre os modelos de paternidade que tiveram, através da construção de uma árvore genealógica, e o modelo de paternidade que tentam exercer. Em um outro momento confeccionaram, junto com os discentes, lembranças de Páscoa para serem entregues às suas crianças.

Nesse encontro, foi realizado o acolhimento de um novo membro ao grupo e foi possível perceber a importância dessa troca entre os pares, quando a PPL, recém-chegada ao grupo, questionou como agir na primeira visita do filho. Foi acolhido por todos e houve um momento muito marcante, para os membros do grupo e discentes, em que uma PPL acolheu a angústia do pai recém-chegado, orientando-o sobre a importância de expressar seus sentimentos e as maneiras de continuar exercendo essa *paternidade encarcerada*. Esse momento, que não conseguiríamos expressar em palavras, fortaleceu ainda mais a importância da nossa intervenção e o quanto é imprescindível a viabilização dessa construção coletiva que a atividade grupal consegue proporcionar.

A semana posterior ao encontro em campo é comumente destinada a supervisão, discussão das demandas identificadas e articulação com os textos estudados. Os discentes apresentam suas percepções sobre a atividade em campo e planejam a próxima atividade, não apenas de acordo com o cronograma proposto, mas flexibilizando o cronograma, diante das demandas que emergem no grupo. Devido a dinâmica da Unidade Prisional não permitir atividades semanais, os encontros ocorrem a cada duas ou três semanas e, quando não estão em campo, os discentes estão em supervisão, planejamento ou escrevendo relato de experiência.

Conforme preconizam as políticas de saúde e segurança, aos poucos temos conseguido realizar algumas intervenções, como o pré-natal do parceiro e atenção à saúde do homem, com os pais participantes do grupo, o que tem sido uma experiência extremamente gratificante para a equipe de Saúde da Unidade Prisional, para os discentes e para os pais. Aos

poucos, os pais têm se sentido mais à vontade para compartilhar suas angústias e receios relacionados a forma como os filhos os vêm e acolhendo novos membros, partilhando suas vivências e experiências na penitenciária.

A equipe de Saúde da Unidade Prisional tem se mostrado grande parceira no desenvolvimento das ações, se disponibilizando às articulações externas com a rede de saúde e presença nos encontros grupais. A Unidade Prisional tem colaborado bastante com relação à disponibilização do espaço e segurança. Os participantes do grupo estão, a cada encontro, mais comprometidos, inclusive, apresentando sugestões de atividades e questionando se o grupo poderá se estender ao longo do ano, pois consideram que os efeitos dos encontros têm sido bastante positivos à saúde mental e as relações familiares. Além do que verbalizam, é nítido o compromisso com o grupo e o exercício da paternidade, inclusive, em suas vestes, pois alguns fazem questão de ir ao encontro com as camisas com fotografias dos filhos ou as levam em seus bolsos, para reforçar que estão sempre presentes.

Dentre as atividades previstas e, de acordo com as políticas públicas, conseguimos articular com a rede municipal de saúde, duas consultas de pré-natal a serem realizadas na própria Unidade de Saúde Prisional, para que os pais possam acompanhar ao menos uma consulta e tirar suas dúvidas com relação ao estado de saúde da gestante e feto. Ademais, está sendo articulada a possibilidade de uma PPL acompanhar o parto de seu filho, que será em alguns meses. Tudo isso diante das possibilidades do sistema de segurança da Unidade Prisional, pois, considerando o contexto, temos que contar com a autorização e disponibilidade de efetivo de segurança. Porém, a abertura a essas possibilidades já sinalizam grandes conquistas do nosso projeto de extensão.

A experiência com o grupo tem sido transformadora, tanto para os pais participantes, quanto para os discentes e para mim, pois a promoção de um espaço seguro onde possam expressar suas emoções e refletir sobre suas experiências enquanto pais em encarceramento, levam a oportunidade de se reconhecer nas histórias uns dos outros e desenvolver características socioemocionais, que anteriormente eram negligenciadas. Ademais, a atividade tem atuado como ferramenta de redução de estresse e ansiedade, promovendo o bem-estar e estratégias de enfrentamento às situações conflituosas na penitenciária. O fortalecimento de experiências afetivas validadas no contexto do grupo, enquanto pais e corresponsáveis por uma família, tem sido percebido como um ponto essencial para a reintegração social e resgate à dignidade humana.

Portanto, compreendo que o projeto *Livre para ser pai* tem sido uma ferramenta transformadora da realidade das PPLs, atuando para o bem-estar ao desenvolver dispositivos

de proteção psíquica, restituindo-lhes o lugar de sujeitos de direito, reforçando o reconhecimento da capacidade de amar, cuidar e manter os vínculos que, por vezes, lhes resgatam a autoestima e o lugar social e, noutras vezes, lhes salvam as vidas.

Concluídas as reflexões teóricas e fundamentações que norteiam esta dissertação, passamos a seguir aos seus objetivos e aspectos metodológicos, antes de continuar com as análises que buscam compreender o exercício da paternidade e suas repercussões no campo pesquisado.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

Analisar, numa perspectiva psicanalítica, a posição subjetiva e a noção de paternidade da pessoa privada de liberdade.

5.2 ESPECÍFICOS

- Compreender a noção de paternidade, em suas relações com a contemporaneidade;
- Analisar as implicações do encarceramento ao exercício da paternidade;
- Desenvolver estratégias de intervenção, direcionadas ao fortalecimento do vínculo entre pais encarcerados e suas filhas/os/es.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta dissertação foi guiada pelo método psicanalítico, neste caso, com foco nos processos socioculturais e/ou fenômenos psíquicos transcorridos e contemplados fora de uma situação analítica, sendo este um método que pode ser usado para interpretar fenômenos que façam parte do universo simbólico do humano, conforme afirmam Figueiredo e Minerbo (2006). Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, visto ser um tipo de pesquisa que buscou compreensão particular do objeto a ser estudado, evitando generalizações. O foco de sua atenção foi centralizado no específico, no singular, buscando mais a compreensão do que a explicação dos fenômenos estudados, podendo proporcionar aos participantes a oportunidade de verbalizarem seus sentimentos de maneira autêntica, permitindo uma melhor compreensão de como concebem o mundo e suas experiências (Nogueira-Martins e Bogus, 2004).

A pesquisa foi realizada em uma Unidade Prisional do interior de Pernambuco e a amostra contou com cinco participantes, os quais eram de pavilhões diferentes. A escolha de um participante por pavilhão buscou contemplar a pluralidade de vivências, tendo em vista, inclusive, que alguns pavilhões são separados como forma de manter a proteção e viabilizar os cuidados em saúde e segurança de pessoas idosas e LGBTQIAP+. Os critérios de inclusão dos participantes foram: I. Fossem pais ou companheiras/companheiros que estivessem esperando a chegada de filha/os/es biológicos, ou não, na família; II. Que estivessem privados de liberdade, por um período superior a 03 anos; III. Que mantivessem algum tipo de relação com suas filhas/os/es antes da prisão. Foram excluídos PPLs que tinham restrições, pela segurança, devido a periculosidade; PPls recém-chegadas à Unidade Prisional e que estivessem próximos de saída do sistema.

O recrutamento dos participantes foi realizado por meio de convite individual, momento em que foram orientados sobre o termo de consentimento preliminar, no qual constou todas as informações sobre a pesquisa, como seus objetivos, riscos e benefícios. O termo preliminar não substituiu o T.C.L.E., foi utilizado apenas como forma de agilizar o processo de recrutamento dos participantes (anexo I). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (T.C.L.E.) apresentou todas as informações sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa (anexo J). Foi enfatizada a não obrigatoriedade de participação e possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo à pessoa entrevistada ou ao andamento da pesquisa. Foi solicitada a assinatura deste e autorização para gravação em áudio. A coleta dos dados ocorreu somente após aprovação pelo Comitê de Ética e assinatura do

T.C.L.E. Os participantes foram informados sobre a possibilidade de uso das informações coletadas em pesquisas posteriores e decidiram livremente sobre essa autorização.

O instrumento utilizado inicialmente para a coleta de dados foi a entrevista aberta, numa perspectiva da clínica psicanalítica, por considerar que esse tipo de entrevista pode trazer dados primários e informações diretamente construídas no processo transferencial gerado com o indivíduo entrevistado, refletindo a sua própria experiência sobre a realidade que vivencia e reflexões sobre os temas abordados. As entrevistas abertas, de abordagem clínica, permitiram a livre expressão dos entrevistados, facilitando a comunicação de vivências e fantasias, conforme explicita Minayo (2001).

Posteriormente, foi realizado um encontro grupal, a partir de uma atividade projetiva com os participantes, para a escuta do *audiobook* "Pai Francisco", de Marina Miyazaki Araújo (2015), que relata a história de uma criança que tem o pai privado de liberdade. Para a pesquisa, a entrevista seguiu os mesmos procedimentos usados na clínica psicanalítica, como a associação livre e escuta flutuante, permitindo uma melhor apreensão dos sentidos implícitos e explícitos das narrativas dos entrevistados. Para esse tipo de entrevista, foi utilizado um aplicativo de gravação digital. Os dados foram transcritos na integralidade.

6.1 COLETA DE DADOS

No que concerne aos procedimentos para coleta de dados, estes ocorreram mediante um encontro com cada um dos participantes, para esclarecer sobre objetivos da pesquisa, riscos e benefícios previstos, bem como, esclarecimentos sobre o Termo preliminar, posteriormente, sobre o T.C.L.E. e ressaltada a não obrigatoriedade de participação, caso não se sentissem à vontade. As entrevistas tiveram início após o entendimento e assinatura do T.C.L.E. e foram gravadas em áudio e arquivadas em computador, para posterior análise e transcrição das informações coletadas.

As entrevistas foram realizadas em um encontro com cada participante, anteriormente previsto até três, o conteúdo coletado foi suficiente e, por isso, outros encontros foram dispensados. Os encontros contaram com duração aproximada de vinte a trinta minutos, sem intervalo, por não ter havido necessidade de nenhuma das partes; assim como não houve nenhuma interrupção. Ao término da rodada de entrevistas foi realizado um encontro grupal com dois dos participantes, pois os demais já haviam deixado a penitenciária, para a escuta do *audiobook* "Pai Francisco".

Os participantes discorreram sobre a suas experiências, possibilidades e limitações de ser pai na prisão, a partir da pergunta-disparadora: "*Conte-me como é para você ser pai, estando privado de liberdade*". A partir das associações do participante sobre essa vivência, foram levantados novos questionamentos, de acordo com as técnicas da escuta psicanalítica.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro a maio de 2024, em sala disponibilizada pela gestão da unidade, onde foram assegurados o sigilo e segurança, livre da circulação de pessoas, propiciando, assim, um ambiente tranquilo. Mesmo diante disso, foi nítido o desconforto dos participantes em estarem em uma sala sozinhos com uma mulher, devido a internalização de rígidas normas de segurança. Apesar dessa dificuldade, foi possível superar o desconforto inicial no prosseguimento das entrevistas.

Com relação aos procedimentos éticos, a pesquisa obedeceu aos preceitos que regem pesquisas em que estão envolvidos seres humanos, conforme consta nas resoluções 466/2012 e a 510/2016. Essas resoluções dispõem sobre as normas aplicáveis às pesquisas em ciências sociais e humanas, reforçando o respeito à dignidade e proteção aos participantes. A pesquisa foi autorizada pelo gestor da Penitenciária, por meio de carta de anuência (anexo G) e, posteriormente, os possíveis entrevistados foram previamente contactados e informados sobre a intenção da pesquisa.

O T.C.L.E. informou a participação, como voluntário, na pesquisa; foi lido e explicado de forma clara e precisa, para que nenhum participante se sentisse coagido ou obrigado a participar. Entendendo se tratar de população em situação de vulnerabilidade, devido à situação de encarceramento, isso permitiu que cada participante estivesse ciente que poderia desistir a qualquer momento, se assim desejasse.

Ressalta-se que as entrevistas só tiveram início após submissão do projeto à Plataforma Brasil, análise e aprovação do Comitê de ética e mediante assinatura do T.C.L.E. Os nomes dos participantes foram substituídos por codinomes, resguardando o direito a não identificação do entrevistado e sigilo das informações coletadas. Importante ressaltar que foi estabelecida com os participantes uma escuta empática, livre de julgamentos, questionamentos vexatórios ou intervenções que pudessem vir a desencadear uma transferência negativa durante o decorrer das entrevistas, possibilitando a livre associação dos conteúdos e expressão de sentimentos e vivências.

Sobre os riscos, esses foram de cunho subjetivo e emocional, visto que os participantes se encontram num ambiente onde emergem uma série de demandas psicossociais e afetivas. Diante disso, a pesquisadora se disponibilizou a realizar acolhimento e encaminhamento para acompanhamento psicológico, quando necessário, na própria Unidade de Saúde Prisional,

tendo em vista a situação de privação de liberdade dos sujeitos em questão. O setor de saúde da Unidade Prisional estava disponível para prestar atendimento através da profissional de psicologia da unidade (anexo H). Com relação aos benefícios, esses visaram permitir a livre expressão de demandas e a possibilidade de ressignificá-las através de seus depoimentos. Os instrumentos que foram utilizados possuem caráter projetivo, por isso (vide instrumentos), puderam expressar sentimentos que não conseguiam verbalizar, bem como, a possibilidade de novas formas de ressignificação de suas experiências e fortalecimento de vínculos.

Os dados foram armazenados e serão mantidos em sigilo, por um período de 5 anos, em banco de dados de computador, sendo acessado apenas pela pesquisadora principal, sua orientadora e membros do Trieb-NEPPSI (tendo em vista a etapa de partilha de dados, durante processo de análise de dados); com o uso de senha e mantido no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco; localizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 9º andar – Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n – Cidade Universitária – Recife – PE - CEP 50670-901.

Tenho ciência da importância da devolutiva dos resultados da pesquisa aos sujeitos, como parte integrante deste estudo, por isso, assumi a tarefa de realizá-la, reforçando o compromisso ético de compartilhamento do saber e valorizando a contribuição de cada participante. Dessa forma, serão compartilhados os resultados da pesquisa e suas implicações, bem como, esclarecidas dúvidas que possam surgir.

6.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As informações coletadas passaram por critério de análise, a partir do método clínico psicanalítico, e foram interconectadas com a literatura, seguindo os mesmos procedimentos usados na clínica psicanalítica, conforme orientam Figueiredo e Minerbo (2006). A escuta flutuante, que permitiu identificar conexões inconscientes no discurso do entrevistado, e a análise dos dados, seguiram os passos elaborados por Alves e Silva (1992) e adaptados por Monteiro (2019); aspectos permeados pela hermenêutica psicanalítica.

A primeira etapa da análise de dados, denominada pelas autoras de *Impregnação*, consistiu na leitura e releitura das informações coletadas, bem como, escuta dos áudios repetidas vezes, buscando rever, nas entrelinhas, elementos importantes do discurso, assim como as brechas, o não-dito, mas que de alguma forma se manifestou. Em seguida, a partir das questões identificadas na primeira fase, foram feitas as *anotações* sobre as relações e

interpretações levantadas, estruturando, assim, as questões centrais que foram revisitadas ao longo de todo o processo de análise das informações.

A *interpretação* dessas informações foi desenvolvida a partir do método clínico psicanalítico, analisando os conteúdos manifestos e latentes presentes nos discursos dos entrevistados, levando em consideração também os elementos transferenciais e contratransferenciais construídos nesse processo. A *partilha de dados* com outros pesquisadores do Trieb - Núcleo de Psicanálise da UFPE, também foi importante, para que houvesse uma espécie de checagem das informações, o que enriqueceu a forma de perceber, interpretar e explicar as informações. Ao término do processo de análise qualitativa das informações, os dados foram organizados para a *redação*, contemplando os temas em destaque no processo de análise das entrevistas e permeados pela minha percepção, enquanto pesquisadora, sobre as informações coletadas e a construção teórica sobre o tema, no exercício da metapsicologia psicanalítica.

7 ANÁLISES

7.1 ANÁLISE DE DADOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para analisar a posição subjetiva paterna, diante da privação de liberdade, foram realizadas entrevistas abertas, com cinco participantes, e uma oficina de leitura, com dois destes. A vivência na oficina de leitura foi norteada pela escuta do livro infantil "O pai Francisco", de Marina Miyazaki Araújo (2015). Devido a algumas PPLs não saberem ler, o livro foi transformado em *audiobook*, para facilitar a inclusão e melhor compreensão do texto. Por questões de segurança ocorridas na unidade, a oficina foi realizada somente alguns meses após as entrevistas e, por isso, a oficina ocorreu com apenas dois dos entrevistados, pois três deles já haviam progredido de regime, dois se encontravam em liberdade e um estava no regime semiaberto, tendo sido transferido para outra penitenciária.

As entrevistas iniciaram com a pergunta disparadora: *"Como é para você ser pai, estando privado de liberdade?"* A pergunta permitiu que cada entrevistado compartilhasse livremente suas experiências, enquanto pais, no contexto de privação de liberdade. Nesse sentido, foram analisadas de acordo com os passos metodológicos elaborados por Alves e Silva (1992) e adaptados por Monteiro (2019), essa etapa encontra-se descrita na metodologia, no ponto sobre análise e interpretação dos dados. Assim, a etapa de partilha de dados contou com a participação dos membros do Trieb-NEPPSI, além de quatro alunas da graduação em Psicologia da UFPE, previamente selecionadas para o Trabalho Supervisionado (TS). As alunas acessaram os áudios e transcrições, realizaram inicialmente a escuta e interpretação de todas as entrevistas. Posteriormente, cada estudante, em cada uma dessas etapas, esteve sob minha supervisão, em encontros frequentes, em que o cuidado com os aspectos éticos e de sigilo quanto ao material nortearam as atividades.

A partilha dos dados com os membros do Trieb e as alunas foi fundamental para que eu pudesse compreender que a minha percepção estava embasada na percepção de possíveis elementos contra transferenciais e, por isso, não estava sendo tendenciosa, por estar imersa no campo pesquisado há bastante tempo.

As entrevistas duraram, em média, vinte minutos, devido ao visível desconforto dos participantes em estarem em um ambiente fechado e sozinhos com uma mulher. As PPLs são orientadas, a partir do momento em que são admitidas na Unidade Prisional, a manter sempre uma postura respeitosa, principalmente com as mulheres, devendo sempre manter as mãos para trás e cabeça baixa, respondendo apenas o que lhe for questionado. Mesmo ficando clara

a autorização da Unidade prisional, a internalização de regras rígidas provocou uma certa insegurança inicial aos entrevistados, aspecto que posteriormente não prejudicou a realização desta etapa da pesquisa. Porém, mesmo diante de tal posicionamento, os entrevistados não se intimidaram em manter uma postura colaborativa e falar livremente sobre seus sentimentos, enquanto pais e demais questões que foram emergindo ao longo das entrevistas, uma vez que um ambiente tranquilo e acolhedor lhes foi ofertado.

A análise das entrevistas e da oficina foram conduzidas propiciando a identificação de núcleos narrativos, que foram abordados nesta análise. Os referidos núcleos foram elencados por se tratar de um processo essencial, que garantisse a clareza e coerência dos relatos obtidos, a partir das entrevistas, e foram definidos diante das questões centrais e objetivos que norteiam esta dissertação, em concordância com a emergência dos conteúdos narrativos, organizando assim, o caminho percorrido até os resultados.

A análise das entrevistas e oficina revelaram várias narrativas recorrentes entre os entrevistados, as quais são cruciais para a compreensão da vivência da paternidade no sistema prisional. Entre as narrativas identificadas estão a *experiência emocional*, as *relações familiares* e os *desafios para o exercício da paternidade,* que foram interconectadas com os aspectos psicanalíticos que abordam a influência dos desejos e fantasias inconscientes sobre o comportamento paterno. Cada uma dessas narrativas foi discutida mais detalhadamente e ilustrada com trechos das entrevistas, com o objetivo de demonstrar os resultados dessa escuta. Esse processo de análise, a partir do método clínico psicanalítico, nos permitiu uma compreensão mais aprofundada dos aspectos abordados.

Vale salientar que, em minha vivência clínica no contexto pesquisado, muitas PPLs relatam dificuldades em desempenhar um papel ativo na vida de seus filhos, o que impacta negativamente sua autoestima e percepção de si mesmos como pais. Ademais, pode-se inferir que essa separação forçada pode exacerbar sentimentos que influenciam profundamente a maneira como esses pais percebem e experimentam a paternidade. Afinal, as condições de encarceramento frequentemente dificultam a comunicação e o contato entre pais e filhos, fragilizando, dessa forma, essas relações, vistas por eles como uma espécie de *"tábua de salvação".*

Antes de apresentar a análise propriamente dita, de acordo com os núcleos narrativos elencados, fiz uma breve apresentação dos sujeitos desta pesquisa, no intuito de aproximar o leitor da *pessoa*, de quem estamos falando. Quando faço esse destaque sobre a pessoa, é porque sempre é bom relembrar que o sujeito que se encontra privado de liberdade, para além de seu "B.O." (boletim de ocorrência - termo que utilizam em referência ao crime pelo qual

estão privados de liberdade), é uma pessoa que tem sua família e seus laços de afeto e responsabilidades. Ressalto que foi preservada a motivação pela qual se encontram privados de liberdade, pois, para esta dissertação, prevalece a importância da escuta ao pai, visando a manutenção de uma escuta livre de julgamentos.

7.2 BREVE APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os participantes desta pesquisa foram homens (cisgênero), com idades entre 30 e 50 anos, sendo, de acordo com suas autodeclarações, dois brancos, dois pardos e um negro, selecionados em pavilhões e condições distintas, para oferecer uma visão diversificada sobre a paternidade no sistema penitenciário. Suas identidades foram preservadas e optei por tratá-los por nomes de jogadores que fizeram parte da seleção brasileira, em diferentes épocas. A escolha dos codinomes se dá, tanto pelo fato de todos gostarem de futebol, quanto por, na situação da prisão, as PPLs enfrentarem a pressão de um ambiente altamente competitivo, assim como no futebol, o que exige resiliência, estratégias e formação de alianças. Diferentemente do futebol, que a vitória leva ao reconhecimento, no contexto de privação de liberdade o *jogo não termina quando o juiz apita, ele começa*! Esse "jogo", em muitas situações, leva a aniquilação do sujeito e a uma luta pela sobrevivência, inclusive da própria integridade psíquica, cujo troféu é um papel que diz às PPLs que a "*Lili cantou*" (termo que utilizam quando recebem o alvará de soltura).

Assim, os apresento Denilson, homem autodeclarado pardo, 33 anos, dois filhos (uma menina com dez anos e um menino com oito). Está privado de liberdade desde 2019 e tem previsão de progressão para o regime semiaberto para 2032, caso não haja nenhuma falta disciplinar. Recebe suporte da família e mantém um relacionamento com uma jovem que conheceu em um dia de visita. Frequentou a escola na penitenciária e conseguiu concluir o Ensino Médio, adquirindo, assim, o direito a remissão de alguns dias na sua sentença. Inteligente e adepto da leitura, conhecia, inclusive, o livro "Pai Francisco" e indicou a leitura a outros pais. Mostra-se bem articulado e respeitoso.

Dentro da "hierarquia" penitenciária, pertence a classe menos favorecida, com possibilidades mínimas de exercer algum tipo de atividade laboral remunerada dentro da Unidade. Quando uso o termo "hierarquia", me refiro à maneira como se organizam dentro das Unidades Prisionais as PPLs que têm algum tipo de influência ou *status* social. Estas conseguem ocupar posições de confiança e auxiliam na organização e manutenção da ordem na penitenciária, ocupando uma posição de "chefia" dentro do pavilhão. Como um reflexo da

sociedade, nessa “organização” existem as classes com maiores acessos a alguns serviços e as classes com menos acessos, propiciando, assim, uma maior vulnerabilidade dentro de um sistema que já é, por si mesmo, vulnerável.

Já Rivaldo é um homem que se autodeclara pardo, 48 anos, pai de três filhas (uma adolescente e duas já adultas). Uma delas, inclusive, formada em Direito. Privado de liberdade há oito ou nove anos (não sabe precisar). Na Unidade pesquisada está há quatro anos, informa que há a possibilidade de migrar para o regime semiaberto, em seis anos. Abraçou todas as oportunidades educacionais que a Unidade oferece, inclusive, ressalta a importância da educação no seu processo de ressocialização. Mantém a atividade lúdica e, sempre que solicitado, faz apresentações com seu boneco ventríloquo, a quem carinhosamente chama de “Joãozinho”. Apresenta perfil carismático, tranquilo, bem articulado e mantém boas relações sociais na penitenciária, inclusive, trabalha em uma função de confiança, como porteiro de um pavilhão.

Nosso terceiro entrevistado, Ronaldinho, declarou-se como um homem negro, 36 anos, cinco filhos (um adulto, uma falecida aos 12 anos e três crianças). Havia cumprido treze anos no regime fechado e progredido para o semiaberto, porém, em uma saída autorizada, com tornozeleira eletrônica, tomou conhecimento do acidente que vitimou sua filha e, ainda, que os filhos mais novos estariam passando necessidades; por isso, cortou a tornozeleira, vindo a ser recapturado algum tempo depois e retornado ao regime fechado. Devido às difíceis condições financeiras, não tem suporte familiar. Não sabe ler, apenas assinar o nome, frequentou a escola, apenas, em Unidades Prisionais. Dentro da “hierarquia” é um sujeito invisibilizado. Com pouca instrução, seus relatos, por vezes, se apresentaram confusos, precisando retornar em alguns pontos (no contexto do processo de transcrição), para que tivesse uma linearidade e fossem capturados os aspectos relevantes de seus núcleos narrativos.

Por sua vez, Cacá se reconhece como homem branco, 33 anos, dois filhos (seis e três anos, respectivamente). Cacá cumpriu sentença em regime fechado por nove anos. Dois meses após a entrevista, progrediu para regime harmonizado, quando a PPL adquire o direito a progressão; ao invés de ir para o regime semiaberto, uma vez que recebeu proposta de trabalho, foi para casa, usando tornozeleira eletrônica, devendo permanecer em atividade laboral e se apresentar periodicamente. Vale ressaltar que durante a sua permanência na Unidade Prisional trabalhou durante sete anos em atividade remunerada, se tornando peça fundamental para a fluidez dos serviços do setor no qual estava lotado.

Concluiu o Ensino Médio na escola da Unidade e sempre foi gentil, generoso e cordial com todos os funcionários. Sempre priorizou a fé diante de situações adversas e é considerado

“elite” dentro da “hierarquia”. Ser “elite”, nessa organização hierárquica, significa ocupar um lugar de destaque, com oportunidades de trabalho remunerado e espaço privativo, embora minúsculo, para viver, poder circular em áreas reservadas aos funcionários e acesso aos serviços com maior facilidade. Importante salientar que foi Cacá quem me apresentou o livro “Pai Francisco”, após perceber que a maioria dos pais que faziam essa leitura, no programa de remissão pela leitura, ficavam extremamente sensibilizados.

Por fim, nosso último entrevistado, Romário, que se diz um homem branco, 43 anos, dois filhos (um adolescente de quinze e uma criança de nove anos). Privado de liberdade há oito anos, progrediu para o regime harmonizado quatro meses após a entrevista. Durante toda sua permanência na Unidade exerceu cargos de confiança, tanto para a gestão quanto na própria “hierarquia” das PPLs. Sempre muito respeitado e respeitoso, carismático, afetuoso e generoso, apresentou perfil político e articulado, quando em liberdade chegou a concorrer a um cargo público em seu município e sempre foi liderança em sua comunidade. Esse perfil ficou muito nítido ao final da entrevista, quando fez seus agradecimentos. Concluiu os estudos do Ensino Médio na penitenciária e conquistou a confiança dos gestores ao longo de sua permanência. Na “hierarquia” pode ser considerado o número 1.

Após essa breve apresentação dos nossos entrevistados, serão apresentados, a seguir, os destaques mais relevantes, diante dos objetivos desta pesquisa, estruturando por *núcleos narrativos* que retratam a contribuição dos entrevistados, a partir do relato de suas vivências de paternidade no sistema penitenciário.

7.3 A EXPERIÊNCIA EMOCIONAL DE SER PAI: ENTRE A IDENTIFICAÇÃO E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE

A partir do recorte da experiência emocional de ser pai estando privado de liberdade, abordei relatos, recorrentes em todas as entrevistas, sobre sentimentos de: tristeza, angústia, saudades e impotência diante da condição de ser pai estando privado de liberdade. Diante disso, apresentei a discussão deste tema, a partir de pontos cruciais para a minha pesquisa, conectando interlocuções sobre a identificação e papel paternos e o impacto emocional diante da privação de liberdade.

Conforme destacado no primeiro capítulo desta dissertação, relembro que a construção da noção de paternidade não está circunscrita apenas à chegada de uma/um filha/o/e; ela é construída. Nesse sentido, se faz importante considerar que essa noção de paternidade de pais reclusos no sistema prisional, diante de nossa coleta de dados, parece guardar relações

profundas com a própria historicidade do sujeito, em relação aos mecanismos de identificação. Essa relação é percebida tanto em aspectos conscientes, quanto inconscientes - aspectos esses relacionados às experiências diante de suas próprias figuras parentais, elementos que atravessam diferentes gerações e contextos socioculturais.

A reprodução da paternidade a partir de identificações positivas aparecem na narrativa de Romário, quando afirma:

> *Meu pai sempre foi tudo pra mim. E quero passar o que o meu pai foi, para meu filho. Tá entendendo? Ser um pai presente, um companheiro, um amigo. E o que ele precisar. A gente não medir esforço dentro das condições da gente. A gente ajudar um filho, porque um filho, pra mim, ele é tudo.*

Percebe-se nesse fragmento da narrativa de Romário o quanto o papel paterno foi por ele introjetado e se tornou uma referência a ser seguida, atribuindo o papel de continuidade a essa paternidade, por ele vista como um "tudo"; simbolizando que seu pai exerceu um modelo de paternidade a "ser seguido". Para além da identificação como pai e o considerar um modelo a ser seguido, Romário esclarece, com sua voz embargada ao falar do pai e dos filhos, que assim como seu pai foi esse "tudo", também deseja sê-lo para os filhos. Para esse "tudo", não encontra palavras que contemplem seus sentimentos, mas é possível perceber que o papel de seu pai foi cumprido como algo suficientemente bom, como assim deseja cumprir o seu.

De acordo com Cherer, Ferrari e Piccinini (2021), a paternidade pode ser afetada pela relação com o próprio pai, à medida que alguns tendem a reproduzir o modelo de pai que tiveram. Essa reprodução não ocorre de maneira automática, mas através da seletividade de ações percebidas como benéficas, como o cuidado, presença efetiva e afetiva e suporte emocional. Com relação aos modelos considerados distantes e ausentes, os autores ressaltam certa tendência de tentativas de reparação às falhas percebidas nos próprios pais. Tais tentativas, de reprodução de acertos e reparação de erros, foram destacadas pelos entrevistados quando trouxeram suas histórias de relacionamento com suas figuras paternas para o contexto de reflexões de seus próprios exercícios de paternidade.

A presença de um pai afetuoso e companheiro reflete, em Romário, o quanto a relação intergeracional foi significativa para a construção de sua perspectiva de papeis paternos e como a internalização dessas características se tornaram um modelo a ser replicado e reproduzido na sua relação com o próprio filho. Ao assegurar o desejo de ser presente e companheiro, denota reconhecer a importância de exercer o lugar de sustentação emocional, proporcionando um ambiente seguro e potencial para o desenvolvimento do filho, reforçando,

assim, o que Rosa (2014) destaca sobre a importância da qualidade dessa presença paterna. A referida autora destaca que, para além da presença física, a paternidade envolve a capacidade de ofertar segurança, apoio emocional e mediação entre a criança e o mundo exterior, fortalecendo a construção das identificações e da autonomia.

O fragmento da narrativa de Romário ilustra, ainda, a ideia de autores como Zavaroni *et al.* (2007); Zornig (2010) e Cherer, Ferrari e Piccinini (2021) sobre como a memória dessas relações influenciam o exercício da paternidade e como, mesmo na vida adulta, esses elementos infantis atuam e influenciam sua vivência paterna. A referência paterna introjetada pelo entrevistado serviu como modelo para uma espécie de ideal de pai que é e deseja ser.

Ao destacar com grande emoção e veemência que "um filho, pra mim, ele é tudo", Romário remete à ideia de filho como extensão de "eu", uma possibilidade de realizações e expectativas de realização pessoal. Esse aspecto narcísico emerge quando aborda as conquistas do filho adolescente e seu desejo em estar presente, fisicamente, acompanhando cada passo de perto. Porém, a dicotomia entre o desejo e a realidade em que se encontra gera sofrimento, quando destaca "não medir esforços", apesar das limitações da realidade em que se encontra. Tal aspecto pode sinalizar a insegurança em não conseguir promover o que Winnicott (1965) denomina como *ambiente facilitador* ao pleno desenvolvimento de sua prole, indicando um possível conflito entre o desejo de exercer plenamente a paternidade e a situação concreta da privação de liberdade. Apesar disso, o fato de se esforçar para manter o vínculo parece indicar um impulso saudável e um movimento em direção à preservação do *self*.

Ainda sobre a influência de elementos inconscientes, Cherer, Ferrari e Piccinini (2021) destacam que o pai poderá encontrar, neste exercício, resquícios de vivências passadas, entrando em contato com traumas vivenciados na própria infância, que podem se repetir na relação com os filhos ou ressignificar-se diante dessa vivência. Ao ressignificar suas vivências traumáticas com os próprios cuidadores, os pais tendem a rejeitar os aspectos negativos dessa relação e adotar diferentes estratégias de cuidado, evitando a influência de experiências dolorosas no próprio exercício de cuidado paterno.

Sobre essa oportunidade de ressignificação, a narrativa de três dos entrevistados sinaliza que não exercem a paternidade a partir de representações de uma experiência feliz, mas de maneira reativa às figuras paternas que tiveram, buscando construir uma paternidade ideal, reforçando, assim, o que afirmam Cherer, Ferrari e Piccinini (2021), ao dizer que as experiências traumáticas infantis deixam marcas que nem sempre se apagam no psiquismo, podendo ser reativadas e exercer importante influência na vivência da paternidade.

Esse aspecto surge no relato de Rivaldo, quando narra sobre o valor que o exercício da paternidade tem na sua vida, ressaltando o desejo de ser um pai presente, contrastando com a ausência paterna e uma infância marcada pela carência de cuidados, o que contribuiu para a idealização de um papel paterno afetivo, presente e implicado com o cuidado:

> *É porque eu vim de uma infância que meu pai não foi pai presente. Minha mãe, quando ficou grávida, que meu pai soube, meu pai disse que se a minha mãe dissesse que estava grávida dele, ele mataria a minha mãe e mataria o bicho que estava dentro da barriga da minha mãe, que no caso era eu.*

Nesse sentido, Rivaldo carrega a inscrição simbólica de ser *abjeto para o pai*, ser passível de evacuação. Lembremos que, diante da lógica Kleiniana, "ser passível de evacuação" refere-se à necessidade de expelir conteúdos psíquicos da ordem do insuportável. Tal processo ocorre na dinâmica da relação com objetos externos, em que aspectos indesejados do *self* são depositados no outro, envolvendo aquilo que é rejeitado como forma de preservação psíquica (Klein, 1963).

Para Rivaldo, narrar essa passagem dolorosa de sua história parece trazer à luz a expressão simbólica de conseguir expurgar sentimentos e angústias intoleráveis e ameaçadoras ao *self.* Nesse sentido, percebe-se a atuação da identificação projetiva, mecanismo de defesa primitivo em que são projetadas partes do *self* sobre o outro*,* como tentativa de controlar, por meio dessas partes projetadas. Esse mecanismo defensivo está intimamente associado à posição esquizoparanóide, caracterizada pela divisão entre o bom e o mau objeto, na fase inicial do desenvolvimento (Klein, 1963). Ao fazer uso desse mecanismo de defesa inconsciente, Rivaldo parece aliviar sua ansiedade, lidando com aspectos do *self* que são mais difíceis de integrar.

Tais aspectos nos fazem perceber o quanto a paternidade é influenciada pelas experiências vividas. Esses pais, ao identificar as "lacunas" deixadas pelos próprios pais, buscam proporcionar aos filhos aquilo que, de algum modo, lhes faltou. Essa ambivalência pode ser entendida como um "retorno ao recalcado", processo no qual os conteúdos que já não são conscientes tendem a ressurgir de forma distorcida, de acordo com Laplanche e Pontalis (2001). Diante disso, é possível compreender que os pais, mesmo sendo adultos, apresentam fragmentos do infantil que os constituiu - o que se repete ao longo das narrativas de Rivaldo, pois, aos dez anos de idade, em suas palavras, foi doado, *"de papel passado"*, pela mãe, que entregou seu registro de nascimento ao dono do parque, simbolizando, assim, sua adoção. Explica que, diante da precariedade financeira em que a família se encontrava, a

mãe o doou ao dono de um parque de diversões para ir trabalhar onde crianças de sua idade iam para se divertir, a partir daí, iniciou sua vida laboral.

Diante da não inscrição simbólica, enquanto filho, considerado descartável pelo pai e "doado" pela mãe, tendo a sua existência, enquanto filho, minada pelos genitores, Rivaldo alimentou o desejo de exercer uma paternidade "diferente" em relação à sua vivência. A paternidade idealizada por Rivaldo apresenta uma característica fortemente cultural, inclusive, da paternidade contemporânea que se alinha a demandas sociais de pais mais afetivos, participativos, com uma presença implicada e centralizada no vínculo emocional.

Sobre ressignificar essa vivência traumática, de abandono e limitações impostas pela sua própria história, podemos inferir a complexidade que envolve o exercício de paternidade que, nesse caso, se apresenta como uma manifestação de conflitos, aparentemente não resolvidos, pela demonstração de dor e comoção, além de um ato de reparação, quando Rivaldo ressalta:

> *[...] eu vou dar aquilo que eu não tive. Mas é difícil, porque você não teve. Como é que você pode dar aquilo que você não teve? Você vai aprendendo com o dia a dia, tentando dar o seu melhor, tentando se esforçar pra não acontecer na vida daqueles teus o que aconteceu na tua.*

Diante disso, compreendemos que o processo de exercício da paternidade ocorre a partir de dois movimentos identificatórios, já sinalizados por Moro (2005): o movimento de acessar a criança que foi e que gostaria de ter sido, revisitando conteúdos infantis e, em seu exercício, propriamente dito, em que se busca um rompimento com histórias passadas. Em um segundo movimento, se esforça para construir o perfil de um pai que gostaria de ter tido. Essa identificação foi sendo construída a partir do seu primeiro trabalho, aos dez anos, no parque de diversões.

Trabalhando no parque de diversões, Rivaldo afirmou ter aprendido a ser pai, vendo o carinho, atenção e cuidado dos pais para com seus filhos; ações de cuidado que passou a reproduzir, como ao colocar e retirar crianças dos brinquedos e que, mesmo sendo seu "trabalho" em tenra idade, norteou seu desejo de ressignificar suas feridas e introjetou o modelo (ideal/idealizado) paterno. A partir dessa vivência de criança que vai ao parque trabalhar, e percebendo as atitudes e gestos de afeto dos pais com as crianças que frequentavam o parque, Rivaldo opera uma transformação entre o atuar no trabalho como uma forma de manutenção financeira para uma construção do ideal de pai que seria, evidenciando, assim, que ações de cuidado, ainda que aprendidas em contextos diversos do núcleo familiar,

podem ser internalizadas e integradas ao exercício da paternidade. Esse processo de aprendizagem gradual é expresso na narrativa do entrevistado, quando afirmou:

> *É porque eu acho que eu criei esse amor, criou esse vínculo, porque de vir trabalhar no parque, eu via muito pai e mãe com as crianças. O meu início de trabalhar em parque foi com peças infantis (de teatro). Então, eu via muito carinho de pai e muita mãe pelos filhos. E ali eu fui crescendo e tendo que ter esse carinho pelos filhos dos outros. Porque eu dependia dali, daquele brinquedo, pra eu ganhar o meu dinheiro. Então, eu pensava: "eu tenho que tratar bem, eu tenho que ajeitar, tenho que ser carinhoso com as crianças, eu tenho que respeitar pra eu poder ter freguesia, pra eu poder ter cliente". Então, isso eu aprendi. Criança, eu pegava com carinho no braço, botava no brinquedo, tirava, entregava pro pai ou a mãe. Não chamava, "bora, tá na hora de sair". Não, chegava lá, "vamos pro outro brinquedinho ali". E aí, entregava o pai ou a mãe e cativava as pessoas. Então, eu aprendi com o dia a dia. Depois que eu me casei, que tive minha primeira filha, pra mim foi uma das maiores alegrias que eu senti na minha vida. Eu não sei se eu chorava, eu não sei se eu sorria, eu não sei se eu pulava, se eu saltava. Uma alegria imensa, imensa de ser pai. É muito bom, é muito bom. Muito bom, é gostoso ser pai.*

Interessante notar que ainda que a necessidade de "tratar bem" e "cativar" as pessoas perpassasse por uma necessidade de sobrevivência, motivada por interesses práticos, a experiência afetiva despertou, ao fim, uma implicação emocional, conectada ao desejo de reconhecimento, validação e reforço ao próprio narcisismo. Nesse sentido, autores como Laplanche e Pontalis (2001) afirmam que o processo de identificação consiste em um mecanismo no qual os sujeitos assimilam traços, características e atributos de outra pessoa, transformando, assim, a sua própria maneira de ser. Assim, o mecanismo de identificação se põe como uma operação simbólica através da qual o sujeito pai vai se constituindo.

A alegria diante do nascimento da primeira filha, não apenas narrada, mas expressa através de sua voz embargada e olhos marejados, sinaliza a possibilidade de colocar em prática o ideal de pai construído a partir de suas vivências. Reflete também a insegurança de alguém cujo *holding* (Winnicott, 1965) não lhe foi ofertado e teme por não ter uma base segura para oferecer à criança, denotando, assim, um movimento regressivo, sinalizado por Cherer, Ferrari e Piccinini (2021, p. 39) como um movimento que "se impõe como uma viagem imprescindível para a entrada na paternidade".

No tocante a influência das figuras paternas na construção da identificação enquanto pais, cabe ressaltar que outros entrevistados ratificam esse processo de ressignificar a própria história, quando afirmam que a vivência da paternidade traz consigo uma reflexão sobre suas escolhas. Tal processo também surge na narrativa de Cacá, quando afirma: *"eu me*

transformei pra melhor. Até com o pai também, que a gente não se falava bem. Discutindo. Até pra falar bem. Hoje em dia. Conversa, né?".

Por sua vez, Ronaldinho relatou que, apesar de ter sido expulso de casa pelo pai aos nove anos, ter saído de casa apenas com uma bacia, uma colher, um lençol amarrado na cintura e uma faca de serra, não guarda mágoa do pai e retornou aos quinze anos, já com a companheira gestante. Apesar de verbalizar não guardar rancor pelo ocorrido com o pai, afirma: *"voltei próximo da família, mas pra dentro de casa, eu disse pra meu pai, nunca vou voltar"*. Esse retorno à família, num momento em que se tornaria pai, adolescente, me pareceu sinalizar a incerteza em fornecer um ambiente seguro e de acolhimento para o filho. A ausência da sustentação emocional que um pai oferece, no seu próprio desenvolvimento, talvez o tenha impelido a buscar esse reencontro, como uma tentativa de reparar os vínculos danificados e dar sustentação a esse novo papel.

Embora não tenha participado da oficina de leitura, o retorno de Ronaldinho remete à última fala do personagem do livro "Pai Francisco", inclusive, destacada pelos participantes da oficina e demais PPLs que tiveram acesso ao livro, quando o personagem (filho de PPL) afirma: "*mas eu não posso crescer agora, preciso esperar o meu pai"* (p. 12). Sinalizando, nesse contexto, a necessidade dessa figura de identificação como um facilitador no processo de transição de filho para pai.

Retornar à "casa paterna", nesse sentido, quando Ronaldinho seria pai, me faz refletir o quanto remete à necessidade de um modelo identificatório, que não havia sido introjetado e, por isso, ressalta a importância da sustentação emocional (Winnicott, 1965). De acordo com o referido autor, a busca por um ambiente facilitador, no qual as figuras confiáveis pudessem dar suporte, nesse momento de transformação, para que pudesse desenvolver de forma segura essa paternidade, mostra um movimento de tendência a integração, a partir do qual o entrevistado tenta se reconstituir para o fortalecimento da própria identificação.

Diante de tais recortes, é possível compreender a importância da construção de uma identificação paterna para o exercício da própria paternidade, cada um, a seu modo, foi construindo o exercício dessa paternidade, assumindo um senso de responsabilidade, maturidade e transformação. Sinalizando, assim, que esse processo foi sendo construído a partir do reconhecimento de si mesmos, enquanto pais, mobilizados pelo desejo de ser exemplo para os filhos, tentando evitar falhas cometidas pelos próprios pais ou se inspirando em acertos.

7.4 ENCARCERAMENTO E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Diante da escuta dos entrevistados, percebi que a privação de liberdade é vivenciada de maneiras distintas, desde sentimentos de dor, angústia, revolta, culpa, arrependimento ou resiliência; aspectos que vão se alternando e interferindo na saúde emocional das PPLs. Perder a liberdade está para além do encarceramento do corpo físico e limitações externas, se trata também de perdas simbólicas, talvez ainda mais difíceis de lidar. A perda do *status* social, a passagem de sujeito social ao "*rato*" execrado pela sociedade, exige um esforço psíquico e emocional complexo, pois essa perda subjetiva nem sempre é reconhecida, sobretudo no campo pesquisado, o que pode acarretar ainda mais sofrimento.

Diante da privação de liberdade, a ausência da rotina da vida "externa" aos muros da prisão, relações sociais, familiares e a impossibilidade de exercer plenamente seus papéis, pode gerar um processo de luto. Tal processo, descrito por Freud (1917) em *Luto e Melancolia,* discorre sobre como a perda de objetos importantes pode levar o sujeito a vivenciar manifestações de angústia, tristeza, impotência e culpa. Apesar do sofrimento vivenciado, observo o processo de luto como algo natural diante das perdas impostas à PPL e necessário para os processos de ressignificação. Nesse sentido, quando o sujeito consegue desinvestir a energia psíquica diante do objeto perdido, é capaz de reinvestir em novas significações, movimento necessário, visto que essa perda simbólica pode desestabilizar e até mesmo minar seu sentido de existência enquanto sujeito.

A análise das entrevistas demonstrou que o impacto emocional, diante da privação de liberdade, está intimamente relacionado com a capacidade de lidar com o sentimento de perda, em que ocorre uma ambivalência de sentimentos, que oscilam entre o sentimento de culpa, pelo fato de que as consequências de suas ações causaram o afastamento de sua família, e o desejo de manter/restaurar essas relações, mesmo reconhecendo as limitações impostas pela privação da liberdade. A impossibilidade de agir diretamente para proteger e cuidar da prole, manter seu *status* de provedor (socialmente atribuído), gera uma sensação de ansiedade e impotência, percebida em todas as entrevistas, levando essas pessoas ao sofrimento psíquico e a sensação de alienação (Poli, 2005).

A expectativa de vivenciar plenamente o exercício da paternidade aparece como um elemento fundamental na constituição psíquica dessas pessoas e pode reorganizar a forma como se percebem nas relações. Todos os entrevistados sinalizam o exercício da paternidade como auxiliar à defesa emocional e motivação para mudanças positivas, refletindo a tentativa

de transformar a dor e angústia em suporte para superar os desafios impostos pela condição de privação de liberdade. Embora essa expectativa, de vivenciar a paternidade, se revele como processo que favorece a proteção psíquica, o medo do estigma associado à PPL e o impacto causado pela separação familiar sinalizam um potencial impeditivo à reconexão com a prole, criando, assim, novas barreiras emocionais. Tais aspectos surgem na narrativa de Denilson, quando destaca: *"Tem pais que têm acesso aos seus filhos e tem aqueles que não têm acesso aos seus filhos. Pronto, eu tô do lado dos que não têm acesso. Aí pra mim é muito mais difícil, porque não tem como eu ter acesso aos meus filhos"*.

A dificuldade de acesso aos filhos, não por vontade própria, torna os dias de Denilson mais difíceis, ao mesmo tempo que o coloca numa posição de passividade, quando atribui a terceiros a dificuldade de acesso aos filhos. A insegurança, diante da possibilidade de não conseguir esse acesso, o faz permanecer estagnado. Enquanto permanece à espera de um terceiro, que promova esse contato, mantém a expectativa de um dia poder exercer essa paternidade, como se fosse o último fio de esperança que o mantém ligado ao mundo extramuros. Receber um retorno negativo sobre esse contato significaria romper esse fio no qual projeta a possibilidade de uma vida melhor.

Tal expressão de dor, por não ter acesso aos filhos, parece nos comunicar a vivência de um luto simbólico, em que Denilson vivencia a perda de algo importante aos seus processos de identificação, pois destacou que a paternidade o fez *"virar homem",* no sentido de assumir responsabilidades. Podemos inferir desse sofrimento não apenas o reflexo da falha do sistema ou de um terceiro que facilite esse contato, mas uma falha do ambiente, onde a figura paterna, neste caso o próprio sujeito, também se vê fragilizada e limitada na sua função simbólica e afetiva (Winnicott, 1965). Ademais, há um sentimento de culpa com relação às suas escolhas, que no intuito de amainar a dor e preservar-se psiquicamente, projeta em terceiros.

Esse recorte, além de expressar a dificuldade pessoal de contato dele com os filhos, remete ainda à diferença das posições hierárquicas ocupadas por cada um, dentro do sistema penitenciário, pois, nem todos conseguem acesso a alguns serviços, inclusive, que promovam essa tentativa de contato. Isso reforça o sentimento de luto pela percepção da desigualdade, por estar entre os pais que não conseguem ter acesso aos filhos, intensificando, assim, os sentimentos de desamparo, frustração, inadequação e culpa.

De acordo com Barbosa, Campos e Neme (2021), tais sentimentos refletem o desamparo psíquico, característico da condição humana, que é marcada pela constante busca de validação, dificultando o reconhecimento do outro enquanto sujeito autônomo. Afirmam

ainda que esses sentimentos emergem quando há a ausência – social, inclusive – de reconhecimento como sujeito (neste caso, sujeito pai). A falta de abertura à alteridade impede o reconhecimento mútuo, acentuando o isolamento e o sofrimento, que são intensificados pela dificuldade de estabelecimento ou mesmo ausência de laços afetivos profundos.

Essa necessidade de ser reconhecido, enquanto pai, foi identificada também no momento da oficina de leitura, quando Rivaldo informou ter conhecido o livro "Pai Francisco" através de Denilson que, por sua vez, afirmou tê-lo indicado a vários colegas, por considerar uma leitura relevante para eles, enquanto pais. Denilson afirmou entender o que a criança (personagem do livro) quer expressar: "*Ela quer passar que aquele pai, pra ela, é o único, é diferente, é ímpar pra ela"*. Ao trazer essa narrativa, imediatamente após a leitura do livro, Denilson reafirmou a necessidade de reconhecimento e sentimento de desamparo diante da ruptura dessa relação. De acordo com Klein (1945), diante de perdas ou rupturas, o sujeito busca meios de reparar ou substituir o objeto perdido, esse desejo pode ser visto como uma tentativa de restaurar a ligação afetiva e reconstruir o vínculo perdido.

A interrupção do contato traz a sensação de impotência, que pode ser vivenciada como um ataque ao próprio papel paterno, causando sofrimento e fragilizando os vínculos, impondo barreiras concretas e simbólicas que comprometem a expressão de afeto e a manutenção dessa figura no imaginário dos filhos. Quando abordo a importância do pai no imaginário dos filhos, ressalto que se trata do pai construído imaginariamente pela criança, a partir de suas fantasias, desejos, experiências concretas, em que a criança constrói uma imagem digna de ser admirada - a criança promove a exaltação da figura do pai (Betts; Weinmann; Palombini, 2005).

O turbilhão de emoções, descritas por Denilson, diante da privação de liberdade, é comum a todos os outros entrevistados e se repete ao longo das narrativas, quando pontuam a sensação de impotência diante da restrição física e emocional. Ainda, reconhecem a importância da presença física e suporte emocional para o desenvolvimento saudável dos filhos e sentem que a ausência na convivência cotidiana deles/as, pode deixá-los vulneráveis. Tal percepção corrobora com a perspectiva Winnicotianna (1965) sobre a importância do *holding,* tanto desses pais para com sua prole, quanto, inclusive, dos filhos para com seus pais, no momento de vulnerabilidade, tornando-se o amparo necessário para que a PPL perceba que continua existindo, recebendo cuidados, situações que se põem para além de seu crime.

Diante do ambiente austero e machista do sistema prisional, expressar sentimentos e deixar fluir as emoções é algo visto como expressão de fragilidade, impedindo a imposição de respeito, em um contexto no qual não se pode *"baixar a guarda",* limitando-se, assim, a livre expressão dos desejos e sentimentos. Na realidade das PPLs, demostrar sentimentos, como

angústia, tristeza, ou mesmo chorar por saudades, nem sempre é visto como condição inerente ao ser humano, pode ser entendido como sinal de vulnerabilidade, essa condição finda por abrir espaços para abuso de poder do sistema e entre as próprias PPLs. Então, mesmo diante do sofrimento, precisam manter uma postura de falsa segurança e silenciar suas dores, em nome da própria proteção.

Os entrevistados citam ainda o isolamento emocional e a falta de apoio familiar, em alguns casos, como fatores agravantes à saúde psíquica, pois o vínculo da PPL com o mundo extramuros e, consequentemente, com seus filhos, se dá através de familiares. Ocorre, por razões diversas, o afastamento dos familiares de alguns dos entrevistados ao longo da permanência da PPL no sistema, o que desencadeia sensações de frustração, abandono e solidão, conforme mencionado por Rivaldo, quando questiona:

> *Por quê? Porque a própria mãe não quer que eu tenha contato com minhas filhas. Então, isso dói, isso machuca bastante. Tem noite que a gente vê anoitecer e amanhecer, não o sonho, o nervosismo, porque muitas das vezes a saudade bate, a falta delas bate. Chega um domingo, um final de semana, seja sábado, seja domingo, que tem visita das crianças, a gente se machuca.*

Tal questionamento ilustra o impacto causado à saúde emocional desse pai que, anteriormente à sua prisão, mantinha uma relação de cuidado implicado, acompanhando a rotina diária das filhas e se vê privado de sua liberdade e de seus afetos, que foram elementos fundamentais para sua constituição, diante do seu desejo de ter uma família. Quando Rivaldo foi privado de liberdade, já estava separado da mãe de suas filhas, mas mantinham um bom relacionamento e visitas frequentes, porém, a mãe de suas filhas, provavelmente, no intuito de protegê-las do ambiente hostil do presídio, não permitia as visitas e, aos poucos, as filhas foram desconstruindo a imagem do pai. A filha mais velha, formada em Direito, não quer vê-lo; a mais nova, ao ver uma foto sua, pergunta quem é; e a do meio, que era a que mantinha um vínculo de maior proximidade, talvez pela sua condição de ser mais protegida, devido a uma deficiência, sempre pergunta: “cadê meu velho?”.

Rivaldo narra com grande emoção o vínculo com essa filha, relembrando que: “*às vezes, eu chegava de serviço e ela, pequenininha, sentava no sofá e dizia, vem cá, meu velho, deita aqui no colo da tua velha, que tua velha vai pentear teu cabelo, tá cansado, né, meu velho? E era um laço muito amoroso”.* Essa quebra na relação, para esse sujeito, evoca uma ferida narcísica, comprometendo sua autoimagem e percepção de si, enquanto pai, enquanto sujeito, gerando reações defensivas e dor emocional profunda. Essa falta, vivida como o

insuportável que dói e machuca, traduz-se no corpo como lugar de inscrição do sofrimento, quando não se encontra palavras para expressar a dor, uma tentativa de simbolizá-la.

Sua postura corporal, ao se curvar, para a frente e contorcer as mãos, ao relatar essa passagem de sua história, enquanto pai, revelou indícios do que está para além das palavras. Ainda destacou a temporalidade dessa experiência psíquica, quando afirma que o sofrimento se perpetua ao longo dos dias, finais de semanas e noites insones. A referência à saudade constante, atualiza o sofrimento e o mantém no ciclo de repetição que o impede de dar sentido a essa experiência e elaborar a ausência das filhas (Freud, 1914).

É consenso em todas as entrevistas que encontrar um suporte, um significado nas relações de afeto, atua como fator de proteção à saúde psíquica das PPLs. Em todas elas, a ausência afetiva e efetiva na vida dos filhos é uma das maiores angústias relatadas pelos entrevistados. Essas relações parecem ser o fio invisível que os conecta com o mundo exterior e, consequentemente, têm o poder de resgate à sanidade (possível), diante de todas as adversidades enfrentadas no cárcere e o sentimento de culpa e arrependimento pelas limitações, consequências de seus atos que reverberam, inclusive, muito fortemente, ao núcleo familiar, como já sinalizado por Calicchio e Barsaglini (2020).

A ponte para manutenção dessas relações perpassa pelas relações familiares anteriores à sua prisão e isso depende muito de como estas vinham sendo vivenciadas, conforme salientam Miranda e Granato (2016, p. 313): “percebe-se que o estilo de vida pré-encarceramento de muitos desses homens tem um grande impacto em suas relações interpessoais atuais e na forma com que exercem suas competências paternas”. Diante da importância que essas relações têm para a manutenção desse vínculo restaurador e de aspecto vitalizante para a PPL, abordaremos, a seguir, as relações familiares dos entrevistados; uma vez que esse núcleo narrativo também foi relevante na análise desses resultados.

7.5 RELAÇÕES, VÍNCULOS FAMILIARES E CONTEXTO DO ENCARCERAMENTO

As relações familiares tendem a desempenhar um papel crucial diante do enfrentamento às adversidades e sofrimento psíquico. Klein (1946), Winnicott (1948) e Freud (1924) já destacam, ao longo de suas obras, a importância dessas relações para o desenvolvimento. Diante disso, a partir da análise das entrevistas, abordo essas relações a partir de dois núcleos narrativos, surgidos com maior destaque para a compreensão de sua historicidade e rede relacional, que são: os vínculos familiares e, especificamente, a interação com os filhos.

A família se constitui como o primeiro núcleo social na vida do sujeito, sendo capaz, ou não, de fornecer a sustentação afetiva necessária para a constituição do *self* e capacidade de lidar com a falta, diante das limitações e frustrações. É também através das relações familiares, um dos importantes pilares com que o sujeito estrutura o seu *self*, que ele aprende a lidar com as limitações impostas pela realidade e internaliza valores. Nesse sentido, as entrevistas apresentaram relatos que reforçam o desejo e a importância de um núcleo familiar suficientemente bom para dar sustentação ao sentimento de pertença e continuidade do ser. Winnicott (1965) considera que esses sentimentos são essenciais para o desenvolvimento saudável, preservando o sujeito da fragmentação psíquica, ou de intensos e paralisantes sentimentos de vazio e angústia, potencializando a capacidade de manter relações saudáveis e autênticas.

Apenas um dos entrevistados, Romário, afirmou ter um vínculo familiar e afetivo saudáveis, desde a infância até os dias atuais mantém uma relação boa com a família, especialmente com o pai, e sente que transferiu esse vínculo para o filho, desejo de ser parceiro dele, assim como o pai foi seu. A base segura propiciou a Romário um ambiente suficientemente bom para a integração do *self,* contribuindo para criar estratégias de enfrentamento as adversidades e angústias (Winnicott, 1965). Ao introjetar essa identificação paterna, como modelo a ser replicado na criação de seu filho, o entrevistado sinaliza a importância da transmissão geracional na construção dos vínculos afetivos para o exercício da paternidade.

Romário, por ter uma condição privilegiada na hierarquia estabelecida entre os detentos e o sistema prisional, consegue receber visitas com frequência, inclusive, mais pessoas do que preconiza a organização de um visitante por PPL, salvo em datas comemorativas, quando recebem pais, mães ou filhos. Tal condição – de privilégio – conquistada pelo entrevistado, favorece o estreitamento e manutenção dos vínculos familiares e permite que a PPL mantenha um vínculo de proximidade mais constante, ofertando e recebendo suporte emocional, social e financeiro aos/pelos familiares.

De acordo com Freitas e Silva (2018), as relações de poder no sistema penitenciário reproduzem as desigualdades presentes em nossa sociedade e influenciam os modos de subjetivação. As autoras reforçam que essas posições hierárquicas afetam como os sujeitos se percebem e são percebidos. Nesse sentido, exemplifico com a situação de Romário, que já tem um perfil político e articulador, ao ocupar um lugar de privilégio, nesse contexto, fazendo com que não se perceba como as demais PPLs e não veja problemas em receber as visitas,

pois considera a prisão *"um lugar muito seguro, tanto para nós como para eles. É um lugar disciplinar, que temos segurança nesse lugar"*.

O fato de Romário trabalhar na Unidade minimiza as despesas financeiras com a PPL que, de acordo com Calicchio e Barsaglini (2020), diante da privação de liberdade de um familiar, é comum recair sobre familiares, em grande maioria mães e companheiras, despesas que geram um aumento significativo de gastos financeiros que esses familiares, geralmente, assumem sozinhos. Para além da manutenção financeira da família há, ainda, a necessidade de arcar com os custos de deslocamento para as visitas, gastos com alimentação e produtos de higiene destinados à PPL, entre outras despesas.

Diante das especificidades da situação de Romário, o contato com sua família é mais frequente e de maior proximidade, ainda assim, reconhece que a sua esposa assume uma grande responsabilidade e se responsabiliza pelo cuidado, mesmo diante da privação de liberdade:

> *Ela faz o papel de pai e mãe. Mas a gente sente muita saudade dos filhos quando eles vêm visitar a gente. A gente se emociona, chora. A gente também passa pra eles que aqui não é fácil, tá aqui porque errou. A gente aconselha eles no crescimento pra eles não fazer nada de errado para que virem parar nesse lugar. Sei que a gente fez as escolhas da gente. Por algum motivo paramos aqui. Mas o que a gente passa pros filhos da gente que não errem. O que a gente puder fazer, a gente faz mesmo daqui de dentro.*

Romário denota reconhecer a importância da presença implicada, mesmo diante do encarceramento, promovendo suporte emocional contínuo, estabilidade e segurança à sua prole. Quando o filho de Romário foi convidado para fazer um teste em uma equipe de futebol no exterior, foi o próprio Romário que se encarregou das tratativas possíveis, negociações com empresários e orientações ao filho com relação aos cuidados diante dessa possibilidade de ascensão profissional, desempenhando, dessa forma, a função de contenção e ofertando a continuidade da função de *holding* (Winnicott, 1965), de uma forma menos física e mais simbólica. Dessa forma, cumpre o papel de mediação com o mundo exterior, auxiliando na transição entre o espaço familiar e o mundo exterior, promovendo o desenvolvimento da autonomia do filho e da confiança nas relações sociais e profissionais.

Importante salientar que Romário, após se encontrar em liberdade, fez questão de evidenciar a alegria em poder exercer a paternidade extramuros quando, ao passar por mim, num encontro casual, na rua, fez um retorno para me falar da alegria que estava sentindo em

ter sua família reunida e seguia à procura de uma escola para matricular os filhos, denotando a importância em exercer efetivamente esse papel.

A particularidade da condição de Romário destoa dos demais entrevistados, pois, relatam conflitos familiares, vivenciados antes e após a prisão, inclusive, em um período no qual necessitavam receber suporte emocional e atenção. Destacamos, assim, que dois dos entrevistados (Ronaldinho e Rivaldo) foram expulsos de casa, aos nove e dez anos, respectivamente, e Cacá, por "vontade própria", saiu aos doze; eles precisaram lidar muito precocemente com as adversidades e busca por sobrevivência, assim como hoje fazem dentro do sistema. Situações como essas remetem ao pensamento de Barros e Hoffmann (2017), quando destacam como "um ato inventivo do sujeito" os processos de adaptação e invenção para a sobrevivência às situações impostas às crianças em situação de rua. Os referidos autores destacam que, distante dos cuidados e proteção da família, a vivência nas ruas impõe à essas crianças saídas criativas para existir e resistir. Essa forma da (re)existência não é uma escolha, mas uma necessidade imposta pela exclusão que os forçou a encarar responsabilidades que ainda não tinham maturidade para enfrentar.

Tal amadurecimento precoce remete à metáfora da *fruta bichada,* descrita por Ferenczi (1933), quando ilustra que a criança, ao ser submetida a uma situação traumática, sofre uma ruptura no desenvolvimento psíquico (saudável), levando a uma fragmentação do *self.* Ao utilizar essa metáfora, o autor salienta que partes do *self* podem adoecer internamente, de forma imperceptível. Sem que apresente quaisquer sintomas "perceptíveis", o sujeito traumatizado pode apresentar um desenvolvimento aparentemente satisfatório, enquanto partes importantes do *self* se tornam isoladas ou dissociadas, como uma forma de defesa à experiência traumática. Essa imagem metafórica remete ao processo de dissociação, no qual elementos componentes do *self* sofrem cisão, como forma de proteção contra a dor.

Por sua vez, Winnicott (1965) ressalta que o amadurecimento, em tenra idade, conforme imposto a alguns de nossos entrevistados, denota uma falha ambiental, na qual o sujeito busca uma resposta adaptativa que o impele a desenvolver funções para as quais ainda não possui estrutura emocional e cognitiva compatíveis, levando a construção de um falso *self*. Tal processo poderá resultar em uma cisão intrapsíquica, comprometendo a autenticidade subjetiva e interrompendo o desenvolvimento emocional do sujeito, fazendo com que permaneça numa posição defensiva e não integrada.

Os efeitos psíquicos do trauma, vivenciados por Denilson, Rivaldo e Cacá, de ter que dar conta da própria sobrevivência em uma fase em que deveriam estar sendo cuidados, por seus pais/mães, devido à pouca idade, podem vir a comprometer a capacidade vitalizante do

sujeito, podendo levar a uma identificação com o agressor (Ferenczi, 1933), ou a encontrar meios para ressignificar a vivência traumática. Por outra via, Rivaldo demonstra orgulho pela sua trajetória e amadurecimento precoce, quando afirmou ser um vencedor por não ter usado drogas ilícitas, para lidar com as adversidades e contrastes no cenário de uma criança que vai ao parque para trabalhar.

O entrevistado narrou com emoção esse acontecimento, por se tratar de um ambiente em que o uso de drogas era comum. Lidar com situações de difícil processo de síntese psíquica, para uma criança, como o abandono, pobreza e a exposição a situações de violência, são situações complexas e difíceis de suportar e possuem potencial de levar ao adoecimento psíquico. De acordo com Freud (1924), o sofrimento pode ser enfrentado por diferentes vias e mecanismos de defesa. No caso de Rivaldo, encontrou meios de ressignificar sua experiência, atribuindo valoração positiva à sua "resistência" às drogas. Nesse sentido, percebe-se que a dor e o sofrimento não são negados, mas transformados em sentimento de fortalecimento identitário.

Ronaldinho e Rivaldo, que devido a conflitos familiares deixaram seus lares aos nove e dez anos, respectivamente, apresentaram discursos semelhantes, de quem foi impelido a amadurecer precocemente. Rivaldo relatou situações de violência doméstica enquanto vivia com a mãe, falta de afeto e ambiente seguro para o seu amadurecimento; afirma ter vivido, junto aos cinco irmãos, diversas situações aterradoras para uma criança: "*a gente viu muitas brigas. Foi um lar muito conturbado"*. Ressaltou ainda ter um irmão mais velho que exerceu o papel de cuidado com a família, ao trabalhar em uma padaria e garantir a subsistência. Esse irmão também foi o responsável por restabelecer o vínculo com a sua mãe e se tornou a única pessoa a visitá-lo na penitenciária. Com alegria e um certo alívio afirmou que conseguiu ressignificar sua relação com a mãe e que chegou a receber sua visita após ter sido preso e antes de ela *"ir morar com Deus"*.

A convivência em um lar disfuncional trouxe repercussões à vida de Rivaldo. De acordo com Mandelbaum, Schraiber e d'Oliveira (2016), a criança exposta a situações de violência e falta de investimento afetivo está predisponente a um comprometimento em seu desenvolvimento emocional e afetivo. Essas experiências tendem a comprometer o psiquismo, podendo levar a um constante estado de medo e hiper vigilância. Interessante notar que, diante de situações traumáticas, como as vivenciadas pelo entrevistado, não nos pareceu ter sido cristalizado um comportamento desadaptativo, mas um comportamento "inventivo" (Barros e Hoffmann, 2017), em que encontrou estratégias criativas para proteção psíquica, através do exercício da arte no parque, quando criança e até os dias atuais, em que permanece

um brincante, com seu boneco “Joãozinho”, como a desejar permitir à criança que foi, um tempo para brincar e a liberdade em ser criança. A vivência no parque, também, enquanto ator de peças infantis, propiciou a Rivaldo a preservação do *self,* numa espécie de esforço do indivíduo em manter-se autêntico e com o sentido de si preservado, mesmo diante das adversidades e experiências fragmentadoras da vida (Winnicott, 1964).

Um contraponto a essa experiência traumática de Rivaldo foi a presença afetiva e cuidadosa de seu irmão mais velho que, embora muito jovem, assumiu o papel de cuidador e provedor da família. Cuidado este que permaneceu até a vida adulta, inclusive, reestabelecendo o vínculo entre Rivaldo e a mãe e dando suporte às suas necessidades na prisão. O papel exercido pelo irmão reforça o pensamento Winnicottiano (1948; 1965; 1971) sobre a importância da figura paterna na dinâmica familiar, não apenas enquanto um terceiro elemento (de acordo com um pensamento teórico atualizado a respeito), mas como figura essencial para dar sustentação à mãe e ao bebê, e atuar seja como protagonista ou como mediador nessa relação mãe/filho.

Ronaldinho, apesar de ter se mantido um tempo afastado da família, devido a conflitos com o pai, mantém uma boa relação com os familiares, embora faça questão de ressaltar que: *“compra a briga da família e nenhum deles compra a minha”.* Afirmou que trabalhava em uma feira carregando frete quando criança e, ao chegar em casa com um pequeno valor da sua diária, o pai o acusou de ter roubado e o mandou embora de casa. Somente após retornar teve a compreensão de que a intenção do pai seria apenas demonstrar sua autoridade e impor limites. A narrativa sobre “*ninguém comprar sua briga*” parece ilustrar a necessidade de amparo, de alguém que o defendesse diante das situações de medo e rejeição.

Relatou que o tempo em que passou longe da família foi considerado morto por seus familiares, pois ao expulsá-lo de casa aos nove anos, o pai acreditaria que logo retornaria e, ao não retornar, a família acreditou que não tivesse sobrevivido. A sobrevivência não só física, mas, sobretudo, psíquica, neste caso, novamente pode ser encarada como ato inventivo e insubmisso do sujeito, conforme afirmam Barros e Hofmann (2017) e França (2021), no qual a criança lança mão de sua criatividade e insubmissão para proteger sua subjetividade diante das influências externas. Nessa perspectiva, a criança encontra meios de lidar e resistir a situações adversas, utilizando a criatividade como forma de apropriação de si.

Ser considerado morto é, paradoxalmente, uma marca na vida de Ronaldinho, pois, a mãe de uma de suas filhas também falou para ela que seu pai está morto, por não querer que saiba que o pai está preso. A marca de ser excluído afetivamente e simbolicamente da dinâmica psíquica familiar e as consequências de tal ato no psiquismo de Ronaldinho, me

remete ao conceito Kleiniano (1945) de clivagem do objeto, mecanismo de defesa no qual o sujeito separa o objeto em partes boas e más, sem integrá-las numa totalidade. Nesse contexto, ser considerado "morto" pela família e pela filha, parece pôr em evidência as partes más do *self,* sendo, pois, "excluído" (evacuado, como diria Klein) também da vida dessas pessoas. Nesse sentido, Ronaldinho pode experienciar um forte sentimento de perda da continuidade de si mesmo, especificamente com relação à sua filha, pois parece ter internalizado esse "olhar clivado".

Com emoção, Ronaldinho relatou seu reencontro com a mãe, descrevendo a cena de maneira vívida e emocionada, pois tinha como lema que *"um dia as pedras se encontram".* Nesse cenário, o elemento de reparação, processo psíquico que permite ao sujeito lidar com os sentimentos de culpa, angústia e perda, buscando restaurar a harmonia psíquica, é favorecido pela reaproximação com a mãe. Esse elemento de reparação está intimamente ligado a capacidade de ressignificação e reconstrução psíquica (Klein, 1945). Percebe-se que esse foi um elemento fundamental ao seu amadurecimento e capacidade de resiliência em seu retorno.

Assim, Ronaldinho narrou o seu retorno como se estivesse protagonizando a cena de um filme, ensaiada desde a sua saída de casa, sabendo o cenário exato onde gostaria de realizar o reencontro que aconteceu, à beira do rio onde costumavam pescar juntos:

> *Quando eu cheguei na beira do rio, que atravessei três pedrinha, sentei na pedra do meio, que ela tava pescando de cabeça baixa, chorando, que toda vez eu ia pescar mais ela. Ela chorava, quando viu, quando levantou a cabeça, que me viu, oxe, ela pensou duas vezes não, estubugou dentro d'água, foi bater onde eu tava .*

Essa passagem parece simbolizar sua reaproximação (reparação) com a família, em que a mãe ofereceu a face do objeto "bom" (Klein, 1963), acolhendo e suportando as angústias, favorecendo a reintegração do *self* e internalização de segurança, por meio de certa reparação da capacidade de síntese egóica de nosso entrevistado; promovendo maior estabilidade emocional ao longo da vida. Não nos esqueçamos a importância da internalização do objeto "bom" para o desenvolvimento e amadurecimento emocionais. A família tem dado suporte, durante a passagem de Rivaldo pelo sistema penitenciário, através da irmã, que se responsabilizou por levar materiais de higiene e manter atualizadas as notícias sobre os demais membros da família, inclusive, filhos. Devido a questões financeiras e distância de sua cidade de origem, os demais familiares não conseguem o visitar, mas se fazem presentes através da irmã.

Apesar de não ter contato próximo com os filhos após a prisão, Ronaldinho sempre fez questão de prover, financeiramente, as necessidades das/dos filhas/os, a exceção daquela que não sabe que está vivo, por opção da mãe. Um dos momentos mais marcantes na vida de Ronaldinho foi quando perdeu a filha de doze anos, enquanto estava no regime semiaberto. Narrou, com angústia, a sensação de impotência ao receber a notícia de que sua filha teria sido atropelada. Enquanto se encontrava em companhia da mãe e do padrasto, a adolescente, que tinha deficiência intelectual, correu para a estrada e foi atropelada, vindo a falecer. A angústia desse pai remete a impotência em oferecer segurança à filha: "*eu não sei ler, nem escrever. Mas cada um tem suas responsabilidades. Se meus filhos têm aquela doença, eu tenho que ter o maior carinho e cuidado com eles. Se eu estivesse perto, não tinha acontecido".*

Nesse sentido, compreendemos que, diante dessa impossibilidade de Ronaldinho exercer a paternidade plenamente, evoca uma ferida narcísica, uma descontinuidade do sentido de si e perda de valor pessoal. O narcisismo primário (Freud, 1914) se liga a ideia da imortalidade simbólica através dos filhos e quando há um bloqueio nesse sentido de continuidade, o sujeito pode se deparar com situações melancólicas. A busca por manter a integridade psíquica e sentido de continuidade através dos filhos que "lhe restavam", ficou em destaque quando, logo após a morte da filha, Ronaldinho soube que outros dois filhos estavam passando necessidades. Num ato de desespero e medo de perder os outros filhos, cortou a tornozeleira eletrônica, na primeira oportunidade de saída autorizada, e não retornou mais à penitenciária, embora faltassem apenas dois meses para o cumprimento da pena. Sua intenção era trabalhar para prover financeiramente os filhos, pois, como foragido, não poderia visitá-los.

Por sua vez, nosso entrevistado Cacá também precisou amadurecer precocemente, pois saiu de casa aos doze anos, buscava liberdade e independência financeira, ao mesmo tempo que afirmou que em suas andanças sempre buscava construir laços com pessoas mais velhas, sinalizando que buscava encontrar "*sabedoria*". Essa busca por "sabedoria" me parece poder ser compreendida como uma necessidade de integração de experiências emocionais que o permitissem lidar com as vivências de maneira reflexiva e madura. Ademais, a internalização de um objeto cuidador enquanto objeto "bom", é fundamental para a integração de um *self* coeso, capaz de promover mecanismos de defesa mais condizentes às suas necessidades (Klein, 1963).

Quando questionado se buscava alguém que o pudesse guiar, afirma que: "*guiar, sim. [...] eu sentia mais confiança, né? Aquela pessoa mais velha. Até no papo, né? Uma figura*

de proteção, muito orientada. Mas foi luta”. Tal recorte permeia os sentimentos e necessidade de uma figura que ofereça o suporte emocional e direcionamento, pois, apesar de afirmar o desejo de se distanciar do seu pai, buscava esse suporte em outras figuras que cumprissem o papel cuidador, nesse caso, paterno. De maneira inconsciente, Cacá parece buscar nessas relações figuras que facilitassem a transição para relações mais complexas e a internalização de limites saudáveis, pois, supostamente, houve uma falha nesse processo. Nesse sentido, Rosa (2014) enfatiza que uma presença efetiva da figura de cuidado é essencial para o desenvolvimento emocional e capacidade de estabelecimento de vínculos seguros.

Mesmo na busca dessa liberdade, Cacá manteve sempre contato com a família e deu suporte, inclusive financeiro, sempre que houve necessidade. Por sua vontade, após a prisão, não quis receber seus familiares, pois afirmou que *o erro foi seu e a família não precisa passar pelo constrangimento de visitá-lo* (grifos nossos). Ainda assim, seu pai faz visitas esporádicas e a irmã mais velha mudou de cidade para ficar mais próxima à penitenciária e dar suporte sempre que necessário, inclusive, mantendo os seus negócios fora da penitenciária e dando suporte à esposa e filhos. De acordo com Calicchio e Barsaglini (2016), como já pontuei anteriormente, existe geralmente um familiar que se disponibiliza a dar o suporte necessário, ainda que precise arcar com os impactos psicológicos, sociais e financeiros advindos da condição de ser familiar de uma PPL. Por outro lado, esse apoio pode ser responsável pela mudança das condições emocionais do encarcerado, em situações como esta.

Cacá afirmou nunca ter planejado filhos, porém, sua companheira engravidou na prisão e tiveram dois filhos. Lamentou não ter acompanhado a gestação ou ter visto o nascimento e, apesar de seu filho mais velho já ter seis anos, não o conhecia pessoalmente; referiu que nunca teria o tocado ou sentido seu cheiro, pois optou por não os receber na penitenciária. Apesar de sua condição privilegiada, pois conseguiria autorização para uma visita em dia, horário e local diferenciado, afirma que não gostaria de expor seus filhos àquele ambiente, pois desejou “*o melhor para eles*”. Cacá acompanhou a gestação, nascimento e crescimento dos filhos por fotografias, colecionando, inclusive, várias fotografias de exames de ultrassonografia e, ao deixar a penitenciária, fez questão de me enviar uma fotografia bastante simbólica, em que se encontrava com um largo sorriso ao lado dos filhos, em um campo aberto, rodeado pela natureza e alguns tijolos, simbolizando a construção de uma nova vida, reconstrução do *self* e reintegração social. A história de Cacá agora transformava a metáfora dos tijolos, antes como muros intransponíveis, agora, como construção do devir.

Por sua vez, Denilson, apesar de afirmar ter uma boa relação familiar, responsabiliza a família por não "*correr atrás de seus interesses"*, especialmente sobre o contato com os filhos, terceirizando sua responsabilidade e delegando a família tal responsabilidade. A família, como a protegê-lo de uma eventual frustração, diante de uma negativa de possibilidade de contato junto aos cuidadores atuais de seus filhos, evita fazer essa ponte; por isso, o pediu para esquecer a situação, pois, provavelmente, os filhos já o "*teriam esquecido"*, conforme o relataram.

Apesar de manter uma relação de cuidado e afeto com o filho mais novo, anteriormente à sua prisão, Denilson não era muito presente na vida da filha mais velha, devido a relação com a mãe ter acabado de maneira conturbada. Com relação ao contato com o filho, Denilson não tem permissão para receber sua visita. A criança é cuidada pela família materna, que não permite nenhum contato, devido a questões que não quis relatar, por se sentir constrangido. Porém, reforçou que é a esperança no resgate desse vínculo que o fortalece todos os dias. Essa narrativa se repetiu também na oficina de leitura, quando narrou desejar reviver momentos com o filho, até mesmo como uma forma de compensação pelo sofrimento vivenciado na prisão:

> *Tô pagando pelo meu erro, me lamento todos os dias por não estar ao lado dele, quando eu chamo ele de querido, dá um beijo, dá um abraço, ele me chama do melhor pai do mundo, de levar ele numa escola, numa creche, de trazer ele, de dar um passeio de bicicleta com ele, de andar num parque, num shopping, tudo isso, tudo isso me faz falta.*

Tais situações compartilhadas por nossos entrevistados nos levaram à compreensão de que repercussões causadas pela privação de liberdade impactam também o contexto familiar, principalmente nas condições de um contexto fragilizado, marcado por desencontros. Algumas PPLs demonstram compreender que, de certo modo, arcam com as consequências de suas ações e relações conflituosas anteriores a prisão, e que familiares e cuidadores das/dos filhas/os/es, por vezes, não aceitam que as crianças ou adolescentes filhos de PPLs lidem com os aspectos psíquicos e sociais de ser familiar de uma PPL. Sobre o tema, Calicchio e Barsaglini (2016) ressaltam que o preconceito e a discriminação, devido a associação ao familiar preso, iniciam na própria comunidade e se estendem às unidades prisionais, onde esse familiar, em algumas situações, é destratado e humilhado. Dessa forma, como maneira de preservação, alguns cuidadores e familiares evitam esse contato. Tais situações tendem a levar a PPL ao isolamento social, acarretando sofrimento psíquico e reforçando o sentimento de exclusão e abandono.

Diante disso, foi necessário abordarmos os desafios inerentes ao exercício da paternidade no contexto do encarceramento, contemplando as pressões e expectativas relacionadas ao papel do pai, enquanto PPL. Dentre os desafios ao exercício da paternidade, no contexto do campo pesquisado, identificamos núcleos narrativos recorrentes entre os entrevistados, que foram abordados a seguir, dentre eles: a pressão social e expectativas relacionadas ao papel de pai, além de breves reflexões sobre as condições do espaço no qual estão inseridos.

7.6 DESAFIOS AO EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NO ENCARCERAMENTO E AS PRESSÕES SOCIAIS E EXPECTATIVAS RELACIONADAS AO PAPEL DE PAI

Como tenho salientado no decorrer desta dissertação, a experiência da paternidade é permeada por constantes desafios, quando ocorre de um pai ser privado de liberdade. Esses desafios se tornam ainda mais evidentes, considerando a fragilidade do contexto prisional e o comprometimento da dinâmica social, familiar e afetiva. De acordo com Miranda e Granato (2016), quando ocorre a abrupta ruptura da rotina familiar, diante da privação de liberdade de um pai, este é profundamente afetado e essa ausência prolongada pode levar à fragilização dos vínculos e dificuldades na manutenção do exercício da paternidade, ocorrendo, assim, sentimento de culpa e desamparo.

Silva e Guzzo (2007) abordam os desafios enfrentados por esses pais e como a privação de liberdade pode afetar suas relações com a prole. As autoras identificaram como maiores desafios o distanciamento físico e emocional, sinalizando que o encarceramento impõe uma separação que dificulta, por razões diversas, a manutenção dos laços afetivos, comprometendo, dessa forma, a manutenção dos vínculos. Essa dificuldade foi narrada por Denilson, Rivaldo e Ronaldinho que, diante da privação de liberdade, viram seus vínculos com as/os/es filhas/os/es se esfacelando ou mesmo se rompendo de maneira abrupta.

Rivaldo e Denilson demonstraram a vivência do exercício paterno duplamente aprisionado, tanto pela condição do encarceramento, quanto pela impossibilidade de manter qualquer tipo de contato com as/os/es filhas/os/es, devido à necessidade de terceiros que façam a intermediação desse contato; aspecto que gerou sentimentos de inadequação, pois desejam participar ativa e afetivamente da criação e cuidados com a prole.

Denilson teve o vínculo totalmente rompido ao ser privado de liberdade, não por vontade própria, faz questão de ressaltar, mas pela circunstância que o levou à privação de liberdade e, por depender de terceiros para intermediar esse contato. Assim, ele enxerga

poucas possibilidades de resgatar esse vínculo, enquanto estiver privado de liberdade. Alimenta o desejo e a esperança de resgate a esse sonhado exercício da paternidade para quando sair da penitenciária e afirma que *"vai ser uma batalha muito grande ainda quando eu sair também".* Ao ser questionado se está disposto a enfrentar essa batalha, responde prontamente: "*Com certeza! Não desisto nem do meu filho, nem da minha filha. Agora, o lado que eu mais temo é o do menino".*

Essa narrativa que retrata os eventos identificatórios, em especial com o filho de Denilson, se repete também na oficina, quando junto a Rivaldo discutem alguns trechos do livro "Pai Francisco" e refletem questionamentos do personagem sobre a ausência do pai nas atividades cotidianas. Ao refletirem sobre esse distanciamento, imposto pelo encarceramento e a perspectiva do personagem, que é um filho de PPL, concordam que: *"dói muito, porque os filhos sofrem com nossos erros. Não era pra eles pagarem, mas de uma certa forma eles pagam. Porque estão sentindo falta dos pais"* . Diante dessa narrativa, reacendem a esperança de restauração do vínculo com os filhos: *"e isso nos ensina, que nos dá uma esperança de um recomeço, uma nova vida, em pensar quando sair daqui, sair transformado para reconquistar os nossos filhos, a confiança dos nossos filhos e recuperar o tempo perdido ao lado deles. Porque era assim que o filho via"* .

A dor, descrita por Rivaldo, ao reconhecer que os filhos também "pagam pelos seus erros", o leva a autorresponsabilização e tentativa de reparação ao expressar o desejo em "recuperar o tempo perdido" e "voltar a ser da forma como o filho" o via. A reparação, portanto, surge na narrativa de Rivaldo não apenas no sentido prático e literal, mas como um processo psíquico para lidar com o pavor de perder os filhos que ama e como meio de buscar a harmonia interna (Klein, 1945). Destaco ainda a noção de confiança no ambiente, neste caso, na relação entre pai e filhos e sua historicidade, como salientado por Winnicott (1965).

Apesar do distanciamento imposto pela condição do encarceramento, Denilson e Rivaldo mantêm, nessa possibilidade de restauração de vínculo, a esperança de resgate aos aspectos identitários, confiança e percepção de seus papéis de pais, pois, conforme mencionado anteriormente, foi esse exercício de paternidade que resgatou suas alteridades. Essa esperança que emerge na narrativa dos entrevistados remete à visão de Rocha (2007), que define a esperança como uma força que não se rende, mesmo diante da escuridão.

Ronaldinho, embora não receba a visita de suas crianças, devido à situação financeira da família, consegue manter o vínculo com algumas de suas crianças, através de uma irmã que o visita e busca manter esse contato, o que o deixa mais tranquilo. A condição de Ronaldinho reforça que o exercício da paternidade não se limita a presença física, mas a capacidade de

manter um compromisso e participação emocional. Para além do provimento financeiro, estar emocionalmente disponível aprofunda os vínculos e mantém uma relação significativa para ambas as partes (Teperman; Garrafa; Iaconelli 2020).

Cacá, por vontade própria, nunca recebeu a visita dos filhos, por considerar um ambiente inadequado para crianças, porém sempre se fez presente, como faz questão de ressaltar em sua narrativa que sempre orienta os filhos, com relação à escola e outros aspectos. Desse modo, se faz presença afetiva e cuidadosa, exercendo a função de *holding* (Winnicott, 1965), na sustentação dos aspectos que participam desse laço, proporcionando, assim, um desenvolvimento saudável aos filhos, apesar da distância física.

Em contrapartida, Romário não viu dificuldades em manter o vínculo de proximidade, pois considerou o ambiente seguro e recebia os filhos com frequência. Como citado anteriormente, a condição de Romário e lugar que ocupou na hierarquia dentro do sistema, permite que perceba o ambiente como "lugar seguro" para receber os filhos. Romário exerce a paternidade de modo muito semelhante ao seu pai, pois mantém um vínculo de cuidado, afeto e proximidade, projetando na relação com os filhos a mesma relação que teve com seu pai, sinalizando que esse exercício tende a repetir modelos identificatórios, que foram internalizados, conforme afirmam Cherer, Ferrari e Piccinini (2021).

Como podemos perceber, existem nesse cenário uma diversidade de possibilidades e entraves ao exercício da paternidade. Tais entraves e possibilidades perpassam desde escolhas pessoais, conflitos familiares, até questões institucionais e estruturais, pois, de acordo com Silva e Guzzo (2007), as instituições prisionais não estão preparadas para acolher e lidar com as famílias das PPLs, dificultando a manutenção dos vínculos parentais. Essa falta de visibilidade do sujeito, enquanto pai, dificulta o desempenho do exercício da paternidade, podendo comprometer o desenvolvimento saudável das crianças. As referidas autoras ressaltam ainda que a percepção da penitenciária como um ambiente inadequado, faz com que familiares e cuidadores das/dos/des filhas/os/es das PPLs, como forma de proteção, promovam o distanciamento destes, comprometendo a qualidade do vínculo parental.

Diante disso, os pais PPLs por nós entrevistados, vivenciam sentimentos conflitantes entre o desejo de exercer a paternidade e a culpa e frustração por não poder exercê-la plenamente. Ademais, ficou explicito nas narrativas dos cinco entrevistados e na realização da oficina, o quanto esse vínculo pais/filhas/os/es é potencialmente restaurador de sua identificação com os papéis paternos e autoestima, os colocando em um lugar de destaque e resgate da experiência de lidar com a alteridade, num contexto em que "perdem" suas características, passando a ser vistos, conforme tantos já afirmaram, como produtos do

governo. Somam-se a isso as pressões sociais sobre as PPLs e suas expectativas relacionadas ao modelo de paternidade que desejavam exercer e pelas contingências e escolhas da vida lhes foi impedido.

Como já discutido em outros momentos desta escrita, a sociedade tende a estigmatizar a PPL, desconsiderando sua história, seus vínculos e sua subjetividade, atribuindo à PPL uma única identificação, a do sujeito do "B.O.". A partir do encarceramento, o sujeito passa a ser visto apenas pelo número do artigo do Código Penal que infringiu. Essa imposição social o leva a perda de identificação e despersonalização, sufocando seus desejos, subjetividade e afetos. Ademais, esse estigma, associado à condição de presidiário, pode afetar profundamente a identificação paterna (Silva e Guzzo, 2007).

A preocupação com a condição de ser pai privado de liberdade, com o estigma associado a própria imagem e com a forma em que a condição de PPL interfere na vida das/os/es filhas/os/es, foram narrativas recorrentes dos entrevistados. A marginalização social faz com que as PPLs passem a internalizar uma imagem negativa de si e da forma como serão vistos pelos seus. A estigmatizaçao de ser percebidos como potencialmente perigosos ou moralmente inferiores, devido a condição do encarceramento, os leva a temer pelo futuro dessas relações. Denilson, com voz embargada e mãos trêmulas, admite temer pelo que estão "plantando" na cabeça de seu filho a seu respeito e espera um dia a oportunidade de mostrar o pai que foi e que projetou ser.

Rivaldo compartilhou, junto a Denilson, durante a oficina e na entrevista individual, o mesmo sentimento em relação ao afastamento das filhas, por conta da prisão: "*eles ensinaram a minha filha a me odiar porque eles não pensaram no amanhã"* . A dor simbólica, diante dessa narrativa de Rivaldo, expressa a culpabilização de terceiros, assim como faz Denilson, diante da deterioração do vínculo afetivo. Terceirizar a culpa, nesse contexto, pode nos levar a compreender que esses sujeitos deslocam a angústia interna e projetam no outro, seja familiar ou sociedade, atuando como proteção do ego à angústia que emergiria, em caso de uma responsabilização direta pelos próprios atos ou escolhas (Freud, 1929).

Ademais, terceirizar a culpa pelo rompimento do vínculo mantém viva a esperança de que, em algum momento, o vínculo rompido possa ser restaurado, conforme afirmou Rivaldo durante a oficina: "*e isso nos ensina, nos dá uma esperança de um recomeço, uma nova vida. Em pensar quando sair daqui, sair transformado, para reconquistar os nossos filhos, a confiança dos nossos filhos e recuperar o tempo perdido ao lado deles.*

Esse desejo de "recuperar o tempo perdido" me faz pensar que pode remeter, ainda, a uma forma de preservação do *self.* De acordo com Winnicott (1964), o verdadeiro *self* pode

ser preservado ou reencontrado através de relações significativas que ofertam aceitação, continuidade e espaço para expressão de afetos espontâneos. O exercício da paternidade funcionou como um ambiente facilitador tardio, no qual Rivaldo conseguiu vivenciar uma relação afetiva autêntica, capaz de tocar partes do seu *self* que estavam adormecidas ou não desenvolvidas, devido ao abandono na infância. Mesmo na incerteza de uma possível reconstrução desse vínculo, mantém a esperança.

Rivaldo e Denilson não se aprofundaram nas razões pelas quais os vínculos foram se desfazendo com a situação da privação de liberdade, mas minha experiencia demonstra que é comum que alguns familiares recusem esse contato. As razões são inúmeras, de acordo com Calicchio e Barsaglini (2020) e Miranda e Granato (2016), é comum que cuidadores mantenham as crianças distantes dos pais PPLs, pois o estigma associado à sua condição também afeta os familiares. Outro ponto importante referido pelas autoras é a dinâmica familiar anterior à prisão, o que indica ser a situação de Denilson, pois afirma que a mãe de sua filha mais velha considera que foi abandonada por ele e a família de seu filho mais novo não permite a visita.

Entre os aspectos mencionados pelas autoras, destaca-se também o contexto em que ocorrem as visitas. Estas ocorrem em ambientes hostis, dentro de pavilhões cercados por grades e na presença de outras PPLs. Nesses encontros, as crianças não interagem apenas com os seus pais, mas também com outras PPLs. Isso gera preocupação entre os cuidadores, que temem que esse convívio possa levar as crianças a admirarem comportamentos e atitudes transgressoras, colocando em risco o seu desenvolvimento e a construção de uma convivência social saudável. Por isso, abordaremos a seguir as condições do espaço em que ocorrem as visitas; sendo esse o último núcleo narrativo apresentado em nossa análise.

7.7 CONDIÇÕES DO ESPAÇO

De acordo com as narrativas dos entrevistados e da nossa experiência no campo pesquisado, podemos compreender que o espaço destinado às visitas no sistema penitenciário revela uma estrutura marcada por limitações físicas, emocionais e simbólicas, que comprometem a manutenção de vínculos familiares, em especial com as/os/es filhas/os/es das PPLs. As visitas ocorrem nos próprios pavilhões, aos finais de semana, organizadas por pavilhões, o que evidencia não só a superlotação, como também a carência de espaços específicos para esse tipo de encontro.

Nos dias de visita, os pavilhões são abertos e todos os reclusos circulam no mesmo espaço, inclusive, aqueles que não recebem visitas. Apesar de haver relatos das PPLs que recebem visitas, sobre o respeito das outras PPLs para com os familiares, a exposição das crianças a um ambiente institucionalizado e potencialmente intimidador gera apreensão e desconforto. Por isso, algumas PPLs e cuidadores responsáveis optam por não expor as crianças a visitação.

Mesmo quando existe a possibilidade de receber visitas em dias alternativos ou espaços diferenciados – privilégio concedido a alguns PPLs – muitos optam por não trazer os filhos ao ambiente prisional. Essa decisão denuncia a percepção negativa sobre a qualidade e segurança do espaço, assim como a ausência de um ambiente minimamente acolhedor, que respeite o bem-estar e as necessidades emocionais das crianças. O sistema, ao não oferecer condições adequadas, força os pais privados de liberdade a escolherem entre manter o vínculo presencial com os filhos ou protegê-los da dureza do cárcere.

Há ainda discursos dentro do sistema que tentam normalizar ou suavizar a rigidez desse ambiente, atribuindo-lhe características de segurança e disciplina. No entanto, essas posturas devem ser analisadas criticamente, pois podem refletir mais uma tentativa de afirmação pessoal, diante da autoridade do sistema, do que uma descrição fiel da realidade. A busca por reconhecimento institucional, muitas vezes, por parte de reclusos que ocupam posições de liderança interna, revela uma dinâmica complexa entre identificações, poder e sobrevivência psíquica no contexto carcerário. Essa busca também pode ser interpretada como uma estratégia de reconstrução do ego e de preservação do *self* em meio à realidade opressora do encarceramento.

Por outra via, diversas PPLs, mesmo desejando manter o vínculo afetivo com os filhos, enfrentam obstáculos impostos tanto pela estrutura física da prisão quanto pela percepção negativa dos cuidadores das crianças em relação ao sistema prisional. Muitos aguardam a liberdade para tentar restabelecer os laços afetivos perdidos ou enfraquecidos ao longo do tempo de reclusão.

O personagem do livro “Pai Francisco” oferece um contraponto simbólico e lúdico à realidade. A narrativa infantil retrata a visita com leveza, sem julgamento, e com certo alívio ao perceber que outras crianças compartilham da mesma situação. No entanto, tal visão infantil contrasta fortemente com a análise crítica da literatura especializada. Pesquisadores como Silva e Guzzo (2007) apontam a inadequação dos espaços físicos das prisões para o acolhimento de crianças e destacam que, além da estrutura precária, o olhar de desconfiança de parte dos funcionários sobre a presença infantil nas visitas contribui para a fragilidade

desses momentos. A ausência de políticas públicas que reconheçam a importância da preservação dos vínculos parentais e a falta de suporte institucional específico perpetuam essa realidade, inviabilizando ações concretas que poderiam fortalecer o vínculo familiar no contexto da prisão.

Diante de tantos caminhos e descaminhos sinalizados nesse contexto, é imprescindível reconhecer que o fortalecimento e manutenção dos vínculos entre pais encarcerados/filhas/os/es, vai muito além das questões afetivas, trata-se de um direito humano, fundamental e essencial ao processo de ressocialização. A promoção de espaços seguros e humanizados está para além da responsabilidade do Estado, trata-se de um compromisso social e coletivo, no qual nós (funcionários), famílias e sociedade devemos nos imbuir, no intuito de dar um passo essencial para o rompimento de ciclos de exclusão, reduzindo os impactos do encarceramento e promovendo uma ressocialização justa e efetiva.

A análise apresentada ao longo desta dissertação permitiu observar as possibilidades de entraves ao exercício da paternidade no contexto prisional, considerando as limitações efetivas e simbólicas que permeiam a relação pais/filhas/os/es, especialmente no que se refere ao fortalecimento dos vínculos familiares. Esta análise revela, ainda, não apenas a carência de políticas que estimulem a manutenção dessa relação, mas uma falha estrutural com relação aos espaços de visitas. As narrativas dos sujeitos entrevistados, bem como, as observações extraídas da literatura, revelam um tensionamento entre o desejo de manter os laços familiares e as condições reais oferecidas pelo sistema.

Diante desse cenário, avanço para algumas considerações finais, nas quais proponho uma reflexão crítica sobre os desafios identificados e possíveis caminhos para a superação desses entraves, assim como uma reflexão sobre a relação transferencial pesquisador/sujeito de pesquisa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o processo de construção desta dissertação, desde quando era apenas uma pequena semente, entendi que a construção do conhecimento científico tem suas especificidades e perpassa por processos conscientes e inconscientes do pesquisador, em que reforço que a neutralidade é postura inalcançável ao sujeito/pesquisador. Considero que todo pesquisador traz uma implicação subjetiva à sua pesquisa. Reconhecê-las e nomeá-las é imprescindível para que melhor saibamos lidar e avançar diante dos obstáculos subjetivos que atravessam a relação pesquisador-objeto de pesquisa. Diante disso, é necessário refletir sobre as alterações que ocorrem entre o processo de pesquisa e o produto, visto que, diante do processo investigativo, o pesquisador também é afetado e transformado.

Portanto, diante das implicações subjetivas, aspectos transferenciais e contratransferenciais, que perpassam o fazer científico, sinto a necessidade de compartilhar sobre uma situação que evidenciou claramente o que esta pesquisa é para mim. Ao término de mais um dia de trabalho, me deparei com uma cena de uma garotinha, aparentando 4 a 5 anos, agarrada às grades do portão de entrada da Unidade Prisional, implorando para ver seu pai, que lá se encontra cumprindo pena. A cena foi muito impactante, foi difícil ver, em uma criança tão pequena, tanta angústia e dor, ao clamar por seu pai. Essa situação mobilizou meus pensamentos por vários dias, até que, diante de um *insigth*, no meu processo terapêutico, consegui identificar aquilo que fazia eco em mim; o motivo pelo qual aquela cena me tocou tão fortemente.

Essa cena ocorreu próximo ao Dia dos Pais e essas datas comemorativas reativam afetos, memórias, saudades (...). Aquela criança, que clamava por seu pai preso, refletia a minha impossibilidade de estar com o meu pai, em uma data tão importante. Era a minha angústia estampada no rosto daquela criança, a angústia de quem tem um pai “preso” em outro plano. Diante dessa associação, passei a entender o quanto estou inserida nesta pesquisa, não sou apenas uma pesquisadora que buscou respostas sobre o meu objeto de pesquisa; sou parte dela.

Com essa implicação, tenho me percebido em movimentos afetivos que me mostram cada vez mais o quanto de mim está nesta pesquisa. Encerrei, por vontade própria, meu ciclo de trabalho na penitenciária, porém, após seis meses, fui convidada a cobrir a licença maternidade de uma colega e retornei, num momento de implantação do projeto de extensão e finalização desta dissertação. Esse distanciamento do campo pesquisado foi extremamente importante para demarcar o meu lugar de pesquisadora, pois temia associar ao lugar de

psicoterapeuta, e a vivência enquanto docente contribuiu bastante para o resgate da pesquisadora e para a possibilidade de implantação do projeto de extensão. Coincidência ou não, retornei para finalizar ciclos e colher os frutos deste trabalho.

Esta pesquisa permitiu a compreensão, de forma aprofundada, dos múltiplos atravessamentos subjetivos e objetivos de ser pai estando privado de liberdade. A paternidade intramuros é repleta de desafios que minam a possibilidade de identificação dos sujeitos, enquanto pessoas e pais, corroborando, dessa forma, para o sofrimento psíquico e fragilidade dos vínculos. A análise das narrativas dos entrevistados reforça a hipótese inicial desta dissertação, de que as dificuldades para o exercício da paternidade no contexto prisional podem gerar implicações à posição subjetiva paterna e que a promoção e fortalecimento dos vínculos familiares podem contribuir para a saúde psíquica dos envolvidos.

Foi recorrente, nas narrativas, o quanto o distanciamento da prole pode ser fonte de sofrimento e gerador de ansiedade e, em todas as narrativas, tanto para os que recebem visita, quanto para aqueles que não conseguem receber visitas de suas crianças, essa relação atua como fonte de esperança em construir uma vida diferente. Além da percepção de que a identificação paterna não se anula no contexto do encarceramento, e é constantemente alimentada pelo afeto, desejo de reconstrução e ressignificação do próprio papel enquanto pais.

Algumas PPLs, como é o caso de Denilson, já apresentava um vínculo desgastado com a filha mais velha, por situações ocorridas ao longo da vida, mas a privação de liberdade despertou o desejo de reconstruir essa relação. Ronaldinho e Rivaldo também compartilham a mesma necessidade de preservação de vínculos, como uma necessidade de resgate de elementos restauradores da própria identificação, pois veem na possibilidade do exercício da paternidade uma oportunidade de ressignificar suas histórias. Ainda que em meio a frustração e medo da rejeição, o desejo de manter/retomar esse vínculo atua como uma mola propulsora de resistência às adversidades e perdas concretas e simbólicas, inerentes ao contexto do encarceramento. Contrários aos demais, Cacá e Romário sempre mantiveram os vínculos fortalecidos, seja virtual ou presencialmente, conforme suas escolhas e hoje vivem, efetiva e afetivamente esse exercício, conforme fizeram questão de me comunicar após a saída da prisão.

Conforme abordado nas análises, Cacá e Romário, apesar de discordarem com relação à segurança e conforto da penitenciária para a visitação dos filhos, sempre tiveram livre acesso aos serviços e trabalho, o que atua como fator protetivo nesse contexto, os demais não possuem esse privilégio e aqui ressalto uma questão importante: Cacá e Romário são homens

brancos, com acesso ao conhecimento e melhores condições financeiras, o que destoa da maioria da população carcerária.

Preciso abrir parêntese para enfatizar a discriminação racial dentro do sistema penitenciário, pois os outros três entrevistados são pretos e pardos. Eles não têm as mesmas oportunidades e o racismo institucional é mais um elemento que, embora não verbalizado, restringe as competências desses sujeitos, potencializando o sentimento de inadequação e atinge não apenas o corpo físico, mas a subjetividade. O sentimento contraditório entre a paternidade idealizada e a paternidade possível também são fatores que interferem na subjetividade e saúde mental dos entrevistados, pois construíram um modelo de pai presente, participativo, provedor e protetor, segundo suas narrativas e imagem reforçada pela cultura. No entanto, diante das limitações impostas pelo encarceramento, emerge o sentimento de culpabilização, de potencial falha e enfrentam os limites simbólicos dessa idealização paterna. Tais limitações geram tensão, desejo de reparação e a tentativa de participar, dentro das possibilidades, do cuidado com suas crianças.

Esse cuidado nem sempre é possível, pois, geralmente contam com a colaboração de terceiros e, dependendo do tipo de relações familiares que mantinham anteriormente a prisão, questões financeiras destes e condições impostas pelo sistema penitenciário, a manutenção desse vínculo tende a se esfacelar. Rivaldo, Denilson e Ronaldinho são exemplos do quanto a luta simbólica em tentar manter o vínculo com a prole e manter o lugar de pais tem potencial adoecedor, pois apresentam queixas de insônia e ansiedade persistente e associam a preocupação com a família e sensação de impotência, diante das necessidades da prole.

Diante da escuta sensível, acolhedora e humanizada a esses pais privados de liberdade e da análise de suas narrativas, compreendi que o exercício da paternidade, no contexto prisional, embora apresente implicações subjetivas e identitárias e diante de condições de vulnerabilidade, atua como fator preponderante de reconstrução da identificação do sujeito como pai. O fortalecimento dos vínculos funciona como elemento motivador e potencializador de mudança, oferecendo o sentido de continuidade do ser, responsabilidade e podendo auxiliar na superação de problemas provocados pelo encarceramento.

Ademais, conforme já mencionado, a preservação/fortalecimento/resgate desses vínculos contribuem para a preservação da saúde mental das PPLs e desenvolvimento saudável das crianças, minimizando os sentimentos de abandono e desesperança. Assim, ações que promovam essa aproximação fazem com que o processo de ressocialização deixe de ser apenas um conceito e passe a ser uma ação humanizada, que reconhece o sujeito, para além de seu “B.O’, em toda sua complexidade e potencial de transformação. O projeto de

extensão “Livre para ser pai” tem colhido seus frutos e mostra-se uma prática, não apenas pertinente e viável, mas urgente e possível. Ofertar um espaço de escuta e trocas, resgatando a alteridade desses sujeitos enquanto pais me enche de esperança e mostra que é possível manter o acolhimento e escuta humanizada nesse contexto.

Essa palavra esperança, que tantas vezes escutei nas entrevistas, nos atendimentos às PPLs, aos familiares e até a própria equipe de saúde me remete, mais uma vez, a Zeferino Rocha (2006), quando afirma que a esperança é movimento, é caminhar, a esperança não é passiva, é movimento, mesmo diante das adversidades. A menina, mencionada no início destas considerações, está em paz, grata e feliz por se entregar ao movimento da esperança. Movimento que possibilitou o fazer possível e que irá reverberar no bem-estar de uma família, na evolução de uma pessoa, na manutenção desse vínculo que, sendo amoroso e cuidadoso, não se rompe, independentemente da “prisão”. Manter e fortalecer esses vínculos, para além de um processo ético, empático e humanizado, aproxima e eterniza o meu vínculo com um pai que está “preso” em outra dimensão.

Finalizo esta dissertação reconhecendo as limitações e possibilidades desta pesquisa, pois sua complexidade e importância necessita de um tempo maior, que me permita observar, quiçá em futuras incursões de pesquisa, os efeitos da intervenção do projeto *Livre para ser pai*, a longo prazo e um aprofundamento sobre o psiquismo desses pais e como eles seguem ressignificando seus vínculos, suas trajetórias e suas identificações como pais. Assim, esta pesquisa lança sementes nesse solo tão rico e pouco explorado, lança também um convite para futuras investigações comprometidas com o fazer ético e humanizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. M. C.; CORDEIRO, R. I. N. Pesquisa como ato criativo. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.,** Juiz de Fora, v. 10, p. 11-16, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18625>. Acesso em: 18 mai. 2022.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paideia**, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, v. 2, fev./jul., 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ANGELELLI, A. M. M. **Do pai ao pa(i)terno: vicissitudes da constituição da parentalidade.** Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP, São Paulo, 2022.

ARAÚJO, M. M. **Pai Francisco**. 1 ed. São Paulo: Jandaíra, 2015.

ASSIS, L. R.; WERMUTH, M. A. D. O sistema prisional brasileiro sob a perspectiva da biopolítica e do racismo de estado: o perfil dos sujeitos que compõem a população carcerária. **Salão do Conhecimento.** UNIJUÍ, 2015.

BARBOSA, C. G.; CAMPOS, E. B. V.; NEME, C. M. B. Narcisismo e desamparo: algumas considerações sobre as relações interpessoais na atualidade. **Psicologia USP**, v. 32, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BARROS, P. C. M.; HOFFMANN, C. Na errância do "menino de rua", um ato inventivo do sujeito. **Revista Subjetividades**, Recife, v. 17, n. 3, p. 32-44, dez. 2017. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v17n3/04.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BETTS, M. K.; WEINMANN, A. O. W.; PALOMBINI, A. L. O pai em psicanálise: interrogações acerca das instâncias real, simbólica e imaginária da função paterna. **Psicol. Clín.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v26n1/14.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Brasil.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes.** Portaria GM/MS nº 1.944, de 27 de agosto de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/60424/Politica+Nacional+de+Aten%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Sa%C3%BAde+do+Homem+%E2%80%93+Minist%C3%A9rio+da+Sa%C3%BAde.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. **Guia do Pré-natal do parceiro para profissionais de saúde**.

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Gestão do Cuidado Integral. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023.
Disponível em:
<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pre_natal_profissionais_saude_1ed.pdf>
Acesso em: 28 dez. 2024.

CALICCHIO, M. G. S. M.; BARSAGLINI, R. A. Ter e ser familiar de pessoa privada de liberdade: repercussões na experiência de mães e companheiras. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Socia**l, *[s. l.],* v. 8, n. 3, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=497963985001>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CANGUILHEM, G. **O que é a Psicologia?** 1904. Disponível em: <https://felipevillelapsicologia.files.wordpress.com/2015/01/que_psicologia.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

CECCARELLI, P. R. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 15, n. 161, p. 88-98, set. 2002. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psa-101303>. Acesso em: 9 jul. 2022.

CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 40, n. 72, p. 89-102, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v40n72/v40n72a07.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

CHERER, E. Q.; FERRARI, A. G.; PICCININI, C. A. Os processos identificatórios na constituição da paternidade. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 35-55, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652021000100003>. Acesso em: 15 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Relatório Mensal de Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP)**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/publicacoes/ >. Acesso em: 18 mar. 2022.

CONSELHO DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 dezembro de 2012**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

CONSELHO DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 10/2005**. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/documentos>. Acesso em: 23 out. 2022.

COSTA, E. F. L.; BOTTOLI, C. (Re)pensando o complexo de édipo na contemporaneidade e as novas configurações familiares. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 40, p. 48-62, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-61475>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CÚNICO, S. D.; QUAINI, R. P.; STREY, M. N. Paternidades encarceradas: revisão sistemática sobre a paternidade no contexto do cárcere. **Artigos Psicol. Soc.,** [on-line], v. 29.

2017. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29168770>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. A Família em Mudanças: Desafios para a Paternidade Contemporânea. **Rev. Pensando Famílias**, v. 17, n. 1, p. 28-40, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a04.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Trad.: Marina Vargas. 5 ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2018.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise.** 2 ed. São Paulo: Zahar, 1991.

FALCÃO, R. R. Narrativas sobre (des)esperança entre pessoas jovens cis egressas de institucionalizações: uma inter-invenção psicanalítica-contracolonial-feminista. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

FANON, F. O. Racismo e Cultura. *In:* FANON, F. O. **Em Defesa da Revolução Africana**. Editora Terra sem Amos: Brasil, 2021.

FERENCZI, S. (1933). Confusão de línguas entre os adultos e a criança: O idioma da ternura e o da paixão. *In:* FERENCZI, S. **Psicanálise IV**. Martins Fontes, São Paulo, 2011.

FERRARI, R. S.; RIBEIRO, M. F. R. Ser pai, ser mãe: desafios na contemporaneidade. **Cadernos de Psicanálise**. v. 42, n. 42, p. 225-242, jan.-jun. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003009797> Acesso em: 10 out. 2023.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: Algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975-1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, R. M. P. A criança insubmissa: uma análise sobre a potência subversiva do gesto criativo. 2021. 211f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS M. V.; SILVA, L. Sistema prisional, memória e relação de poder. **Psicanálise & Barroco em Revista**, *[s. l.]*, v. 13, n. 2, 2018. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/7330>. Acesso em: 6 abr. 2025.
FREUD, S. (1914/1976). **Sobre o narcisismo, uma introdução.** Obras completas, ESB, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1914). Recordar, repetir e elaborar. (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II). *In:* FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. 12, p. 191-203). Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, S. (1917 [1915]). Luto e Melancolia. *In:* FREUD, S. **A história do Movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos** (1914- 1916). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV, p. 245-263, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1924/1976). **A dissolução do Complexo de Édipo**. Obras completas, ESB, v. 19. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1929/2010). **O mal-estar na cultura.** L&PM; Edição de bolso. São Paulo, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANATO, T. M. M.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Uso terapêutico de narrativas interativas com mães em situação de precariedade social. **Revista Psico**., Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 494-502, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7122>. Acesso em: 24 ago. 2021.

GRANATO, T. M. M.; MIRANDA, M. L. A. Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. **Revista Psico**., Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 494-502, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/23413/pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias,2017. Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em 15 abr. 2022.

KLEIN, M. (1921-1945). **Amor, culpa e reparação e outros ensaios.** São Paulo, Ubu Editora, 2023.

KLEIN, M. (1946-1963). **Inveja e gratidão e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LACAN, J. **O Seminário-Livro V**: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Vocabulário da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

LEBRUN, J. P. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica do social.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LEDEL, V. K.; *et al.* Pais Encarcerados: A percepção de mães e crianças sobre a relação pais-filhos. **Pensando Famílias**, [online], v. 22, n. 1, p. 104-117, jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v22n1/v22n1a09.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

LIRA, O. P.; CARVALHO, G. M. M. A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito. **Psicol. Cienc. Prof**., Brasília, v. 22, n. 3, set. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000300005>. Acesso em: 3 mar. 2023.

LYRA, J.; *et al*. **O pai está esperando? Políticas públicas de saúde para a gravidez na adolescência**. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2011.
Disponível em: <https://gema-ufpe.blogspot.com/p/producoes-capitulos-de-livro.html>. Acesso em: 5 mai. 2022.

LYRA, J.; MEDRADO, B. Gênero e paternidade nas pesquisas: o viés científico. **Revista Estudos Feministas**, 8(1), 145.
Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9873>
Acesso em: 08 dez. 2024.

MACHADO, S. C. As contribuições da teoria da complexidade de Edgar Morin para formação dos princípios éticos. Curitiba, 2017. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56407 Acesso em: 15 set. 2022.

MACHADO, N. O.; GUIMARÃES, I. S. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 2014. Disponível em: <www.univali.br/ricc -> Acesso em: 22 mar. 2023.

MAIA, B.B.; OKAMOTO, M.Y. Considerações psicanalíticas sobre o narcisismo e parentalidade no contemporâneo: uma revisão de literatura. **Revista Interinstitucional de Psicologia.** 16 (2), 2023.
Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/gerais/article/view/51909>
Acesso em: 22 nov. 2024.

MAMELUQUE, M. G. C. A subjetividade do encarcerado: um desafio para a Psicologia. **Psicologia, Ciência e Profissão**. 26 (4), 620-631, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/dqZR7SG9fYMnN8PDNZQd8fm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 ago. 2022.

MANDELBAUM, B.; SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 2, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sausoc/2016.v25n2/422-430/pt>. Acesso em: 9 set. 2022.

MARSON, C. M.; LIRA, P. S. Superando o estigma da prisão e efetivação de direitos e cidadania: contribuições da psicologia na promoção de trabalho aos egressos do sistema de justiça. **Revista Brasileira de Segurança Pública.** v. 15, n. 1, 138-155 fev/mar, São Paulo, 2021. Acesso: <//orcid.org/0000-0001-8884-62864-6282> Acesso em: 13 mar. 2023.

MATOS, M. G.; MAGALHÃES, A. S. Ser pai na contemporaneidade: demandas contraditórias. **Psic. Rev.**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-173, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2019v28i1p151-173>. Acesso em: 9 set. 2022.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTRIN, Celsi. (Org.). **Coletânea Gênero Plural**, v. , p. 63-76. Curitiba: UFPR, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional De Atenção Integral À Saúde Do Homem (Princípios e Diretrizes)**. Brasília, novembro de 2008. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MIRABETE, J. F. **Execução penal.** 11 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

MIRANDA, M. L. A.; GRANATO, T. M. M. Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. Psico; 47(4), 309-318. Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psico/v47n4/07.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

MONTEIRO, F. M.; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: Um debate oportuno. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/wjmWpRx3yMLqSJ6fQJ9JkNG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2022.

MONTEIRO, K. M. S. L. **Assassinos Seriais e o mecanismo da sideração:** caso canibais de Garanhuns. 2019, 33f. Projeto de pesquisa - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MONTEIRO, K. M. S. L. Serial killers: a contemporary mythology and its relations to the sideration mechanism. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.6, p. 01-15, 2024.

MORO, M. R. Os ingredientes da parentalidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [on-line], v. 8, n. 2, p. 558-573, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/xLBgQnQgn97TcxkwhMhHbWg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

NOGUEIRA, I. B. **Significações do corpo** negro. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000987809>. Acesso em: 22 out. 2022.

NOGUEIRA-MARTINS, M.C.F.; BÓGUS, C. M. Considerações sobre metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 44-57, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/RVqT6nk8tM8q3rLf5FSfGKN/abstract/?lang=PT>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NUCCI, S. G. S. **Manual de direito penal.** 10 ed. rev. atual. e ampl. Imprenta: Rio de Janeiro, Forense, 2014.

POLI, M. C. “Alienação” na psicanálise: a pré-história de um conceito. **Psyche**, São Paulo, v. 9 n.16 São Paulo dez. 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000200009>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PRADO, J.; ABRÃO, J.. Paternidade: um estudo psicanalítico sobre pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Psicologia**, 02 (01), Salvador, Bahia, 2015. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/935/0?articlesBySameAuthorPage=15> Acesso em: 14 abr. 2024.

ROCHA, Z. Esperança não é esperar, é caminhar. Reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas. **Rev. Latinoam. Psicopatol**. **Fund.**, São Paulo, v. 10, n. 2., jun., 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-47142007002005>. Acesso em: 22 out. 2022.

ROCHA, C. M. A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. **In T. Féres-Carneiro**, (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência* (pp. 13-34). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2013.

RODRIGUEZ. C. B.; GOMES, I.C. Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. **Boletim de Psicologia**, 2012, Vol. X, Nº 136: 29-36. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v62n136/v62n136a04.pdf> Acesso em: 22 nov. 2024.

ROSA, C. D. O pai em Winnicott. *In*: ROSA, C. D. (Org.). **E o pai? Uma abordagem winnicottiana**. p. 25-62, São Paulo: DWE, 2014.

ROSA, C.D. **A paternidade em Winnicott.** DWEditorial, São Paulo, 2022.

ROSA, M. D. (2016). A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. Escuta. **Psicol. cienc. prof.** 42 • 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RKgPXpGHZ8YwHd9PHGGtnf/?lang=pt. Acesso em: 13 mar. 2023.

SANTANA, R. R.; PEREIRA SANTANA, C.C. A.; COSTA NETO, S.B.; OLIVEIRA, C. O. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQrDZzG4b8XB/ Acesso em: 02 jan 2025

SANTOS, A. M. V. Pai encarcerados: Filhos invisíveis. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 594-603, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KZFpfg7kzWkHhgvcZxcL3WH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SERQUEIRA, V. S. Uma Vida que não Vale Nada: Prisão e Abandono Político-Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 660-671, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TcPRVxjcNsdBfzYFTRBPbMh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 ago. 2022.

SILVA, M. F.; GUZZO, R. S. L. Presidiários: percepções e sentimentos acerca de sua condição Paterna. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum**., São Paulo, v. 17, n. 3, dez. 2007. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n3/05.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVEIRA, F. A.; SIMANKE, R. T. A psicologia em história da loucura de Michel Foucault. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 1, p. 23-42, Jan./Abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/KFZqY5CNRkXtXj33cfYCMLh/?lang=pt. Acesso em: 16 set. 2022.

SISDEPEN - **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. 2021/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 8 dez. 2022.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**: As vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. 1 ed. Graal: Rio de Janeiro, 1983.

TEPERMAN, D; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. **Parentalidade.** 1 ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2020.

WINNICOTT, D. W. (1948). Introdução primária à realidade externa: os estágios iniciais. *In:* WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

WINNICOTT, D. W., D. W (1960). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In Winnicott, D. W. [Autor], **O ambiente e os processos de maturação**. Artmed, Porto Alegre, 1983.

WINNICOTT, D. W. (1964b). O conceito de falso *self*. In: Winnicott, D. W. p. 53-58. **Tudo começa em casa.** Martins Fontes, São Paulo, 1999.

WINNICOTT, D. W**. O Brincar e a Realidade**. Imago: Rio de Janeiro, 1971.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WPB. World Prision Brief. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/about-wpb>. Acesso em: 24 abr. 2022.

ZAVARONI, D. M. L.; VIANA, T. C.; CELES, L. A. M. A constituição do infantil na obra de Freud. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 12, n. 1, p. 65-70, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/THrZvYF8GzLyy7XRDk7BPSp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

ZORNIG, S. M. A-J. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v42n2/v42n2a10.pdf >.
Acesso em: 22 ago. 2022.